

Projecto

Victims in Europe

**Projecto Vítimas na Europa:
Implementação da
Decisão-Quadro relativa
ao estatuto da vítima
em processo penal
nos Estados Membros
da União Europeia**



Co-financiado pela Comissão Europeia no âmbito
da Direcção Geral da Justiça, Liberdade e Segurança

promovido por:

em nome de:



Agradecimentos

A equipa do Projecto Victims in Europe, promovido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em nome do Victim Support Europe, agradece a todos os profissionais e instituições que colaboraram neste Projecto.

Agradece-se em primeiro lugar a todos os parceiros nacionais e europeus: Victim Support Europe (Netherlands); Intervict, Tilburg University (Netherlands) Ministério da Justiça Português (Portugal); Bily Kruh Bezpečí (Czech Republic); Victim Support Malta (Malta); Weisser Ring (Germany); Brottsofferjourernas Riksförbund (Sweden); Fehér Gyuru Közhasznú Egyesület (Hungary); INAVEM - Institut National d'Aide aux Victimes Et de Médiation (France); Pomoc Obetiam Násilia (Slovakia); Slachtofferhulp Nederland (The Netherlands); Steunpunt Algemeen Welzijnswerk (Belgium); Supporting Victims of Crime and Combating Corruption Foundation (Bulgaria); Victimology Society of Serbia (Serbia); Victim Support England & Wales (England); Victim Support Northern Ireland (Northern Ireland); Victim Support Scotland (Scotland); Weisser Ring Austria (Austria).

Agradece-se a Helen Reeves por toda a colaboração e valiosa participação no Projecto Victims in Europe.

Agradece-se muito especialmente a todos os oradores, moderadores e dinamizadores dos workshops do Seminário Victims in Europe.

Autores

Equipa do Intervict: Suzan van der Aa LL.M., René van Merriënboer LL.B., Antony Pemberton PhD
Equipa da APAV: João Lázaro, Carmen Rasquete, Carla Amaral, Frederico Marques, Marta Pita

ISBN 978-972-8852-28-3

Projecto Victims in Europe
2009 © APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APAV
Rua José Estevão, 135 - A
1150-201 Lisboa
Portugal

Tel. +351 21 358 79 00
Fax +351 21 887 63 51

apav.sede@apav.pt
www.apav.pt

1	Introdução	5	3.7.2	Implementação legal	81
1.1	Antecedentes e contexto da Decisão-Quadro	7	3.7.3	Implementação organizacional	82
1.2	Os resultados: a avaliação da Comissão em 2004	11	3.7.4	Conclusões	83
1.3	Projecto Victims in Europe	14	3.8	Artigo 7: Despesas da vítima resultantes da sua participação no processo penal	84
2	Metodologia	17	3.8.1	Introdução	84
2.1	Introdução	19	3.8.2	Implementação legal	84
2.2	Questionário legal	20	3.8.3	Implementação organizacional	86
2.2.1	Desenvolvimento e estrutura do questionário	20	3.8.4	Conclusões	87
2.3	Questionário organizacional	22	3.9	Artigo 8: Direito à protecção	88
2.3.1	Desenvolvimento e estrutura do questionário	22	3.9.1	Introdução: Vitimização continuada e secundária	88
2.4	Metodologia de contacto dos inquiridos	25	3.9.2	Implementação legal	90
3	Resultados	33	3.9.3	Implementação organizacional	101
3.1	Introdução	35	3.9.4	Conclusões	102
3.2	Artigo 1: Definições	35	3.10	Artigo 9: Direito a indemnização no âmbito do processo penal	104
3.2.1	O alcance do conceito de vítima	35	3.10.1	Introdução	104
3.2.2	Conclusões	37	3.10.2	Implementação legal	106
3.3	Artigo 2: Respeito e reconhecimento	37	3.10.3	Implementação organizacional	110
3.3.1	Introdução	37	3.10.4	Conclusões	111
3.3.2	Respeito e reconhecimento: implementação organizacional	38	3.11	Artigo 10: Mediação penal no âmbito do processo penal	112
3.3.3	Algumas notas acerca da vulnerabilidade	38	3.11.1	Introdução	112
3.3.4	A definição de vítimas vulneráveis	39	3.11.2	Implementação legal	114
3.3.5	Conclusões	40	3.11.3	Implementação organizacional	116
3.4	Artigo 3: Audição e apresentação de provas	41	3.11.4	Conclusões	117
3.4.1	Introdução	41	3.12	Artigo 11: Vítimas residentes noutro Estado-Membro	117
3.4.2	Implementação legal - artigo 3(1)	44	3.12.1	Introdução	117
3.4.3	Artigo 3: Inquirição	50	3.12.2	Implementação legal	118
3.4.4	Implementação organizacional	58	3.12.3	Implementação organizacional	119
3.4.5	Conclusões	60	3.12.4	Conclusões	120
3.5	Artigo 4: Direito de receber informações	61	3.13	Artigo 13: Serviços especializados e organizações de apoio às vítimas	120
3.5.1	Introdução	61	3.13.1	Introdução	120
3.5.2	Implementação legal	63	3.13.2	Implementação jurídica	121
3.5.3	Implementação organizacional	71	3.13.3	Implementação organizacional	123
3.5.4	Conclusões	74	3.13.4	Conclusões	124
3.6	Artigo 5: Garantias de comunicação	75	4	Conclusões e recomendações gerais	125
3.6.1	Introdução	75	4.1	Conclusões gerais	127
3.6.2	Implementação legal	77	4.2	Recomendações do Victim Support Europe	136
3.6.3	Implementação organizacional	79	5	Anexos	159
3.6.4	Conclusões	80			
3.7	Artigo 6: Assistência específica à vítima	80			
3.7.1	Introdução	80			

1. Introdução

1. Introdução

1.1 Antecedentes e contexto da Decisão-Quadro

No dia 15 de Março de 2001 foi adoptada a *Decisão-Quadro do Conselho relativa ao estatuto da vítima em processo penal*.¹ Este evento foi determinante em variados aspectos. Pela primeira vez existe um “instrumento legal de natureza vinculativa” de aplicação internacional, relativo a vítimas de crime. A Decisão-Quadro codifica regras a nível supranacional no que concerne ao estatuto da vítima, que são vinculativas no que diz respeito à ordem jurídica interna dos Estados Membros. Até 2001 existiam apenas instrumentos legais não-vinculativos, como a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas e a Recomendação do Conselho da Europa nesta matéria.²

A Decisão-Quadro tem uma abordagem firme e célere. Na maioria das cláusulas tiveram de ser implementadas no espaço de um ano. Existem apenas algumas excepções a esta regra, nomeadamente os artigos 5 e 6, a requererem implementação até 2004, e o artigo 10, cuja implementação tinha um prazo até 2006.

Nos últimos anos foram redigidas várias Decisões-Quadro no âmbito da União Europeia (UE) na área da justiça penal. Isto representa uma diferença acentuada em relação à situação vivida no fim dos anos noventa. Nessa altura, partilhava-se a opinião na UE de que esta não tinha competências para interferir nos assuntos relativos à justiça penal dos Estados-Membros, incluindo assim o estatuto das vítimas de crime. Quando organizações não-governamentais de apoio à vítima se candidatavam a uma possível subvenção co-financiada por Bruxelas, a resposta era invariavelmente negativa. A justificação assentava no argumento de que as associações de apoio à vítima eram extremamente activas no âmbito da justiça penal, e que esta não era uma área da competência da UE. Tendo em conta este cenário, é notável que a Decisão-Quadro relativa ao estatuto das vítimas tenha, eventualmente, feito parte da primeira geração de Decisões-Quadro na área da justiça penal.

Como explicar este súbito avanço em prol das vítimas? O cerne da questão reside na condição das chamadas vítimas residentes noutro Estado-Mem-

1. 2001/220/JHA.

2. Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça relativos às Vítimas de Crimes e de Abuso de Poder, Resolução da Assembleia Geral 40/34 de 29 de Novembro de 1985; Recomendação (1985)11 sobre o estatuto da vítima na lei penal e processual penal, de 28 de Junho de 1985; e com data posterior à Recomendação da Decisão-Quadro (2006), a recomendação 8 sobre apoio a vítimas de crime, de 14 de Junho de 2006.

bro. No final do século passado, a Comissária Europeia Anita Gradin (Suécia) tinha a forte convicção de que o destino das vítimas num Estado que não o seu país de residência era diferente do das vítimas no seu próprio país.³ Uma vítima estrangeira nem sempre fala a língua local, não compreende o sistema jurídico do país e, muitas vezes, regressa ao seu país de origem muito antes do julgamento. Os problemas específicos relacionados com estas vítimas estavam ligados à questão clássica da liberdade europeia e em especial ao livre trânsito de pessoas sem quaisquer restrições (sem discriminação baseada na nacionalidade), dentro do espaço europeu comum. Este considerando tem sido o principal impulsionador da competência europeia em matéria de protecção das vítimas de crime.

Todavia, não é possível regular de forma prática o estatuto de vítimas residentes noutro Estado-Membro, sem ter também em conta as vítimas nacionais. A uniformização europeia do estatuto de vítimas estrangeiras pode levar a uma situação em que estas usufruem de direitos não disponíveis para nacionais, o que iria, mais uma vez, contra as liberdades relacionadas com o espaço comum europeu. Esta é a razão pela qual o conteúdo da Decisão-Quadro, embora, de certa forma, inspirado no fenómeno da vitimização internacional, se aplica a todas as vítimas de crime.

De que forma os antecedentes da Decisão-Quadro influenciam as suas cláusulas? Acreditamos que o conteúdo da Decisão-Quadro possa ser caracterizado de duas formas. Primeiro: no que diz respeito ao *tema principal*, o documento é extremamente semelhante aos outros instrumentos internacionais já existentes. Segundo: no que diz respeito aos pormenores, todos os textos supranacionais diferem. Noutros contextos, as diferenças ao nível dos pormenores podem parecer meras coincidências; no caso da Decisão-Quadro, no entanto, aparentam ser fruto de escolhas deliberadas em consonância com a legislação nacional dos Estados-Membros. Desenvolveremos esta observação mais abaixo.

O tema principal da Decisão-Quadro segue o consenso internacional, claramente expresso por outros instrumentos legais. Na sua essência, inclui os

3. Ver o papel de Gradin, assim como o dos governos português e francês, no desenvolvimento da Decisão-Quadro em Rock, P. "Constructing victims' rights; the Home Office, New Labour, and victims Oxford", Oxford University Press, 2004, p. 513.

seguintes direitos fundamentais das vítimas de crime:

- Direito ao respeito e ao reconhecimento em todas as fases do processo penal (artigo 2);
- Direito a receber informações e esclarecimentos sobre o decurso do processo (artigo 4);
- Direito a fornecer informações às autoridades responsáveis pela tomada de decisões relativamente ao autor do crime (artigo 3);
- Direito a acesso a aconselhamento jurídico, independentemente da sua situação económica (artigo 6);
- Direito à protecção, tanto da sua privacidade como da sua integridade física (artigo 8);
- Direito a indemnização, quer pelo autor do crime, quer pelo Estado (artigo 9);
- Direito de aceder a serviços de apoio à vítima (artigo 13);
- Dever dos governos promoverem a mediação nos processos penais relativos a crimes que considerem adequados para este tipo de medida (artigo 10);
- Dever de cada Estado-Membro de apoiar, desenvolver e melhorar a cooperação entre os Estados-Membros, de forma a facilitar uma defesa mais eficaz dos interesses da vítima no processo penal (artigo 12).

O mais conciso e mais preciso resumo do objectivo geral da Decisão-Quadro é provavelmente o artigo 8 do seu preâmbulo. “É necessário aproximar as regras e práticas relativas ao estatuto e aos principais direitos da vítima, com particular relevo para o direito de ser tratada com respeito pela sua dignidade, o seu direito a informar e a ser informada, o direito a compreender e ser compreendida, o direito a ser protegida nas várias fases do processo e o direito a que seja considerada a desvantagem de residir num Estado-Membro diferente daquele onde o crime foi cometido”.

No que diz respeito aos pormenores das diferentes cláusulas, o primeiro ponto de interesse é a redacção dos artigos 5 a 7 da Decisão-Quadro. Nestes artigos, que estão relacionados com as garantias de comunicação (tradutores), apoio jurídico e reembolso de despesas incorridas com a participa-

ção no processo penal, o alcance é restrito ao facto de “a vítima ter o estatuto de testemunha ou parte”. Esta é uma restrição com sentido. O Reino Unido insistiu particularmente nesta formulação. O antecedente é o facto de os sistemas jurídicos de common law não reconhecerem a chamada “parte civil”. Não existe a possibilidade de a parte lesada apresentar um pedido de indemnização no âmbito do processo criminal, ao contrário do que sucede na Europa continental, onde é uma figura jurídica comum. A forma como a Decisão-Quadro está redigida significa que todas as vítimas que não sejam ouvidas como testemunhas em tribunal ficam privadas dos três direitos processuais mencionados. Parece evidente que o governo do Reino Unido tenha insistido nesta restrição, na expectativa de que esta diminuísse a necessidade de alterações substanciais na sua legislação nacional.

Esta abordagem cautelosa é também evidente noutros aspectos da Decisão-Quadro. No que diz respeito à “mediação”, por exemplo, a Decisão-Quadro resume-se à vaga indicação de que os Estados-Membros “devem esforçar-se por promover a mediação nos processos penais relativos a infracções que considerem adequadas para este tipo de medida.” Isso oferece uma ampla margem de manobra. Relativamente à disponibilização de serviços de apoio à vítima através de organizações não-governamentais, a Decisão-Quadro defende a sua promoção (art. 13). Também é mencionada a necessidade de incentivar a formação profissional dos vários intervenientes existentes no processo penal (art. 14). O cumprimento destes critérios não aparenta ser um desafio muito complicado.

1.2 Os resultados: a avaliação da Comissão em 2004

Quais foram as consequências da Decisão-Quadro depois da sua adopção? É importante realçar que o prazo concedido para a implementação foi extremamente curto. Na maior parte das cláusulas, a transposição para a lei nacional era obrigatória até Março de 2002, exactamente um ano após a adopção da Decisão-Quadro. Tendo em conta os requisitos da Decisão-Quadro que por vezes são extensos, estes prazos podem não ter sido muito realistas. De qualquer modo, nenhum dos Estados-Membros adoptou um estatuto completo no período entre 2001-2002 para satisfazer os requisitos da Decisão-Quadro de forma sistemática. Além disso, embora o artigo 18 da Decisão-Quadro obrigue especificamente os Estados-Membros a fornecerem um relatório sobre “as disposições de transposição para o direito nacional das obrigações decorrentes da presente decisão-quadro”, no período máximo de um ano após a sua adopção, na realidade, nenhum dos Estados-Membros o fez. A Comissão apenas recebeu uma série de relatórios nacionais, que diferiram muito em âmbito e conteúdo, depois de repetidas chamadas de atenção e com um ano de atraso. O tom dos relatórios era invariavelmente auto-satisfatório. Todos os Estados-Membros exprimiram a opinião de que cumpriam, virtualmente, todos os requisitos da Decisão Quadro. As poucas falhas reconhecidas eram acompanhadas de vagas promessas de futuras alterações à legislação nacional.

Em Março de 2004 foi publicado o relatório da Comissão Europeia sobre a implementação da Decisão-Quadro. O relatório foi extremamente negativo na sua avaliação. Começa com a observação do facto dos Estados-Membros terem um considerável volume de reservas na transposição dos requisitos da Decisão-Quadro. Por exemplo, não é necessário que a legislação nacional adopte a mesma terminologia da Decisão-Quadro. No entanto, depois deste início bastante ameno, a Comissão aponta sérias falhas em grande escala. A conclusão geral é a seguinte: “Nenhum Estado-Membro poder alegar ter implementadas todas as obrigações resultantes da Decisão-Quadro, nem nenhum Estado-Membro implementou correctamente o primeiro parágrafo do Artigo 2”. Esta última conclusão é particularmente fundamental, tendo em

consideração que o parágrafo mencionado representa, de alguma forma, a raiz de todos os outros direitos concretos das vítimas: *“Cada Estado-Membro (...) deve continuar a envidar esforços no sentido de assegurar que, durante o processo, as vítimas sejam tratadas com respeito pela sua dignidade pessoal e sejam reconhecidos os direitos e interesses legítimos da vítima, em especial no âmbito do processo penal”*. A apreciação geral da Comissão é seguidamente documentada numa longa lista de falhas mais específicas.

A avaliação da Comissão parece ser, pelo menos em parte, dificultada pela forma como a correcta implementação dos artigos da Decisão-Quadro é conceptualizada e pelo método pelo qual a Comissão tem de avaliar as concretizações dos Estados-Membros no que diz respeito a este assunto. Existem três dificuldades principais que merecem destaque:

- Primeiro, não existe **um procedimento claro e formalizado de comprovação dos factos** em curso, a nível europeu. Os Estados-Membros apresentam um relatório mas a Comissão não tem a opção de verificar a sua veracidade. Para além disso, a Comissão não tem a possibilidade de requerer informação de acompanhamento relativamente aos relatórios. Consequentemente, a Comissão tem uma forte tendência para confiar totalmente na redacção literal das cláusulas legislativas formais que os Estados-Membros apresentam. Isto significa que a avaliação da Comissão se concentra, mais ou menos inteiramente na transposição dos artigos da Decisão-Quadro para as legislações nacionais. Isto significa que a Comissão não consegue rever a prática actual existente nos vários países e não pode ter em conta as disposições materiais que não tenham sido vertidas em leis formais. Um exemplo disto são as normas orientadoras do direito processual holandês. Os regulamentos incluídos nestas instruções são publicados, têm efeitos externos e são reconhecidos pelo Supremo Tribunal Holandês como fazendo parte da “lei do país” no sentido do art. 79 da Lei da Organização Judicial.
- O conteúdo de muitas das normas da Decisão-Quadro estão **formuladas de forma tão ‘vaga’** que é difícil verificar se um Estado-Mem-

bro cumpre a obrigação ou não. Um exemplo é o parágrafo 1 do artigo 8 da Decisão-Quadro que assegura *“um nível adequado de protecção às vítimas e, se for caso disso, às suas famílias ou a pessoas em situação equiparada, nomeadamente no que diz respeito à segurança e protecção da vida privada, sempre que as autoridades competentes considerem que existe uma ameaça séria de actos de vingança ou fortes indícios de que essa privacidade poderá ser grave e intencionalmente perturbada”*. Mas que nível de protecção à integridade física das vítimas se entende como apropriado? Mais uma vez este requisito parece focado no desenvolvimento da lei em sentido formal. E os seus antecedentes parecem estar relacionados com situações ameaçadoras de crime organizado. Uma cláusula jurídica para a protecção de testemunhas iria provavelmente levar à conclusão que a implementação cumpre os requisitos da Decisão-Quadro. No entanto, isto significa que a segurança propriamente dita das vítimas não está, de todo, assegurada. Considere-se, por exemplo, o grande número de vítimas de violência doméstica que contactam regularmente a polícia devido a ameaças sérias e iminentes por parte dos seus parceiros (Cf. Groenhuijsen, 2006).⁴

• O problema último relativo à implementação deve-se ao **carácter peculiar** desta Decisão-Quadro. Se revirmos a actual lista de Decisões-Quadro na área da justiça penal, é bastante claro que a maior parte dos seus tópicos são assuntos relativamente simples e confinados.⁵ Não obstante a sua importância, o seu conteúdo está claramente demarcado, o que permite que os Estados-Membros cumpram os seus requisitos com a introdução de um pequeno número de cláusulas legislativas, cuja maior parte tem um conteúdo claramente determinado. Ver, por exemplo, as Decisões-Quadro referentes a protecção contra a contrafacção de euros (2000/383/JBZ), branqueamento de capitais (2001/500/JBZ), combate ao tráfico de seres humanos (2002/629/JBZ) e até no caso do Mandato de Detenção Europeu (2002/584/JBZ). A Decisão-Quadro sobre vítimas tem uma natureza completamente diferente. Contém cláusulas que afectam grande parte do Código de Processo Penal. Por isso, a implementação não requer apenas a introdução de várias cláusulas legislativas, mas também uma reflexão cuidada sobre todo o processo penal.

4. Compare Groenhuijsen, M.S. De kaderbesluiten van de Europese Unie op het gebied van het strafrecht; stand van zaken en een blik op de toekomst In: M.J. Borgers e.a. (red.), 2006, págs. 225-241

5. E.g. Borgers, M.J., F.G.H. Kristen e.a. Implementatie van kaderbesluiten. Nijmegen, Wolf Legal Publishers 2006

1.3 Projecto Victims in Europe

Para complementar os esforços da própria Comissão na avaliação do progresso dos Estados-Membros no que diz respeito à implementação da Decisão-Quadro, deu-se início ao actual projecto de investigação. O projecto Victims in Europe é promovido em parceria pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), designada líder de projecto em nome do *Victim Support Europe*, e o instituto de investigação holandês Intervict, agregado à Universidade de Tilburg.

O projecto visa aferir a implementação da Decisão-Quadro de uma forma mais consistente e é composto por três componentes.

- *Implementação Legal.* Onde a avaliação da própria Comissão, quase que por necessidade, está limitada à transposição de artigos da decisão-quadro para a lei em sentido formal, o projecto pretende examinar o *cumprimento* dos sistemas legais dos Estados-Membros relativamente aos artigos. Isto é, incluindo directivas e protocolos que são lei em sentido material mas não em sentido formal. Além disto, a metodologia desenvolvida no projecto permite fazer uma comparação relativamente à forma como os Estados-Membros cumprem com os artigos da Decisão-Quadro, o que permite uma maior compreensão do modo como a formulação ‘livre’ dos artigos é interpretada por eles. Finalmente, a metodologia, se continuada, permite que o desenvolvimento dos direitos das vítimas por toda a União seja monitorizado.
- *Implementação organizacional.* A implementação de alguns, senão a maioria, dos artigos da Decisão-Quadro só será completamente realizada se o enquadramento jurídico tiver capacidade organizacional suficiente. Uma lei transpondo o artigo 13, relacionada com organizações de apoio à vítima, pode não passar do papel, se esta lei não for apoiada por uma ajuda financeira suficiente para que uma organização de apoio à vítima possa existir e cumprir as suas funções. Para que o artigo 4, sobre o direito das vítimas de receber informações, seja eficaz, não basta que esta informação esteja disponível algures; é necessário

que ela chegue, na realidade, às vítimas. Nesse sentido, foi levada a cabo uma pesquisa com o objectivo de avaliar esta implementação organizacional nos 27 Estados-Membros da União.

• *Medidas de impacto.* Se a intenção da Decisão-Quadro é assegurar que “cada Estado-Membro envie todos os esforços necessários no sentido de assegurar que, durante o processo, as vítimas sejam tratadas com respeito pela sua dignidade pessoal e reconheçam os direitos e interesses legítimos da vítima, em especial no âmbito do processo penal”, o teste final consiste em saber se as vítimas realmente consideram que são tratadas com respeito. Estão satisfeitas com o seu tratamento por parte de organizações de justiça penal? Receberam informação e apoio suficientes? Provas deste tipo não existem em todos os países; uma boa alternativa é a opinião dos peritos por toda a União Europeia relativamente ao impacto das cláusulas jurídicas, as quais poderiam ser analisadas através dos questionários desenvolvidos.

Este projecto promovido pela APAV, em nome do *Victim Support Europe*, contou com a participação especial, como parceiros e membros do comité executivo do projecto, de: Victim Support Europe (Holanda), Intervict (Holanda); Weisser Ring (Alemanha); Bíly Kruh Bezpečí (República Checa) e Victim Support Malta (Malta). O Projecto Victims in Europe teve também como parceiros 12 organizações membro do Victim Support Europe, nomeadamente: Fehér Gyuru Közhaszú Egyesület (Hungria); Victim Support Scotland (Escócia); Brottsförhållanden Riksförbundet (Suécia); Victim Support Northern Ireland (Irlanda do Norte); Steunpunt Algemeen Welzijnswerk (Bélgica); Pomoc Obetiam Násilí (Eslováquia); Weisser Ring Austria (Áustria); Supporting Victims of Crime and Combating Corruption Foundation (Bulgária); INAVEM (França); Slachtofferhulp Nederland (Holanda); Victim Support England & Wales (Inglaterra); Victimology Society of Serbia (Sérvia). Por fim, é essencial destacar o apoio do Ministério de Justiça Português no desenvolvimento do presente Projecto.

Abstract geometric shapes in the bottom left corner, consisting of several overlapping dark gray and black polygons.

2. Metodologia

2. Metodologia

2.1 Introdução

Este capítulo abrange a metodologia desenvolvida nos questionários de implementação legal e organizacional da Decisão-Quadro.. As secções 2.2 e 2.3 avaliam o questionário sobre a implementação legal e organizacional. Nas secções 2.2.1 e 2.3.1 é debatida a realização dos questionários e são expostas as suas directrizes e estruturas. A secção 2.4 pormenoriza as experiências na recolha de informações feita por diversos peritos dos Estados Membros da União Europeia. Será possível verificar que a informação de diferentes peritos do mesmo Estado-Membro é, frequentemente, contraditória. Isto pode muito bem reflectir diferenças reais na interpretação do sistema jurídico de determinadas jurisdições ou a possibilidade de existirem diferentes práticas (jurídicas) num Estado-Membro, por exemplo em países com uma estrutura federal. No entanto, é também possível que as diferenças se devam a diferentes interpretações das perguntas do questionário, a dificuldades em compreender a terminologia jurídica inglesa e/ou a falta de conhecimento relativamente a alguns dos assuntos abrangidos na Decisão-Quadro. A secção será por isso concluída com um resumo das actividades levadas a cabo de forma a reduzir eventuais inconsistências originadas por diferenças de interpretação.

2.2 Questionário legal

2.2.1 Desenvolvimento e estrutura do questionário

O questionário abrange toda a Decisão-Quadro. Neste ponto não será incluída a descrição completa do questionário, as distinções e categorizações relevantes serão debatidas ao longo do capítulo 3, na descrição dos resultados.

A formulação das questões baseia-se na obra de Brien e Hoegen “Vítimas de crime em 22 países europeus” de 2000. A sua pesquisa baseou-se na Recomendação R85(11) do Conselho da Europa, que abrange, em grande parte, as mesmas temáticas da Decisão-Quadro. No entanto, deverá ter-se em conta que apresenta mais possibilidades para a definição de padrões claros e coerentes e classificações relevantes. Estas classificações constituem o enquadramento analítico na obra de Brien e Hoegen e nesse seguimento, adoptámos a mesma abordagem.

Um exemplo desta mais-valia é a forma como o questionário analisou as medidas colocadas em prática para o tratamento das vítimas vulneráveis. A Decisão-Quadro afirma que “cada Estado-Membro assegurar às vítimas particularmente vulneráveis a possibilidade de beneficiar de um tratamento específico, o mais adaptado possível à sua situação.” Na obra de Brien e Hoegen são exploradas uma série de aproximações destinadas à satisfação deste objectivo. Existe, por exemplo, a inquirição a testemunhas crianças, abordado na questão 13:

13. De acordo com a legislação existente no seu país, como deverá ser efectuado o interrogatório de crianças testemunhas, tanto durante a fase de investigação como de julgamento? (Mais de uma resposta possível)

- *Não há qualquer procedimento especial*
- *Dependerá da discricionariedade da pessoa que realiza o interrogatório*
- *Este tipo de interrogatório deverá ser realizado por agentes de autoridade com formação específica*

-
- *Foram tomadas medidas a nível do Ministério Público e dos tribunais para reduzir o peso do processo em vítimas jovens*
 - *Este tipo de interrogatório deverá ter sempre lugar na presença de um adulto de confiança da criança*
 - *Este tipo de interrogatório poderá ter lugar num ambiente acolhedor para a criança*
 - *Este tipo de interrogatório pode ser realizado através de videoconferência*
 - *São admissíveis como prova em tribunal as gravações de interrogatórios anteriores*

Esta pergunta fornece mais do que uma ideia sobre se os Estados-Membros tratam as crianças testemunhas de um modo específico e, para além disso, mostra o caminho percorrido para atingir esse objectivo.

2.3 Questionário organizacional

2.3.1 Desenvolvimento e estrutura do questionário

O questionário de implementação organizacional tinha por objectivo reunir informação sobre a aplicação e eficácia de medidas concebidas para a transposição dos artigos da Decisão-Quadro. Foi com este objectivo que foram contactados peritos com conhecimento e uma opinião informada sobre esta temática.

O questionário organizacional segue a ordem da Decisão-Quadro. Para esse fim foram desenvolvidas treze categorias de perguntas fechadas e classificadas através de uma escala de cinco pontos em que (1) significa “discordo totalmente” e (5) corresponde a “concordo totalmente”. Por exemplo, no artigo 2 “Respeito e Reconhecimento”, perguntámos:

Indique em que medida concorda com as seguintes afirmações:

- *A maioria das vítimas no meu país considera que o seu papel no sistema de justiça penal é apropriado*
- *A maioria das vítimas no meu país sente ser reconhecida enquanto tal, de forma adequada, pelos profissionais do sistema de justiça penal*

Na tabela 2.1 é apresentada uma visão geral das questões formulados aos peritos de cada Estado Membro da União Europeia.

Tabela 2.1 / A relação entre a Decisão-Quadro e os Questionários

Artigo da Decisão-Quadro	Tópicos das perguntas que constam do questionário legal	Tópicos das perguntas que constam do questionário organizacional
1. Definição de Vítima	1. Âmbito da definição de vítima	
2. Respeito e reconhecimento	2. Definição de vítima vulnerável 3. Tratamento específico durante a fase de investigação 4. Tratamento específico durante a fase de julgamento	1. Papel das vítimas no sistema de justiça penal 2. Respeito e reconhecimento das vítimas
3. Audição e apresentação de provas	5. Informação relativa a indemnização 6. Disponibilidade ou apoio gratuito para fornecimento de informação 7. Direito a acusação particular 8. Condições para direito subsidiário a acusação particular 9. Direito a recorrer de decisão de não pronúncia 10. Autoridade responsável pela apreciação deste recurso 11. Direito a recorrer do veredicto do tribunal	3. Consciência das vítimas acerca da possibilidade de serem ouvidas ou de fornecerem provas. 4. Contacto por parte da polícia após formalização da queixa 5. Contacto por parte do procurador depois da formalização da queixa
3. Inquirição	12. Inquirição continuada 13. Inquirição de testemunhas crianças 14. Inquirição de vítimas com deficiências mentais 15. Inquirição de vítimas estrangeiras 16. Inquirição de vítimas de violência doméstica/ sexual ao nível das forças policiais 17. Inquirição de vítimas de violência doméstica/ sexual ao nível das autoridades judiciais	6. Inquirição efectuada por autoridades da justiça penal 7. Inquirição efectuada por autoridades da justiça penal e a participação das vítimas no sistema de justiça penal
4. Direito de receber informação	18. Nível de responsabilidade do Estado no fornecimento de informação 19. Especificação da divulgação de informação 20. Dever de informar por parte da polícia 21. Informação relacionada com resultados de investigação policial 22. Informação relacionada com a decisão de acusar 23. Tipos de vítimas a quem é fornecida a informação da questão 22 24. Informação sobre hora e local de audiência 25. Informação sobre o resultado do caso 26. Informação sobre libertação do autor do crime	8. Tipo de serviços ou organizações às quais pedir apoio 9. Tipo de apoio 10. Denúncia de um crime 11. Processos penais 12. Condições para obtenção de protecção 13. Acesso a aconselhamento ou apoio jurídico 14. Indemnização 15. Providências especiais para vítimas residentes noutro Estado-Membro 16. Resultado da queixa 17. Consciência dos direitos após primeiro contacto com as forças policiais 18. Consciência dos direitos após um primeiro contacto com os técnicos de apoio à vítima 19. Nível de fornecimento de informação por parte do Estado 20. Nível de fornecimento de informação por parte de organizações não-governamentais e/ou sociedade civil 21. <i>Timing</i> adequado para as autoridades judiciais fornecerem informações
5. Garantias de comunicação	27. Medidas destinadas a reduzir problemas de comunicação 28. Vítimas elegíveis para estas medidas	22. Medidas destinadas à redução das dificuldades de comunicação e respectiva eficácia 23. Características particulares das vítimas em inquirição 24. Medidas comparáveis para vítimas e autores de crime
6. Apoio específico	29. Disponibilidade de apoio jurídico gratuito	25. Consciência de, enquanto parte, poder receber apoio jurídico gratuito 26. Adequação e eficácia do aconselhamento e apoio jurídico providenciados gratuitamente 27. Acesso a apoio jurídico
7. Despesas das vítimas resultantes da sua participação em processos penais	30. Elegibilidade de vítimas para reembolso de despesas 31. Responsabilidade pelo pagamento destas despesas	28. Conhecimento por parte das vítimas do direito a reembolso 29. Procedimentos a aplicar para obtenção de reembolso 30. Tempo necessário para reembolso de vítimas 31. Recursos disponíveis para o reembolso de despesas 32. Adequação do reembolso de despesas 33. Pagamento adiantado

8. Protection	32. Audiências gravadas	34. Protecção policial
	33. Limites impostos à divulgação de informação pessoal de vítimas	35. Garantia de privacidade
	34. Restrições relacionadas com cobertura por parte dos órgãos de comunicação social	36. Protecção relativamente aos órgãos de comunicação social.
	35. Medidas de protecção física	37. Protecção relativamente ao contacto com o autor do crime
	36. Disponibilidade de salas de espera separadas	
	37. Injunção / Medida cautelar de protecção	
	38. Sanções contra comportamento ameaçador	
9. Direito de indemnização no âmbito do processo penal	40. Influência do pagamento de indemnização nas sanções do infractor	38. Adequação da indemnização
	41. Existência do princípio de adesão	39. Tempo utilizado para indemnização e necessidades das vítimas
	42. Indemnização pelo Estado através do princípio de adesão	40. Consciência das vítimas sobre pedido de indemnização
	43. Execução de pagamento de indemnização através do princípio de adesão	41. Simplicidade do pedido
	44. Possibilidade de indemnização oficiosa	
	45. Indemnização pelo Estado oficiosa	
	46. Execução da indemnização oficiosa	
10. Mediação penal	47. Infracções adequadas	42. Consciência das vítimas relativamente à mediação penal
	48. Consequências para processos penais	43. Acessibilidade ao processo de mediação penal
	49. Autoridade responsável por recurso a mediação	44. Aconselhamento privado
	50. Papel do apoio à vítima na mediação	
11. Vítimas residentes noutro Estado-Membro	51. Aceitação de queixas por crimes cometidos noutro Estado-Membro	45. Procedimentos apropriados
		48. Apoio apropriado
		49. Cooperação entre Estados-Membros
		50. Papel do Estado
		51. Procedimentos para apresentar uma queixa
13. Organizações de apoio à vítima	52. Existência e posicionamento das organizações de apoio às vítimas	52. Financiamento
	53. Nível de cooperação entre o apoio à vítima e a polícia	53. Acesso a Organizações de Apoio à Vítima
		54. Adequação dos Serviços de Apoio à Vítima e Necessidades da Vítima
		55. Suficiência do apoio fornecido
14. Formação profissional dos profissionais com intervenção no processo	54. Disponibilidade de formação para agentes da polícia	56. Conhecimento para lidar com as vítimas
	55. Resultados da avaliação desta formação	57. Recursos disponíveis
	56. Disponibilidade de formação para autoridades judiciais	58. Programas de formação para agentes da polícia
	57. Resultados da avaliação desta formação	59. Programas de formação para profissionais da justiça

2.4 Metodologia de contacto dos inquiridos

Motivação, método e actividades para contactar os inquiridos

Tal como já foi mencionado, o relatório da avaliação da própria Comissão sobre a implementação da Decisão-Quadro apresenta várias falhas. Um dos principais problemas deveu-se ao facto da Comissão Europeia estar completamente dependente das contribuições dos Estados-Membros para ficar ao corrente da forma como estes tinham transposto a Decisão para a sua legislação nacional. A Comissão também não tinha a possibilidade de verificar a veracidade dos relatórios nem a oportunidade de colocar questões adicionais. Outro obstáculo foi o facto dos responsáveis pelo projecto dos relatórios nacionais serem também os responsáveis pela implementação da Decisão, uma situação que poderá ter influenciado a imparcialidade da informação facultada.

Para colmatar estas falhas, a equipa de investigação deste Projecto incluiu na implementação jurídica as respostas de, pelo menos três peritos por Estado-Membro. Para o questionário organizacional foi estabelecido um mínimo de 5 respostas. Isto permite uma comparação entre peritos estatais e não estatais, aumentando assim a fiabilidade da informação.

O contacto com os peritos serviu para criar uma vasta base de dados de profissionais que pudessem ser considerados suficientemente conhecedores da legislação nacional e do estatuto da vítima no seu sistema de justiça penal. Junto dos representantes do Ministério da Justiça, do Ministério da Administração Interna, dos tribunais criminais, da polícia e dos departamentos jurídicos de universidades, a base de dados também incluiu funcionários de várias organizações não-governamentais que prestam serviços de apoio a vítimas. Posteriormente foi enviado para esta selecção de peritos um e-mail com a explicação do objectivo da investigação e com o link para o questionário *online*. Foram feitos esforços no sentido de seleccionar um agente de ligação o que permitiu evitar o envio de questionários para endereços de e-mail gerais, aumentando assim as probabilidades de resposta. Quatro sema-

nas depois do pedido inicial foi enviado um lembrete para o pedido formulado. Este método simples foi eficaz para alguns dos Estados-Membros, na medida em que originou um número de respostas suficiente. Lituânia, Reino Unido, Finlândia e Itália são exemplos de Estados-Membros dos quais foram obtidas três respostas sem que fosse necessário um pedido adicional.

No que diz respeito aos outros Estados-Membros, seguiram-se chamadas de acompanhamento cuja intenção foi incitar que um número de peritos suficiente - de preferência mais um do que os estritamente necessários - se compromettesse a responder ao mesmo. Quando um perito de uma organização aceitava preencher o questionário, a equipa de investigação abstinha-se de fazer pedidos semelhantes a peritos da mesma organização. Isto foi feito para prevenir padrões de resposta, para nos certificarmos de que haveria diversidade de respostas dentro das várias áreas (p.ex. Ministério da Justiça, universidade e organização não-governamental) e para evitar sobrecarregar a organização. Além disso, foram feitos esforços extra no sentido de assegurar que pelo menos o Ministério da Justiça era representado na amostra.

Apesar destas tentativas, o processo de recolha de informação foi exaustivo e em alguns Estados-Membros ainda não dispomos das três/cinco respostas requisitadas. Para além das medidas acima mencionadas, os membros da equipa de investigação recorreram a contactos pessoais e directos que estabeleceram ao longo das suas carreiras.

Resultados em termos de resposta dos inquiridos contactados

No decurso do projecto, a equipa de investigação conseguiu reunir 97 respostas ao questionário legal. A tabela 2.2 apresenta o número de respostas por Estado-Membro.

Tabela 2.2 | Número de inquiridos por Estado-Membro - inquérito legal

País	Número de Inquiridos
Austria	4
Bélgica	4
Bulgária	3
República Checa	3
Chipre	2
Dinamarca	3
Estónia	3
Finlândia	5
França	2
Alemanha	3
Grécia	2
Hungria	4
Itália	5
Irlanda	2
Letónia	2
Lituânia	4
Luxemburgo	3
Malta	2
Países Baixos	3
Portugal	9
Polónia	4
Roménia	3
Eslováquia	3
Eslovénia	5
Espanha	4
Suécia	2
Reino Unido	8
Número total de inquiridos	97

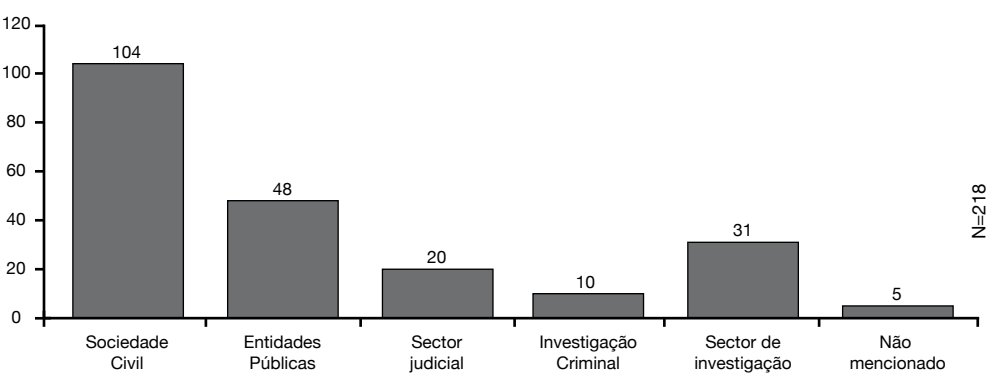
Para o questionário organizacional a equipa de investigação reuniu um total de 218 respostas. Os países com o maior número de respostas foram Portugal (N=28), Reino Unido (N=16), Bélgica (N=16), Itália (N=15), Espanha (N=13), Alemanha e Irlanda (N=11).

Tabela 2.4/ Número de inquiridos por Estado-Membro - inquérito organizacional

País	Número de Inquiridos
Austria	5
Bélgica	16
Bulgária	8
República Checa	4
Chipre	4
Dinamarca	4
Estónia	6
Finlândia	6
França	6
Alemanha	11
Grécia	5
Hungria	6
Itália	11
Irlanda	15
Letónia	3
Lituânia	7
Luxemburgo	7
Malta	5
Países Baixos	4
Portugal	28
Polónia	6
Roménia	6
Eslováquia	5
Eslovénia	5
Espanha	13
Suécia	6
Reino Unido	16
Número total de inquiridos	218

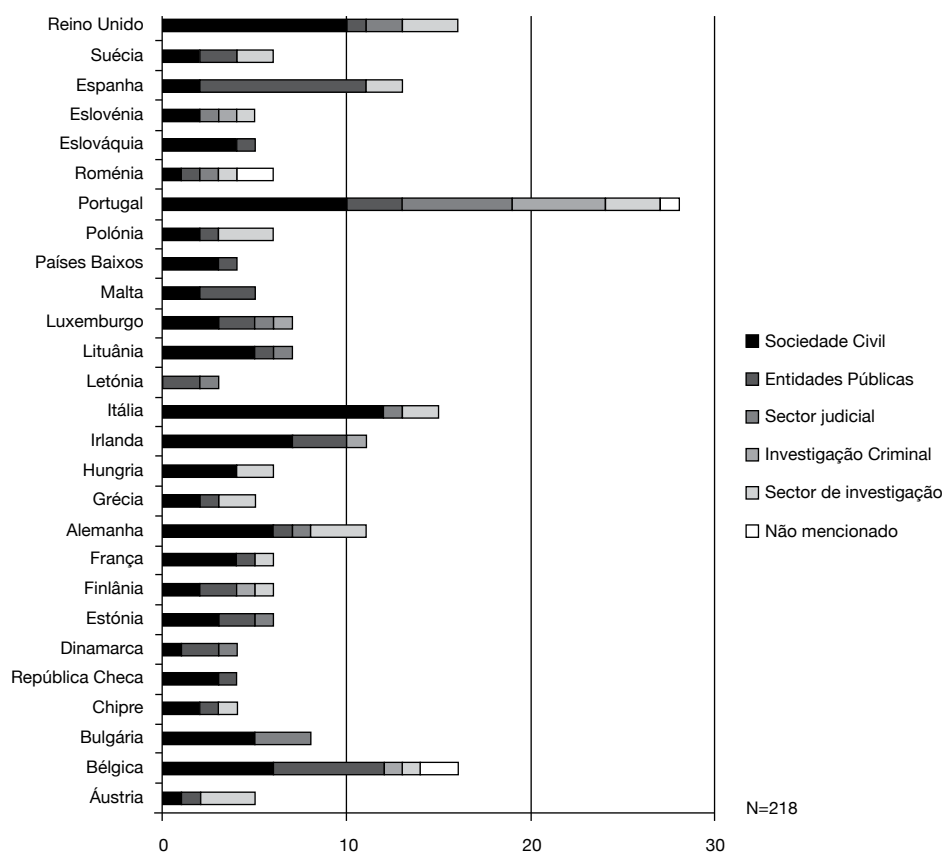
A maior parte dos peritos que responderam ao questionário organizacional pertenciam à sociedade civil (N= 104), seguindo-se os organismos do sector público (N=48), sector de investigação (N=31), sector judicial (N=20) e investigação criminal (N=10).

Imagem 1/ Número de respostas por tipo de organização



A imagem 2 permite-nos analisar detalhadamente por Estado Membro, que tipo de organização respondeu ao questionário organizacional.

Imagem 2 / Tipo de organização por Estado Membro



Avaliação e correcção de divergências nas respostas

Como já foi mencionado, no que diz respeito ao questionário legal, estava previsto que, por cada país, três peritos responderiam ao questionário, permitindo aumentar a qualidade e fiabilidade das respostas (partindo do princípio que os inquiridos interpretam as perguntas da mesma forma). No entanto, durante o projecto, foi possível observar que a interpretação varia de inquirido para inquirido. Em vários casos foi óbvio que os inquiridos interpretaram erroneamente as questões. Houve casos em que os inquiridos deram respostas às perguntas abertas que contradiziam as respostas às perguntas fechadas. As respostas às perguntas abertas, principalmente se estava incluída informação jurídica, foram utilizadas para representar a situação real no Estado-Membro. Por exemplo, em resposta às perguntas fechadas, muitos inquiridos afirmaram que a polícia é obrigada a aceitar queixas relativas a crimes cometidos noutro Estado-Membro. No entanto, na maior parte dos casos em que os peritos forneceram informação adicional, apontaram para a necessidade de jurisdição do seu próprio país. Todavia, isto não está de acordo com o texto do artigo da decisão relevante. O artigo 11(2) afirma explicitamente que deveria também ser aplicável a crimes para os quais o Estado-Membro não tem competência. Por fim, foram ainda analisadas fontes externas, tais como artigos académicos, legislação e análises de exercício jurídico.

Contudo, este problema não se restringe a este estudo. Na verdade, depois de revistas as várias análises do estatuto jurídico da vítima (incluindo a mais recente avaliação da Decisão-Quadro realizada pela Comissão Europeia, o estudo efectuado pelo Centro para o Estudo da Democracia, sob orientação do Professor Andrew Sanders, e estudos efectuados pelo Conselho da Europa e outras agências como a OSCE, que abrangeram alguns dos mesmos tópicos) apenas se pode concluir que este problema é difícil de ultrapassar. Claro que a realização de estudos comparativos na área jurídica é sempre uma tarefa complicada, tendo em consideração que pequenas diferenças no significado ou na interpretação de palavras podem implicar consequências muito abrangentes. No entanto, pensamos que as dificuldades estão par-

tualmente concentradas na área dos assuntos relativos a vítimas no âmbito do processo penal. Isto é impressionante porque, devido à sua posição de relativa pouca importância nos processos de justiça penal, o estatuto de vítima na maior parte das jurisdições é pouco claro. Por exemplo, a maioria dos Códigos de Processo Penal incluem apenas um pequeno número de cláusulas relacionadas com o estatuto de vítima.

Consideramos assim que, a dificuldade na obtenção de informação adequada relativamente ao estatuto das vítimas em processo penal na Europa, é um importante resultado por si só. Demonstra o desconhecimento para com os assuntos e direitos das vítimas, que ainda existe em muitas jurisdições e a pouca prioridade dada a esta temática.

3. Resultados

3. Resultados

3.1 Introdução

Neste capítulo serão apresentados os resultados do projecto. Para cada um dos artigos da Decisão-Quadro são apresentadas as principais conclusões. O capítulo segue a estrutura da Decisão-Quadro e por isso os artigos são apresentados por essa mesma ordem. Para cada artigo são expostos os resultados dos questionários jurídico e organizacional.

3.2 Artigo 1: Definições

3.2.1 O alcance do conceito de vítima

O artigo 1 da Decisão-Quadro contém as definições dos conceitos-chave utilizados. Uma dessas definições é a de vítima. Segundo a Decisão-Quadro: entende-se por *“vítima” a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, directamente causados por acções ou omissões que infrinjam a legislação penal de um Estado-Membro;*

Outros instrumentos legais internacionais alargam o âmbito deste conceito, com a Recomendação do Conselho a Europa 2006(8) a afirmar que “o termo ‘vítima’ também inclui, onde aplicável, os familiares directos ou dependentes da própria vítima” e a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder de 1985 das Nações Unidas que inclui ainda “pessoas que sofreram com a sua intervenção no auxílio das vítimas em perigo ou para evitar a vitimização”. Esta última categoria é frequentemente referida como primeiros intervenientes.

Embora o alcance do conceito da vítima aparente ter alguma simplicidade, as respostas dos inquiridos revelaram que este é um assunto complexo. Em primeiro lugar, nem todos os Estados-Membros têm uma definição jurídica de vítima e, em substituição concedem direitos, por exemplo, ao ‘lesado’ por um crime. Para além disso, a inclusão de outras pessoas além da própria vítima na legislação relativa a

estas não afecta necessariamente a sua definição. Em vez disso, pode ficar explícito na legislação que as cláusulas se aplicam não só à própria vítima mas também a outros. Somos da opinião que as cláusulas relativas às vítimas que se aplicam a outras pessoas que não apenas esta, assentam efectivamente dentro do âmbito da definição de vítima, apesar de alguns dos inquiridos terem opinião diferente. Por fim, o alargamento da definição de “vítima” pode apenas aplicar-se a algumas cláusulas, por exemplo indemnização por prejuízos causados pela ocorrência de um crime ou, em certas situações como, por exemplo, em resultado da morte da vítima como consequência do crime.

Foi perguntado aos inquiridos do questionário legal se os pais, filhos, outros membros da família, parceiro do mesmo sexo e os primeiros intervenientes estavam incluídos na definição deste conceito. A Tabela 3.1 contém os resultados.

Tabela 3.1/ O âmbito do conceito “vítima”

Estado-Membro	Pais	Filhos	Outros membros da família	Parceiros do mesmo sexo	Primeiros intervenientes
Austria	1	1	1	1	0
Bélgica	1	1	1	1	0
Bulgária	1	1	1	1	1
República Checa	1	1	1	1	1
Chipre	1	1	1	0	0
Dinamarca	0	0	0	0	0
Estónia	1	1	1	1	1
Finlândia	1	1	1	0	1
Alemanha	1	1	1	1	1
Grécia	1	1	1	0	1
Hungria	1	1	1	1	1
Irlanda	1	1	1	1	1
Itália	1	1	1	1	1
Letónia	1	1	1	0	0
Lituânia	1	1	1	0	1
Luxemburgo	1	1	1	1	1
Malta	0	0	0	0	0
Países Baixos	1	1	1	1	0
Polónia	1	1	1	0	0
Portugal	1	1	0	0	0
Eslováquia	0	0	0	0	0
Eslovénia	0	0	0	0	0
Espanha	1	1	1	1	0
Suécia	1	1	1	1	0
Reino Unido	1	1	1	1	0

3.2.2 Conclusões

As diferenças de opinião no que diz respeito à interpretação do conceito de “vítima” tornam difícil uma comparação entre Estados-Membros. É provável que os peritos da Dinamarca, Malta, Eslovénia e Eslováquia interpretaram a definição de uma forma restrita.

Noutros Estados-Membros, segundo os peritos, os membros da família mais próximos estão incluídos na definição. Em alguns países (Chipre, Finlândia, Grécia, Letónia, Lituânia, Polónia e Portugal) isto não se aplica ao parceiro do mesmo sexo, o que pode bem reflectir a situação das uniões entre parceiros do mesmo sexo nestes Estados-Membros. Os primeiros intervenientes são incluídos na Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Lituânia e Luxemburgo.

3.3 Artigo 2: Respeito e reconhecimento

3.3.1 Introdução

O artigo 2 engloba o respeito e o reconhecimento. O cumprimento do n.º 1 deste artigo implica a transposição correcta e completa de todos os Artigos da Decisão-Quadro (Groenhuijsen e Pemberton, 2009). Este número implica a avaliação do cumprimento de todas as directivas da Decisão e, por esta razão, não foi incluída de forma separada no questionário jurídico. O n.º 1 afirma o seguinte: *Cada Estado-Membro assegurará às vítimas um papel real e adequado na sua ordem jurídica penal. Cada Estado-Membro continua a envidar esforços no sentido de assegurar que, durante o processo, as vítimas sejam tratadas com respeito pela sua dignidade pessoal e reconhece os direitos e interesses legítimos da vítima, em especial no âmbito do processo penal.*

O n.º 2 do Artigo 2 está relacionada com a situação de vítimas vulneráveis. A Decisão-Quadro estabelece:

Cada Estado-Membro assegura às vítimas particularmente vulneráveis a possibilidade de beneficiar de um tratamento específico, o mais adaptado possível à sua situação.

É claro que esta cláusula pode influenciar todo o processo de apoio no caso das vítimas que são consideradas “particularmente vulneráveis”. É por isso notável que a Decisão-Quadro não se pronuncie sobre os critérios que os Estados-Membros deverão adoptar na definição das vítimas particularmente vulneráveis. Usaremos a Recomendação 8 do Conselho da Europa (2006) como guia para determinar as dimensões relevantes de vulnerabilidade.

3.3.2 Respeito e reconhecimento: implementação organizacional

Para uma visão geral relativamente ao estatuto das vítimas em processo penal, perguntámos aos inquiridos se, nos seus países, a maioria das vítimas considera que o papel que tem no Sistema Judicial Penal (SJP) é apropriado e se se sentem devidamente reconhecidas.

As respostas foram classificadas através de uma escala de cinco pontos (1 = discordo totalmente, 5 = concordo totalmente).

Tabela 3.2/ Avaliação geral - Respeito e Reconhecimento (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo totalmente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Papel das vítimas no SJP	26	12,3	87	41,0	48	22,6	46	21,7	5	2,4	212	100
Reconhecimento das vítimas	21	10,0	101	48,1	47	22,4	37	17,6	4	1,9	210	100

A maioria dos peritos respondeu negativamente. 53% considera que o papel das vítimas no sistema judicial penal é inadequado. Além disso, segundo 58% dos peritos, as vítimas não são devidamente reconhecidas pelos profissionais com intervenção no processo, e apenas 20% dos peritos partilham da opinião que aquelas são devidamente reconhecidas.

3.3.3 Algumas notas acerca da vulnerabilidade

No entanto, na realidade a Recomendação (8) do Conselho da Europa 2006 dá-nos, uma ideia acerca do conceito de vulnerabilidade. O artigo 3.4 declara que “cada Estado-Membro deverá assegurar às vítimas particularmente vul-

neráveis, *quer devido às suas características pessoais ou às circunstâncias do crime*, a possibilidade de beneficiar de um tratamento específico “.

Existem boas razões para concordar com o Conselho da Europa na sua avaliação. A investigação vitimológica mostrou que o impacto do crime nas vítimas depende de três conjuntos de factores. Características pré-existent da vítima, psicológicas ou demográficas; severidade e circunstâncias do crime e a reacção do ambiente social no período pós-vitimização (ver Winkel, 1999; Ozer e col, 2003). Para além disso, a necessidade de tratamento especial no sistema judicial penal está relacionada com o risco de vitimação secundária na interacção com as entidades deste mesmo sistema. A investigação mostrou que o risco é elevado no que diz respeito a vítimas de certos crimes (como violência doméstica ou sexual) ou com determinadas características (vítimas jovens) (ver van Mierlo & Pemberton, 2009; Pemberton, 2009). Groenhuijsen e Pemberton (2009) mostram que as características pessoais mais frequentemente invocadas na avaliação da vulnerabilidade são a deficiência mental ou a idade da vítima. Na maioria dos casos esta última refere-se a crianças e adolescentes. As circunstâncias do crime podem significar a sua gravidade ou o tipo de crime cometido, com as vítimas de violência doméstica ou sexual a receberem frequentemente tratamento especializado.

3.3.4 A definição de vítimas vulneráveis

Tal como com a definição de vítima em geral, existe desacordo entre peritos quanto à existência de uma definição de vulnerabilidade das vítimas. Em algumas jurisdições, o termo vulnerabilidade não é utilizado, mas é reconhecida a necessidade de tratamento especial de determinadas categorias de vítimas. Somos da opinião que uma definição explícita de vulnerabilidade não é necessária para a transposição correcta do artigo. Em vez disso, é suficiente uma alusão a tratamento especial de categorias de vítimas devido às suas necessidades específicas. Por isso também procedemos à revisão da legislação dos Estados-Membros no sentido de verificar se é conferido tratamento especial a determinados grupos de vítimas, considerando assim, implicitamente, estas vítimas como vulneráveis.

Foi perguntado aos peritos se a idade da vítima, a sua incapacidade e/ou o tipo de crime cometido constituem bases para que sejam consideradas vulneráveis, ou seja, com necessidade de tratamento especializado.

Os inquiridos de pelo menos cinco países afirmaram que não existe definição de vítima vulnerável no seu sistema jurídico. No entanto, como será debatido na secção 3.4, todos eles facultam tratamento especial a vítimas crianças, o que significa que estas são vistas como vulneráveis. Estas definições “implícitas” de vulnerabilidade estão incluídas na tabela 3.3.

Tabela 3.3/ Definição de vítima vulnerável

Estado-Membro	Sem definição de vítima vulnerável	Idade da vítima	Vítima incapacitada	Tipo de crime
Austria	0	1	1	1
Bélgica	0	1	1	1
Bulgária	0	1	1	1
Chipre	0	1	0	1
República Checa	0	1	1	1
Dinamarca	0	1	1	1
Estónia	0	1	1	0
Finlândia	0	1	1	1
França	0	1	0	1
Alemanha	0	1	1	1
Grécia	0	1	1	1
Hungria	0	1	1	0
Irlanda	0	1	0	0
Itália	0	1	1	1
Letónia	0	1	1	1
Lituânia	0	1	1	0
Luxemburgo	0	1	0	1
Malta	0	1	1	0
Países Baixos	0	1	1	1
Polónia	0	1	1	0
Portugal	0	1	0	1
Roménia	0	1	1	1
Eslováquia	0	1	1	0
Eslovénia	0	1	0	1
Espanha	0	1	0	1
Suécia	0	1	0	1
Reino Unido	0	1	1	1
Total	0	27	19	20

3.3.5 Conclusões

A transposição do n.º1 do artigo 2 da Decisão-Quadro, que está relacionada com o respeito e reconhecimento, implica a transposição total de todos os

artigos da Decisão-Quadro. Este artigo implica a avaliação do cumprimento de todas as directivas da Decisão e, por esta razão, não foi incluída de forma separada no questionário jurídico. No entanto, as respostas dos peritos ao questionário organizacional são negativas no que concerne o grau de respeito garantido às vítimas e de reconhecimento pelo crime que sofreram.

No que diz respeito à vulnerabilidade, os resultados revelam que a maioria dos Estados-Membros considera que os problemas de saúde mental ou o tipo de crime sofrido constituem fundamento para que as vítimas recebam tratamento especial. Isto está em conformidade com a definição de vulnerabilidade do Conselho da Europa. Em alguns Estados-Membros o tratamento especial pode não ser acompanhado por uma definição de vulnerabilidade. No entanto, não é difícil argumentar que o mais importante para as vítimas não é a definição de vulnerabilidade mas sim o tratamento especial que essa definição implica.

3.4 Artigo 3: Audição e apresentação de provas

3.4.1 Introdução

O artigo 3 regula o direito das vítimas de crime de serem ouvidas. O direito a audição e apresentação de prova no processo penal pode, de uma maneira geral, adoptar duas formas. A primeira é quando uma vítima é chamada a testemunhar no seu próprio caso (ex. Herman, 2003). A segunda é quando é permitido à vítima participar no seu próprio caso, por exemplo ao apresentar um pedido de indemnização, ao promover acusação particular ou ao produzir um depoimento de impacto da vitimação. A participação em mediação penal também pode ser vista como uma forma de fazer valer o direito das vítimas a serem ouvidas. Este tópico será considerado na análise do artigo 10 da Decisão-Quadro.

A principal preocupação com a participação como testemunha tanto nas fases anteriores ao julgamento como na fase de julgamento é a prevenção de vitimação secundária. Na verdade, o termo vitimação secundária foi adoptado para descrever a experiência de vítimas a serem interrogadas e contra-interrogadas

com muito pouco respeito pela provação por que tinham passado (Campbell e col., 1999, Frazier & Haney, 1996; Temkin, 2002). A tentativa de minimizar o risco de tal acontecer tem implicações no que diz respeito ao alcance, duração e repetição do interrogatório. Nesse sentido, e do ponto de vista das vítimas, a inquirição deveria ser desenvolvida em níveis mínimos. A Decisão-Quadro reconhece esta aceção no artigo 3(2) “*cada Estado-Membro deverá tomar as medidas adequadas para que as suas autoridades apenas interroguem a vítima na medida do necessário para o desenrolar do processo penal.*” Para além disso, a Norma Orientadora C.8 da Recomendação (85)¹¹ sobre O Estatuto da Vítima na Lei Penal e Processual Penal do Conselho da Europa, afirma que “em todas as fases de investigação, o interrogatório das vítimas deve ser conduzido com respeito pela sua situação, os seus direitos e a sua dignidade pessoal. Devem ser adoptadas especiais precauções relativamente a crianças ou a pessoas com perturbações do foro psiquiátrico, as quais deverão ser sempre interrogadas na presença de um dos pais, tutor ou pessoa de sua confiança.” A secção 3.4.3 debate a implementação jurídica deste artigo da Decisão.

A participação no processo pode ter vantagens para as vítimas. A pesquisa revela que muitas vítimas sentem que têm pouca participação nos seus casos à medida que estes progridem no sistema penal, e isto leva à conclusão óbvia que muitas prefeririam um nível de participação mais elevado do que o que está actualmente disponível (Shapland e col, 1985; Wemmers, 1996).

No entanto, a participação da vítima é um tema complexo. Primeiro, uma maior participação nem sempre é o melhor para as vítimas nem pode ser aplicável a todas as vítimas. Do ponto de vista da justiça processual, as vantagens de uma maior participação deveriam compensar o stress psicológico que essa mesma participação poderá despoletar (Orth, 2002). Como já foi mencionado este facto é mais óbvio no caso da “participação” de vítimas enquanto testemunhas. No entanto, este factor também deve ser tido em conta relativamente a formas de participação mais confortáveis para as vítimas. A pesquisa efectuada por Edwards (2004) e Wemmers e Cyr (2004) sugere que, sendo-lhes dada a hipótese de escolha, as vítimas preferem participar no processo, no sentido de fazer ouvir a sua voz. No entanto, geralmente preferem que o poder

de decisão dos seus casos esteja a cargo de outrem. Para além disso, as vítimas também deveriam ter o direito de não participar, tal como realçam Reeves & Mulley (2000). O facto de o Estado ter responsabilidade na detenção, acusação e sentença dos autores do crime é relevante para muitas vítimas.

Em segundo lugar, é difícil comparar a utilidade e as vantagens que derivam das diferentes formas de participação. Por um lado, a natureza exacta da participação voluntária determinará, em grande parte, a sua utilidade para as vítimas. Por exemplo, ao examinar os depoimentos de impacto de vítimas, deveria considerar-se que esta categoria de medidas pode variar entre um depoimento escrito que serve primeiramente uma função na atribuição de indemnização, e um depoimento oral, que pode influenciar a sentença atribuída ao autor do crime (ver Erez, 2004). Além disso, é provável que a existência de medidas auxiliares, como apoio, aconselhamento e informação, influenciem as vantagens que derivam da participação. Por exemplo, nos últimos anos, a utilização do princípio de adesão nos Países Baixos mostrou um aumento significativo (ver Slachtof erhulp Nederland, 2008). Isto não se deve a alterações na concepção do processo mas a avanços nos níveis de apoio fornecidos a vítimas que pretendem iniciar este processo.

Para além disso, a investigação relacionada com a eficácia de diferentes métodos de participação está numa fase inicial. Pemberton & Reynaers (2010; ver também Zech & Rime, 2005) mostram que os inquéritos de satisfação que são realizados esporadicamente são uma medida fraca no que diz respeito à utilidade e vantagens da participação para as vítimas. Isto é ainda mais complicado devido a uma recente pesquisa (ver Winkel, 2007; Lens, Pemberton, Kunst & Groenhuisen, 2010) que revela que diferentes instrumentos de participação atraem diferentes tipos de vítimas.

Em conclusão, o fornecimento de instrumentos de participação a vítimas é, sem dúvida, do seu interesse. No entanto, muito depende da forma como os instrumentos são implementados e até assim é difícil ou mesmo impossível comparar diferentes instrumentos cuja intenção é permitir a participação das vítimas. Isto deve ser tido em conta na reapreciação de resultados relacionados com o

artigo 3(1) da Decisão-Quadro, que será debatido na secção seguinte.

3.4.2 Implementação legal – artigo 3(1)

Esta secção concentra-se no artigo 3(1) da Decisão-Quadro, o direito das vítimas a serem ouvidas:

“Cada Estado-Membro garante à vítima a possibilidade de ser ouvida durante processo e de fornecer elementos de prova.”

À semelhança de outros artigos da Decisão-Quadro, o artigo 3(1) está redigido de uma forma ‘vaga’⁶ que deixa bastante espaço para interpretação. Como consequência, é difícil verificar se um Estado-Membro cumpre ou não a obrigação disposta. De modo a permitir uma avaliação do progresso feito na implementação deste artigo, foi necessário definir padrões mais claros e coerentes. Estes podem servir como base útil para efeitos de comparação. Utilizando as classificações de Brien e Hoegen, foram colocadas sete questões aos peritos (da 5 à 11) relacionadas com o direito das vítimas fornecerem aos tribunais elementos de prova relevantes para a sua indemnização, direito a acusação particular e o direito de recorrerem tanto da decisão de arquivamento no final da investigação como da sentença.

Informação relacionada com a necessidade de indemnização

Em primeiro lugar a questão 5 está relacionada com a necessidade de indemnização por parte da vítima. Brien e Hoegen classificaram as jurisdições que estudaram nas seguintes categorias:

1. O tribunal não tem obrigação de ter em consideração informação respeitante à necessidade de indemnização por parte das vítimas
2. O fornecimento deste tipo de informação é um direito participativo da vítima ou do seu advogado.
3. O fornecimento deste tipo de informação é um dever formal do Procurador do Ministério Público
4. É permitido à vítima apresentar um Depoimento (de Impacto).

6. Groenhuijsen & Pemberton (2009).

É óbvio que o direito da vítima a ser ouvida é menos forte em jurisdições em que se aplica a primeira categoria. Na maioria dos países incluídos no estudo de Brien & Hoegen recai sobre a vítima a responsabilidade de demonstrar e comprovar a sua necessidade de indemnização.⁷ Numa minoria de jurisdições este era um dever formal do Procurador do Ministério Público, estando o Depoimento de Impacto da Vítima implementado apenas na Irlanda e em Inglaterra.

Tabela 3.4| *Direito a apresentar aos tribunais informação relevante sobre a necessidade de indemnização*

Estado-Membro	Não tem obrigação	Direito participativo da vítima ou advogado	Direito formal do Procurador do Ministério Público	Depoimento (de Impacto) da Vítima
Austria	0	1	1	1
Bélgica	0	1	0	1
Bulgária	0	1	0	0
Chipre	1	0	0	0
República Checa	0	1	0	0
Dinamarca	0	1	0	0
Estónia	0	1	0	1
Finlândia	0	1	1	1
França	0	1	0	0
Alemanha	0	1	0	0
Grécia	0	1	0	0
Hungria	0	1	0	0
Irlanda	0	1	0	1
Itália	0	1	0	0
Letónia	0	1	0	0
Lituânia	0	1	0	0
Luxemburgo	0	1	0	1
Malta	0	1	0	0
Países Baixos	0	1	0	1
Polónia	0	1	0	1
Portugal	0	1	1	0
Roménia	0	1	0	1
Eslováquia	0	1	0	0
Eslovénia	0	1	0	0
Espanha	1	0	0	0
Suécia	0	1	1	0
Reino Unido: Inglaterra e País de Gales	0	1	1	1
RU: Escócia	0	1	1	1
RU: Irlanda do Norte	0	0	0	1
Total	2	26	6	12

Alguns dos peritos no Chipre e em Espanha afirmam que os seus tribunais não têm qualquer obrigação de considerar a questão da indemnização mas, em ambos os casos, existia desacordo entre eles. Seis Estados-Membros obrigaram o Ministério Público a fornecer este tipo de informação. Segundo

7. Brien & Hoegen, pág. 1045.

Brienen & Hoegen a maioria dos países (n=26) ainda atribui às próprias vítimas a responsabilidade de apresentar ao tribunal os danos e perdas sofridos, seja como único meio ou como meio auxiliar de apresentar este tipo de informação. Notou-se um notável aumento nas jurisdições que implementaram o Depoimento de Impacto da Vítima em comparação com Brienen & Hoegen. Depois da Irlanda e da Inglaterra, os países que disponibilizam esta opção às vítimas são a Áustria, a Bélgica, a Estónia, a Finlândia, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Polónia e a Roménia (ver tabela 3.4). No entanto, como a natureza dos Depoimentos de Impacto das Vítimas pode variar, não é clara a influência que este facto tem sobre a indemnização.

Acusação Particular

Um instrumento que assegura que as vítimas são ouvidas em tribunal e que apresentam elementos de prova é a garantia do direito de acusação particular. A acção penal privada é definida como “uma acusação levada a cabo por um indivíduo ou organização privada por oposição a uma acusação levada a cabo por ou em nome do Estado.”⁸ O objectivo da instituição da acusação particular é agir “como uma protecção pessoal para a vítima contra uma decisão arbitrária, por parte das autoridades, de rejeitar o seu caso ou de recusar tomar qualquer medida.” Assim, a opção de acção penal privada é claramente exposta na Recomendação (85) como alternativa a uma reapreciação de uma decisão de não acusação efectuada por uma autoridade competente.⁹

Podem ser distinguidos dois tipos de acusação particular, nomeadamente o direito exclusivo a acusação particular – em que o crime em questão apenas pode ser acusado pelo indivíduo e não por uma autoridade pública - e o direito secundário a acusação particular – em que o Procurador do Ministério Público está em princípio autorizado a deduzir acusação mas em que uma acusação articular pode ser deduzida no caso de o Procurador do Ministério Público se recusar a fazê-lo¹⁰. De uma forma geral, a acusação particular exclusiva só é aplicável a crimes em que o interesse público em acusar é menor, como calúnia ou difamação.¹¹

8. Brienen & Hoegen, pág. 1063.

9. Norma Orientadora B.7.

10. Em algumas jurisdições, no Reino Unido, por exemplo, o procurador ainda tem o direito de assumir uma acusação privada secundária e de a suspender caso considere insuficientes as provas para sustentar a acusação.

11. Brienen & Hoegen, pág. 1063.

Tabela 3.5/ O direito a acusação particular

Estado-Membro	Não existe direito a acusação particular	Direito exclusivo a acusação particular	Direito subsidiário a acusação particular	Direito exclusivo e subsidiário a acusação particular
Austria	0	0	0	1
Bélgica	1	0	0	0
Bulgária	0	0	0	1
Chipre	0	0	0	1
República Checa	0	0	1	0
Dinamarca	1	0	0	0
Estónia	1	0	0	0
Finlândia	0	0	1	0
França	0	0	1	0
Alemanha	0	0	1	0
Grécia	1	0	0	0
Hungria	0	0	0	1
Irlanda	0	0	0	1
Itália	0	0	1	0
Letónia	0	1	0	0
Lituânia ¹²	0	1	0	0
Luxemburgo	0	0	1	0
Malta	1	0	0	0
Países Baixos	1	0	0	0
Polónia	0	0	0	1
Portugal	0	0	1	0
Roménia	0	0	0	1
Eslováquia	1	0	0	0
Eslovénia	0	0	0	1
Espanha	0	0	1	0
Suécia	0	0	0	1
Reino Unido	0	0	0	1
Total	7	2	8	10

De uma forma geral, a maioria dos Estados-Membros têm, na realidade, um direito subsidiário a acusação particular em prática (18), frequentemente em conjunto com um direito exclusivo a acusação particular (10 em 18). Apenas 7 Estados-Membros informam que a vítima não tem o direito a acusação particular e 3 contam apenas com acusação particular exclusiva.

Ao analisar os resultados do questionário e ao compará-los com os resultados de Brienens & Hoegen, existem algumas discrepâncias dignas de destaque. Onde peritos dinamarqueses e malteses, no nosso estudo actual, negam a existência de qualquer tipo de acusação particular nos seus respectivos países, Brienens & Hoegen chegaram à conclusão que na Dinamarca e em Malta na verdade existe um tipo de acusação particular em prática, nomeadamente a acusação particular *exclusiva*.¹³ Outra diferença notável diz respeito à Bélgica, onde todos os peritos negaram, na actual investigação, a existência de acusação particular no

12. Os peritos lituanos não concordaram neste ponto, podendo existir um direito secundário a processo penal privado.

13. Na Dinamarca existe a possibilidade do processo penal privado exclusivo para determinadas ofensas (pág.217) e em Malta pode ser iniciada a acusação privada com duas condições: 1) A ofensa tem de recair sob a jurisdição do tribunal do juiz e 2) a acusação da ofensa só pode ser efectuada por meio de queixa da parte lesada (pág.621).

seu país, enquanto Brienens e Hoegen chegaram à conclusão da existência de um direito subsidiário a acusação particular. Segundo “Victims of Crime”, uma vítima belga pode apresentar queixa e constituir-se a si própria como parte civil perante o juiz de instrução (“*plainte avec constitution de partie civile*”), ficando este obrigado a abrir uma investigação judicial. A investigação judicial deve ser seguida dos procedimentos penais normais. O juiz de instrução e o Procurador do Ministério Público estão encarregues destes procedimentos e podem decidir prosseguir ou não com a acusação. A questão que aqui se impõe é se o sistema belga se enquadraria na definição de acusação particular. O direito de apresentar um caso perante um juiz de instrução classifica-se como acusação particular, tendo em conta que a decisão de prosseguir ou não com a acusação depende, no final de contas, do Procurador do Ministério Público? Obviamente os peritos não acreditam ser esse o caso.

Direito de reapreciar a decisão de não acusação

A Directriz B.7 da Recomendação 11 do Conselho da Europa (85) propõe uma alternativa para a acusação particular. As vítimas devem ter o direito de apresentar um pedido de reapreciação, por parte de uma autoridade competente, de uma decisão de não acusação. A directriz não revela preferência quer por um direito de reapreciação, quer por um direito de acusação particular, assim os países têm a liberdade de adoptar a medida que preferirem, mas é importante que pelo menos uma destas medidas esteja em prática.

Embora a Directriz B.7 esteja redigida de uma forma que faz com que o direito de reapreciação e o direito de acusação particular pareçam alternativas semelhantes, argumenta-se que o direito de reapreciação é uma melhor protecção do direito de recorrer de uma decisão de acusação.¹⁴ Tal como já foi debatido no parágrafo anterior, o direito a acusação particular é frequentemente limitado a ofensas (menores) e normalmente requer o cumprimento de determinadas condições, como autorização do tribunal ou tentativa prévia de reconciliação. Nenhuma destas restrições se aplica ao direito de reapreciação de decisões de não pronúncia.

14. Brienens & Hoegen, pág. 16.

A reapreciação da decisão de não acusação pode ser realizada através de um pro-

cedimento não-institucionalizado. Isto significa que, embora o direito a uma re-apreciação não seja reconhecido oficialmente, foi desenvolvido um método para conceder à vítima uma hipótese de contestar a decisão e de ver a decisão inicial reconsiderada. Nesta versão, a vítima está dependente da benevolência das autoridades e - comparando com uma re-apreciação institucionalizada - não dispõe de opções que obriguem as autoridades a realizar a re-apreciação. Quando está prevista uma re-apreciação institucionalizada, o procedimento está disposto na legislação ou em directrizes, implicando que a re-apreciação seja considerada um direito da vítima ao invés de um serviço prestado pelas autoridades de decisão.¹⁵

Tabela 3.6/ O direito de re-apreciação de uma decisão de não acusação

Estado-Membro	Não existe direito de re-apreciação	Não existe re-apreciação institucionalizada	Re-apreciação institucionalizada
Austria	0	0	1
Bélgica	1	0	0
Bulgária	0	0	1
Chipre	1	0	0
República Checa	0	0	1
Dinamarca	0	0	1
Estónia	0	0	1
Finlândia	0	0	1
França	0	0	1
Alemanha	0	0	1
Grécia	0	0	1
Hungria	0	0	1
Irlanda	1	0	0
Itália	0	0	1
Letónia	0	0	1
Lituânia	0	0	1
Luxemburgo	1	0	0
Malta	1	0	0
Países Baixos	0	0	1
Polónia	0	0	1
Portugal	0	0	1
Roménia	0	0	1
Eslováquia	0	0	1
Eslovénia	1	0	0
Espanha	0	0	1
Suécia	0	0	1
Reino Unido	0	0	1
Total	6	0	21

Em 6 Estados-Membros os inquiridos indicaram que não existir qualquer direito de re-apreciação. A maioria dos Estados-Membros (21) prevê uma re-apreciação institucionalizada.

15. Brienens & Hoegen, pág. 1064.

3.4.3 Artigo 3: Inquirição

Repetição da inquirição

As declarações da vítima e os elementos de provas que esta apresenta são, regra geral, cruciais durante o desenvolvimento do caso, o que infelizmente leva a uma visão instrumental da vítima.¹⁶ Precisamente pelo facto da vítima ser essencial para a investigação do caso e para o fornecimento de elementos de prova, a forma como esta é tratada durante o processo de inquirição facilmente leva a práticas sem qualquer consideração pela condição e dignidade pessoais. A percepção instrumental da vítima também pode resultar, na prática, na repetição da inquirição. Segundo Brienens & Hoegen a repetição da inquirição deveria ser limitada ao mínimo. Para conseguir isto, “a primeira audiência das vítimas deveria, em princípio, ser tão minuciosa quanto possível e conduzida de forma que não antecipe novo interrogatório em data posterior.”¹⁷

Tanto a Decisão-Quadro como a Directriz C.8 da Recomendação 85(11) debatem os métodos de interrogatório mas não se pronunciam quanto à sua frequência. Contudo a repetição da inquirição de vítimas é uma forma de vitimização secundária amplamente reconhecida. Em segundo lugar, a frequência dos interrogatórios é crucial para a percepção dos processos penais por parte da vítima e para a sua disposição para cooperar com as autoridades judiciais no futuro.¹⁸ Por isso, e de acordo com Brienens & Hoegen, foi adicionada ao questionário uma questão relacionada com interrogatórios repetitivos. Foi perguntado aos peritos se as restrições à repetição da inquirição se aplicava e, em caso de resposta afirmativa, se aplicava a todas as vítimas ou apenas a determinados tipos de vítimas.

16. Brienens & Hoegen pág. 16.

17. *Ibid.*

18. Brienens & Hoegen pág. 1108.

Tabela 3.7/ Limites à repetição da inquirição

Estado-Membro	Sem limites	Repetição da inquirição limitada para todas as vítimas	Repetição da inquirição limitada para determinadas vítimas vulneráveis
Austria	0	0	1
Bélgica	1	0	0
Bulgária	1	0	0
Chipre	1	0	0
República Checa	0	1	0
Dinamarca	1	0	0
Estónia	1	0	0
Finlândia	0	0	1
França	0	0	1
Alemanha	1	0	0
Grécia	1	0	0
Hungria	1	0	0
Irlanda	1	0	0
Itália	0	0	1
Letónia	0	0	1
Lituânia	0	0	1
Luxemburgo	0	0	1
Malta	1	0	0
Países Baixos	0	0	1
Polónia	0	0	1
Portugal	0	0	1
Roménia	1	0	0
Eslováquia ¹⁹	1	0	0
Eslovénia	1	0	0
Espanha	1	0	0
Suécia	0	0	1
Reino Unido	1	0	0
Total	15	1	11

O principal resultado da pesquisa revela que num grande número de países (n=15) não existem limites para a repetição da inquirição nas fases de pré-julgamento e de julgamento. No entanto, a repetição da inquirição é limitada relativamente a determinadas vítimas vulneráveis na Finlândia, França, Suécia, Itália, Portugal, Polónia, Países Baixos, Luxemburgo, Lituânia, Letónia e Áustria. Em todos estes Estados-Membros as vítimas vulneráveis incluem crianças. Além disso, pelo menos em França, nos Países Baixos e no Luxemburgo são reconhecidas também como vítimas vulneráveis as vítimas de agressão sexual. A República Checa é o único Estado-membro que afirmou que a repetição da inquirição está limitada a todas as vítimas.

Inquirição de crianças vítimas

A consciência da necessidade de adaptar os métodos de inquirição normais à inquirição de crianças está presente em todos os Estados-Membros. As crianças

19. O facto dos inquiridos eslovacos fornecerem respostas divergentes pode significar que a repetição da inquirição está limitada a determinados grupos de vítimas.

são, regra geral, tratadas com mais consideração que outras vítimas. Contudo, o modo como as crianças são inquiridas varia substancialmente.

Brienen e Hoegen categorizam as possibilidades para a inquirição de crianças da seguinte forma:

- Não é dada especial atenção a esta questão
- Fica ao critério do examinador
- Este tipo de inquirição deve ser realizada por agentes de autoridade com formação específica
- Este tipo de inquirição deve sempre ser realizado na presença de um adulto de confiança e/ ou pode ser realizado num ambiente acolhedor para a criança
- Este tipo de inquirição pode ser realizado através de videoconferência e/ ou é permitido utilizar como elemento de prova em tribunal a gravação de vídeo efectuada previamente

Em determinadas jurisdições, a atenção pelas necessidades especiais das crianças testemunhas ficam ao critério do examinador (Malta, Polónia e Espanha). A maioria das jurisdições (n=20) introduziu programas de formação especial para que as forças policiais sejam capazes de interrogar crianças de acordo com as suas necessidades.

Tal como mencionado da directriz C.8, as autoridades têm o dever de dar especial atenção à situação pessoal das crianças e, como descrito na directriz, a presença e o apoio de uma pessoa de confiança é um meio para o conseguir. Da mesma forma, a criação de um ambiente acolhedor para a criança pode contribuir significativamente para uma melhoria do método de inquirição.²⁰ Um ambiente acolhedor permite às autoridades inquirir crianças testemunhas nas melhores circunstâncias possíveis. Através dos resultados da implementação legal, foi possível aferir que uma ou ambas as opções estão disponíveis em todos os Estados-Membros. Para evitar o comparecimento em tribunal pode ser utilizado como elemento de prova um circuito fechado de televisão ou registo em vídeo da inquirição efectuada durante a investigação em quase todas as jurisdições, exceptuando a Roménia, a Bulgária e a Itália. A Tabela 3.8 apresenta uma visão geral dos resultados.

20. Brienen & Hoegen, pág. 1113.

Tabela 3.8/ Inquirição de crianças testemunhas

Estado-Membro	Não é dada especial atenção	Ao critério do examinador	Realizado por agentes de auctoridade com formação específica	Adulto de confiança presente e/ou ambiente acolhedor para a criança	Videoconferência e/ ou gravação de vídeo
Austria	0	0	1	1	1
Bélgica	0	0	1	1	1
Bulgária	0	0	1	1	0
Chipre	0	0	0	1	1
República Checa	0	0	1	1	1
Dinamarca	0	0	1	1	1
Estónia	0	0	1	1	1
Finlândia	0	0	1	1	1
França	0	0	1	1	1
Alemanha	0	0	1	1	1
Grécia	0	0	0	1	1
Hungria	0	0	1	1	1
Irlanda	0	0	1	1	1
Itália	0	0	1	1	0
Letónia	0	0	1	1	1
Lituânia	0	0	1	1	1
Luxemburgo	0	0	1	1	1
Malta	0	1	0	1	1
Países Baixos	0	0	1	1	1
Polónia	0	1	1	1	1
Portugal	0	0	0	1	1
Roménia	0	0	0	1	0
Eslováquia	0	0	1	1	1
Eslovénia	0	0	1	1	1
Espanha	0	1	0	1	1
Suécia	0	0	1	1	1
Reino Unido	0	0	1	1	1
Total	0	4	20	27	24

Inquirição a vítimas com deficiência mental

Para além das crianças, a directriz C.8 faz uma referência especial a pessoas com deficiência mental ou física. Mais uma vez Brienen e Hoegen categorizam as possibilidades para o interrogatório destas vítimas:

- Não é dada especial atenção a esta questão
- Pessoas com deficiência mental deveriam ser inquiridas na presença de um adulto de confiança
- É permitido interrogar pessoas com deficiência mental através de videoconferência e/ ou é permitido utilizar gravação de vídeo de interrogatório efectuado previamente como prova em tribunal

Ao contrário do que acontece com as crianças, nem todos os Estados-Membros têm instalações especiais para pessoas com deficiência mental. Isto significa que, desde que estas pessoas compreendam as questões, terão de testemunhar como qualquer outra testemunha. No Chipre, Grécia, Itália e Polónia os peritos afirmaram que não é dada especial atenção a esta temática, o que pode ser também o caso em França, Irlanda, Espanha e Luxemburgo. O facto dos peritos diferirem neste assunto, pode significar que nestas jurisdições se defende a presença de um adulto.

A opção com mais respostas positivas é a inquirição na presença de um adulto de confiança. Esta opção está disponível em 15 jurisdições e pode ser o caso em outras quatro. 11 jurisdições permitem testemunhar através de videoconferência ou de gravação de vídeo da inquirição efectuada previamente. A Tabela 3.9 contém os resultados.

Tabela 3.9/ Inquirição de vítimas com deficiência mental

Estado-Membro	Não é dada especial atenção	Deve ser realizada na presença de um adulto de confiança	Pode ser realizada através de videoconferência e/ ou gravação de vídeo de interrogatório efectuado previamente
Austria	0	1	1
Bélgica	0	0	1
Bulgária	0	1	0
Chipre	1	0	0
República Checa	0	0	1
Dinamarca	0	1	0
Estónia	0	1	0
Finlândia	0	1	1
França	1	0	0
Alemanha	0	1	1
Grécia	1	0	0
Hungria	0	1	0
Irlanda	1	0	0
Itália	1	0	0
Letónia	0	1	1
Lituânia	0	1	0
Luxemburgo	1	0	0
Malta	0	1	0
Países Baixos	0	0	1
Polónia	1	0	0
Portugal	0	1	0
Roménia	0	1	0
Eslováquia	0	0	1
Eslovénia	0	1	1
Espanha	1	0	0
Suécia	0	1	1
Reino Unido	0	1	1
Total	8	15	11

Inquirição de vítimas de violência doméstica ou sexual

Considerando outras vítimas vulneráveis para além de crianças e pessoas com deficiência mental, a pesquisa concentrou-se na atenção dada, por parte de autoridades de justiça penal, às necessidades de vítimas de crimes sexuais e de violência doméstica. A consciencialização relativamente à forma de tratamento e interrogatório de vítimas de crimes sexuais aumentou depois de longas campanhas efectuadas por grupos feministas, bem como por muitas outras organizações, tais como organizações de apoio à vítima. Apenas na última década a violência doméstica se tornou uma temática mais sensível para o público. Durante muito tempo a violência doméstica foi considerada um assunto privado e não se inseria no domínio da justiça penal. Para além disso, a maioria das mulheres não denuncia incidentes de violência doméstica às autoridades.²¹ Brien e Hoegen dividiram as possibilidades para o interrogatório de vítimas de violência doméstica da seguinte forma:

- Não é dada especial atenção a esta questão
- O interrogatório deve ser realizado por um agente de autoridade do mesmo sexo
- É permitido realizar o interrogatório na presença de um acompanhante
- Devem existir equipas especializadas nos casos de violação e/ ou equipas para situações de violência doméstica que realizem tanto a inquirição como a investigação
- São utilizadas directrizes especiais para a inquirição de vítimas de violência sexual e/ ou violência doméstica

Em 11 jurisdições (Bulgária, Estónia, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia) não existe obrigação de prestar especial atenção a situações de violência sexual e/ou doméstica.²² Isto não significa que as autoridades da justiça penal não sejam sensíveis a todas as necessidades deste tipo de vítimas. Por exemplo, a “Ireland’s Victims Charter” menciona explicitamente vítimas de violência sexual.

A forma como o tratamento especial de vítimas de violência doméstica e sexual é levado a cabo varia nas outras 16 jurisdições. Em 10 jurisdições a inquirição deve

21. Brien e Hoegen, pág. 1115.

22. Os peritos da Polónia discordaram neste assunto. É possível que a Polónia obrigue ao tratamento especial de vítimas de violência doméstica e sexual

ser realizada por um agente de autoridade do mesmo sexo e em 10 jurisdições esta é permitida na presença de um acompanhante. 12 jurisdições têm em prática directrizes especiais para a inquirição de vítimas de violência sexual e/ ou violência doméstica, enquanto que 8 têm disponíveis equipas especializadas. Ver tabela 3.10.

Tabela 3.10/ Inquirição de vítimas de violência doméstica ou sexual

Estado-Membro	Não é dada especial atenção	Deve ser realizada por um agente de autoridade do mesmo sexo	É permitido ser realizada na presença de um acompanhante	Equipas especializadas violação ou violência doméstica	Directrizes especiais violência doméstica e sexual
Austria	0	1	1	0	1
Bélgica	0	0	1	0	1
Bulgária	1	0	0	0	0
Chipre	0	0	0	0	1
República Checa	0	1	1	0	0
Dinamarca	0	0	0	1	0
Estónia	1	0	0	0	0
Finlândia	0	0	1	0	1
França	0	1	0	0	1
Alemanha	0	1	1	0	1
Grécia	1	0	0	0	0
Hungria	1	0	0	0	0
Irlanda	1	0	0	0	0
Itália	1	0	0	0	0
Letónia	1	0	0	0	0
Lituânia	1	0	0	0	0
Luxemburgo	0	1	1	1	1
Malta	1	0	0	1	1
Países Baixos	0	1	0	1	1
Polónia	1	0	0	0	0
Portugal	0	0	1	0	0
Roménia	0	1	1	0	0
Eslováquia	1	0	0	0	0
Eslovénia	0	0	1	1	0
Espanha	0	1	0	1	0
Suécia	0	1	1	0	1
Reino Unido: Inglaterra e País de Gales	0	1	0	1	1
Reino Unido: Escócia e Irlanda do Norte	0	0	0	1	1
Total	10	10	10	8	12

Inquirição de vítimas residentes noutro Estado-Membro

Vítimas residentes noutro Estado-Membro da União Europeia enfrentam frequentemente problemas ao participar em procedimentos no país onde foi cometido o crime. Isto deve-se principalmente ao facto de a sua estadia no país onde foi cometido o crime ser temporária e por isso não podem es-

perar pelo início do processo. Além disso, diferenças a nível da língua constituem uma barreira adicional. Os recursos a disponibilizar à vítima como sendo procedimentos de acompanhamento rápido, testemunhos à distância e gravação de vídeo da inquirição efectuada na fase de investigação (declarações para memória futura) são vantajosos para a condição de vítimas residentes noutro Estado-Membro e o mesmo se aplica à disponibilidade de um número suficiente de tradutores.

Todos os Estados-Membros afirmam que existem tradutores disponíveis para a inquirição de vítimas estrangeiras. Em sete Estados-Membros (Chipre, República Checa, Dinamarca, Hungria, Irlanda, Itália e Eslováquia) esta é a única medida disponível. Em 14 dos Estados-Membros podem ser utilizadas vídeo ou teleconferência ou a gravação de vídeo antecipada de inquirição como elementos de prova. 14 Estados-Membros permitem que as vítimas prestem depoimento imediatamente depois do crime ter sido cometido. No entanto, deve ter-se em conta que o último recurso referido não é especialmente destinado a residentes noutro Estado-Membro, estando no entanto disponível para todas as vítimas nestas jurisdições. A Tabela 3.11 contém os resultados.

Tabela 3.11/ Inquirição de testemunhas residentes noutro Estado-Membro

Estado-Membro	Não é dada especial atenção a esta questão	Disponibilidade de tradutores para a inquirição	Vídeo/teleconferência ou gravação de vídeo antecipada	Depoi- mento imediato
Austria	0	1	1	
Bélgica	0	1	0	0
Bulgária	0	1	1	1
Chipre	0	1	0	1
República Checa	0	1	0	0
Dinamarca	0	1	0	0
Estónia	0	1	1	0
Finlândia	0	1	1	1
França	0	1	1	0
Alemanha	0	1	1	1
Grécia	0	1	1	0
Hungria	0	1	0	0
Irlanda	0	1	0	0
Itália	0	1	0	0
Letónia	0	1	1	0
Lituânia	0	1	0	0
Luxemburgo	0	1	1	1
Malta	0	1	0	1
Países Baixos	0	1	0	1
Polónia	0	1	1	1
Portugal	0	1	0	0
Roménia	0	1	0	1
Eslováquia	0	1	0	1
Eslovénia	0	1	1	0
Espanha	0	1	1	1
Suécia	0	1	1	0
Reino Unido: Inglaterra e País de Gales	0	1	1	1
Reino Unido: Escócia	0	1	1	0
Reino Unido: Irlanda do Norte	0	1	0	1
Total	0	29	14	1

3.4.4 Implementação organizacional

A Decisão-Quadro afirma que “Cada Estado-Membro garante à vítima a possibilidade de ser ouvida durante o processo e de fornecer elementos de prova”. No questionário de implementação organizacional foi pedido aos peritos para darem a sua opinião no que concerne os tópicos seguintes:

- Consciência das vítimas acerca da possibilidade de serem ouvidas e de fornecerem elementos de prova após formalização da queixa;
- Contacto estabelecido pelos agentes de autoridade após formalização da queixa;
- Contacto estabelecido pelos procuradores após formalização da queixa;

- Extensão e grau de intromissão da inquirição efectuada por autoridades da justiça penal;
- Extensão e grau de intromissão da inquirição como obstáculo à participação das vítimas no Sistema Judicial Penal (SJP).

As respostas foram classificadas através de uma escala de cinco pontos (sendo que 1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente). Segundo os peritos, a maioria das vítimas têm a consciência da possibilidade de serem ouvidas e de fornecerem elementos de prova após formalização da queixa (61,5%). Segundo os peritos, as vítimas são ainda contactadas pelas forças policiais após a queixa (69,4%). Porém, no que diz respeito ao papel dos procuradores, a opinião já é mais negativa. Segundo os peritos, as vítimas não são, na generalidade, contactadas por estes para serem ouvidas e fornecerem elementos de prova (51%). Além disso é maior o número de inquiridos que considera a inquirição efectuada pelas autoridades de justiça penal extensa e intromissiva (44%), dificultando a participação das vítimas no SJP (52,6%). Ver tabela 3.12

Tabela 3.12/ Avaliação geral - Audição e apresentação de provas (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Consciência por parte da vítima	8	3,8	45	21,1	29	13,6	105	49,3	26	12,2	213	100
Contacto por parte da polícia	6	2,9	26	12,6	31	15	116	56,3	27	13,1	206	100
Contacto por parte de procuradores do ministério público	58	30,1	41	20,9	96	49,0	--	--	--	--	196	100
Inquirição longa e intromissiva efectuada por autoridades de justiça penal	7	3,5	48	24,2	56	28,3	73	36,9	14	7,1	198	100
Inquirição longa e intromissiva dificulta a participação das vítimas no SJP	9	4,5	48	24,2	37	18,7	73	36,9	31	15,7	198	100

As medidas na audição e apresentação de provas deveriam beneficiar, em particular, as vítimas vulneráveis. No entanto, a maioria dos inquiridos é da opinião de que as medidas adoptadas para vítimas vulneráveis são inadequadas. 48,5% considerou ser este o caso, enquanto que apenas 26% considerou estas medidas adequadas.

Table 3.13/ Overall assessment - Vulnerable Victims (Number and % of answers)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Adequação de medidas	39	19,5	58	29,0	51	25,5	46	23,0	6	3,0	200	100

3.4.5 Conclusões

Audição e apresentação de provas

As jurisdições têm uma margem de manobra considerável na forma como implementam o direito de audição e apresentação de provas tal como exposto pelo artigo 3(1) da Decisão-Quadro. Todos os Estados-Membros implementaram medidas para promover formas de participação destinadas às vítimas. Apesar da diversidade, mesmo dentro do mesmo tipo de medidas, fazer uma comparação directa entre jurisdições relativamente à forma como promovem a participação é difícil, se não mesmo contraproducente.

Fornecer aos tribunais informação relativa à necessidade de indemnização por parte da vítima é principalmente, mais que um dever do procurador, um direito da vítima, sendo o tribunal obrigado a ter em conta assuntos relacionados com a indemnização em quase toda a União Europeia. Cada vez mais países estão a implementar formas de Depoimentos de Impacto das Vítimas.

A maioria dos países implementou uma forma de acusação particular ou o direito de reapreciação da decisão de não acusação. Os únicos países que não dispõem de nenhum dos direitos são Malta e Bélgica.

Inquirição

A maioria dos Estados-Membros não impõem restrições à inquirição repetitiva. Daqueles que impõem, apenas a República Checa restringe a todas as vítimas, enquanto que os restantes colocam restrições relativamente à inquirição repetitiva de crianças vítimas.

É dada especial atenção à inquirição de crianças vítimas em todos os Estados-Membros, embora os instrumentos utilizados variem. O mesmo acontece na maioria dos Estados-Membros relativamente às vítimas com deficiências mentais. A atenção especial a dar ao interrogatório de vítimas de violência doméstica e sexual não está tão difundida. Em 10 países os peritos afirmaram que não é dada especial atenção à sua situação.

As vítimas residentes noutro Estado-Membro têm acesso a tradutores em toda a União Europeia. Apesar disso, esta não é necessariamente uma medida tomada no interesse das vítimas residentes noutro Estado-Membro. Da mesma forma, cerca de metade dos Estados-Membros permitem que as vítimas prestem depoimento imediatamente depois da ocorrência do crime, mas mais que uma medida especialmente formulada para servir as necessidades das vítimas residentes noutro Estado-Membro, esta é uma característica dos seus sistemas de justiça penal.

A maior parte dos inquiridos não estão satisfeitos com a forma como a inquirição de vítimas é realizada nas suas jurisdições. A maioria considera a inquirição desnecessariamente intrusiva e extensa, o que dificulta a participação das vítimas no sistema de justiça penal. Isto também se aplica a vítimas vulneráveis. Segundo a maioria dos inquiridos, as medidas tomadas para proporcionar protecção adicional são inadequadas.

3.5 Artigo 4: Informação

3.5.1 Introdução

A informação é crucial para as vítimas lidarem com sistemas de justiça penais. Só conhecendo os seus direitos e oportunidades dentro do sistema jurídico é que as vítimas podem fazer uso deles. A informação é por isso uma necessidade crucial para vítimas de crime (Strang, 2002, Wemmers, 1996, Pemberton, 2009). Muito poucas vítimas são conhecedoras dos mecanismos do sistema de justiça penal ou conhecem o seu funcionamento (Brewster, 2001; isto aplica-se

ao público em geral, ex. Roberts, 1992). A investigação revelou a falta de informação como principal motivo de descontentamento para com os procedimentos da justiça penal (Wemmers, 1996, Sims & Myhill, 2001; Allen e col, 2006). Isto aplica-se à investigação policial (Brandl & Horvath, 1991), à fase de pronúncia (Angle e col, 2003) e ao resultado final decidido pelo tribunal (ex. Konradi, 1996). Para além disso, a maioria das vítimas não sabe de que recursos pode dispor, onde pode receber apoio e o que é esperado delas (ver as conclusões gerais do International Crime Victim Survey, Van Kesteren e col, 2008).

A informação é por isso uma componente crucial dos direitos das vítimas. No entanto, há vítimas para quem receber informação acerca do desenvolvimento do caso pode ser um fardo ou uma lembrança indesejável do crime sofrido. Por isso, facultar às vítimas a possibilidade de recusar receber informação é também importante (Reeves e Mulley, 2000).

A Decisão-Quadro reconhece a importância da informação no artigo 4º. Os quatro números referem-se a informação na fase inicial (n.º 1), informação relativa a processos em curso (n.º 2), informação relativa à libertação de um infractor condenado (n.º 3) e à possibilidade de optar por não receber informação (n.º 4).

O n.º 1 afirma o seguinte:

Cada Estado-Membro garante à vítima em especial, desde o seu primeiro contacto com as autoridades competentes para a aplicação da lei, o acesso às informações que forem relevantes para a protecção dos seus interesses, através dos meios que aquele considere apropriados e tanto quanto possível em línguas geralmente compreendidas.

Este requisito é seguido de uma extensa listagem de tópicos que devem ser abrangidos pela informação que a vítima recebe inicialmente. Serviços e apoio disponível para vítimas, a sua elegibilidade para assistência e apoio judiciário, requisitos que regem o direito da vítima a indemnização e, caso ainda não o tenham feito, onde e como podem relatar a ocorrência de um crime.

Os números 2 e 3 do Artigo 4 afirmam o seguinte: rever ponto da DQ n.º 2 do artigo 4 e do n.º 4 do artigo 4

Na medida em que o tenham comunicado por sua própria iniciativa, o Estado-Membro assegura à vítima o direito de optar por não receber informações relativas a:

(a) seguimento dado à queixa;

(b) elementos pertinentes que lhe permitam, em caso de pronúncia, ser inteirada do andamento do processo penal relativo à pessoa pronunciada por factos que lhe digam respeito, excepto em

(c) casos excepcionais que possam prejudicar o bom andamento do processo; sentença do tribunal.

Os Estados-Membros tomam as medidas necessárias para assegurar que, pelo menos nos casos de perigo potencial para a vítima, quando a pessoa pronunciada ou condenada por essa infracção seja libertada, se possa decidir informar a vítima, se tal for considerado necessário.

O n.º 4 afirma:

Na medida em que comunique por sua própria iniciativa as informações a que se referem os números 2 e 3, o Estado-Membro assegura à vítima o direito de optar por não receber essas informações, salvo se a comunicação for mesmo obrigatória, nos termos do processo penal aplicável.

O estudo sobre implementação legal reavaliou o progresso feito nos Estados-Membros relativo à divulgação de informação no momento do contacto inicial com a polícia; no que concerne o resultado da investigação; a decisão de acusação; o julgamento e a libertação do autor do crime. Mais do que isso, reavaliou a possibilidade das vítimas optarem por não receber informação. Finalmente considerou se a informação é facultada a todas as vítimas ou se está restringida a determinadas categorias, como por exemplo àquelas com um papel formal no processo, como testemunhas ou partes intervenientes.

3.5.2 Implementação legal

Informação na fase inicial

O número 1 do artigo 4º está relacionado com informação na fase inicial, o primeiro

contacto das vítimas com agentes de autoridade. Duas características da legislação dos Estados-Membros são relevantes para reavaliar o cumprimento deste artigo. Em primeiro lugar, a Decisão-Quadro obriga os Estados-Membros a garantia do acesso a informação. Uma forma adequada de assegurar o acesso, se não na prática pelo menos a nível de legislação, seria obrigar serviços integradas no sistema de justiça penal a divulgar informação acerca deste tipo de vítimas. Além disso, preferencialmente, um dos serviços deveria ser responsabilizado pela sua realização.

Em segundo lugar, Brien e Hoegen revelaram que alguns sistemas jurídicos têm disposições limitadas no que diz respeito a informações referentes a indemnização (Brien e Hoegen, 2000). Isto não cumpre com o estipulado pela Decisão-Quadro. Por isso, perguntámos aos peritos se existe uma obrigação de fornecer informação, se é limitada ao tópico “indemnização” e, em caso negativo, se a obrigação geral foi entregue a uma entidade, nomeadamente à polícia. A Tabela 3.14 contém os resultados.

Tabela 3.14/ Obrigação de fornecer informação às vítimas

Estado-Membro	Não tem obrigação	Tem obrigação mas apenas relativamente a informação relacionada com a indemnização	Obrigação geral	Obrigação geral com agente responsável
Austria	0	0	0	1
Bélgica	0	0	0	1
Bulgária	0	0	0	1
Chipre	0	0	1	0
República Checa	0	0	0	1
Dinamarca	0	0	0	1
Estónia	0	1	0	0
Finlândia	0	0	0	1
França	0	0	0	1
Alemanha	0	0	1	0
Grécia	1	0	0	0
Hungria	0	0	0	1
Irlanda	0	0	0	1
Itália	1	0	0	0
Letónia	0	0	1	0
Lituânia	0	0	0	1
Luxemburgo	1	0	0	0
Malta	1	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	1
Polónia	0	0	0	1
Portugal	0	1	0	0
Roménia	0	0	0	1
Eslováquia	0	0	1	0
Eslovénia	0	1	0	0
Espanha	0	0	1	0
Suécia	0	0	0	1
Reino Unido	0	0	0	1
Total	4	3	5	15

A maioria das jurisdições cumprem os dois critérios. Pelo menos quinze Estados-Membros têm obrigação geral de fornecer informação às vítimas, que também está atribuída a determinados serviços responsáveis. Grécia, Itália, Luxemburgo e Malta ficam aquém dos requisitos da Decisão-Quadro por não obrigarem os serviços do sistema judicial penal a fornecer informação às vítimas.²³ A Eslovénia, Estónia e Portugal restringem a obrigação de fornecer informação sobre indemnizações.

Isto constitui uma melhoria notável em relação à situação que antecedeu a Decisão-Quadro. No estudo de Brien en e Hoegen apenas sete países tinham implementado uma obrigação geral de informar vítimas por parte de um determinado serviço responsável (ver Brien en e Hoegen, 2000).

Informação relativa ao andamento do caso

Em primeiro lugar foi perguntado aos peritos através de que formas podem as vítimas tomar conhecimento do resultado da investigação policial. Obviamente que em todas as jurisdições, a recepção de uma intimação para comparecer em tribunal constitui-se como uma possibilidade da vítima tomar conhecimento do resultado. Nesse sentido, os peritos de praticamente todas os sistemas jurídicos afirmaram que a vítima pode contactar a polícia.

Na Dinamarca, Chipre e Roménia, o fornecimento de informação à vítima acerca do resultado da investigação policial é da exclusiva responsabilidade das autoridades, enquanto que, na Grécia e em Malta as vítimas têm o direito de consultar o processo. Na opinião dos autores deste relatório, estas jurisdições ficam aquém dos requisitos da Decisão-Quadro.

Nas outras jurisdições, o dever, de fornecer informação às vítimas por parte das autoridades, é mais alargado. Segundo os peritos, a maioria das jurisdições obriga as autoridades a informar todas as vítimas relativamente ao resultado da investigação policial. Em algumas destas jurisdições, (pelo menos na Bélgica, Finlândia, Alemanha, Países Baixos e Suécia) existe a possibilidade de as vítimas que pretendam não ser informadas do resultado manifestarem esse

23. No Luxemburgo houve desacordo entre os peritos nesta matéria.

desejo. Numa pequena minoria de jurisdições o dever de informar as vítimas está restringido a determinados tipos de vítimas ou existe apenas o dever de informar as vítimas no caso de resultados negativos. São os casos da Áustria, Hungria, França, Luxemburgo e Lituânia.²⁴ Ver tabela 3.15.

Tabela 3.15/ Mecanismos para tomar conhecimento do resultado da investigação policial

Estado-Membro	Intimações	A vítima pode contactar a polícia e/ ou consultar o processo	Dever de notificação, restringido a determinados tipos de vítimas, ou apenas no caso de resultados negativos	Dever de notificação para todas as vítimas
Áustria	1	1	1	0
Bélgica	1	1	0	1
Bulgária	1	1	0	1
República Checa	1	1	0	1
Chipre	1	1	0	0
Dinamarca	1	1	0	0
Estónia	1	1	0	1
Finlândia	1	1	0	1
França	1	1	1	0
Alemanha	1	1	0	1
Grécia	1	1	0	0
Hungria	1	1	1	0
Irlanda	1	1	0	1
Itália	1	1	0	1
Letónia	1	1	0	1
Lituânia	1	1	1	0
Luxemburgo	1	1	1	0
Malta	1	1	0	0
Países Baixos	1	1	0	1
Polónia	1	1	0	1
Portugal	1	1	0	1
Roménia	1	1	0	0
Eslováquia	1	1	0	1
Eslovénia	1	1	0	1
Espanha	1	1	0	1
Suécia	1	1	0	1
Reino Unido	1	1	0	1
Total	27	27	5	17

24. Na Lituânia os peritos discordaram nesta matéria, podendo o dever de notificação alargar-se a um maior grupo de vítimas.

25. No caso da Itália e da Roménia houve divergência nas respostas dos peritos. Na inspecção das leis relevantes de ambas as jurisdições (artigo 429 do Código do Processo Penal em Itália e Art. 4 da Lei 211/2004 na Roménia) não está especificado de forma clara se o dever de informar as vítimas também se aplica à decisão de pronúncia.

Depois da investigação policial, o procurador do ministério público pode decidir prosseguir com o caso contra o suspeito ou abster-se de o fazer. Na maioria das jurisdições as vítimas são informadas tanto de decisões positivas como negativas. As excepções são a Eslovénia, a Alemanha, a Grécia, a Letónia, a França, a Áustria e o Luxemburgo, onde a obrigação de informar as vítimas apenas se aplica no caso de uma decisão negativa, e Espanha, Chipre e Malta, onde não é fornecida qualquer informação.²⁵ Ver tabela 3.16.

Tabela 3.16/ Fornecimento de informação relativa à decisão de pronúncia

Estado-Membro	Não é fornecida informação	Pelo menos em caso de decisão negativa	No caso de decisão negativa ou positiva
Austria	0	1	0
Bélgica	0	0	1
Bulgária	0	0	1
Chipre	1	0	0
República Checa	0	0	1
Dinamarca	0	0	1
Estónia	0	0	1
Finlândia	0	0	1
França	0	1	0
Alemanha	0	1	0
Grécia	0	1	0
Hungria	0	0	1
Irlanda	0	0	1
Itália	0	0	1
Letónia	0	1	0
Lituânia	0	0	1
Luxemburgo	0	1	0
Malta	1	0	0
Países Baixos	0	0	1
Polónia	0	0	1
Portugal	0	0	1
Roménia	0	0	1
Eslováquia	0	0	1
Eslovénia	0	1	0
Espanha	1	0	0
Suécia	0	0	1
Reino Unido	0	0	1
Total	3	7	17

Esta informação é fornecida a vítimas com um papel formal nos processos na República Checa, França, Hungria, Luxemburgo, Itália, Portugal, Eslováquia, Suécia e Bélgica.²⁶ A maioria das jurisdições fornece a informação a todas as vítimas, independentemente do seu papel nos processos. Três Estados-Membros permitem explicitamente que as vítimas optem por não receber informação. É o caso do Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Escócia), da Alemanha e dos Países Baixos, ver tabela 3.17.

26. O facto dos peritos na França e na Eslováquia discordam uns dos outros, pode significar que a informação é divulgada a um maior grupo de vítimas.

Tabela 3.17/ Fornecimento de informação às vítimas relativamente à decisão de pronúncia

Estado-Membro	Pelo menos a vítimas com papel formal nos processos	A todas as vítimas	A vítimas que indicaram pretensão de serem informadas
Austria	0	1	0
Bélgica	1	0	0
Bulgária	0	1	0
República Checa	1	0	0
Dinamarca	0	1	0
Estónia	0	1	0
Finlândia	0	1	0
França	1	0	0
Alemanha	0	0	1
Grécia	0	1	0
Hungria	1	0	0
Irlanda	0	1	0
Itália	1	0	0
Letónia	0	1	0
Lituânia	0	1	0
Luxemburgo	1	0	0
Países Baixos	0	0	1
Polónia	0	1	0
Portugal	1	0	0
Roménia	1	0	0
Eslováquia	1	0	0
Eslovénia	0	1	0
Suécia	1	0	0
Reino Unido: Inglaterra e País de Gales, Escócia	0	0	1
Reino Unido: Irlanda do Norte	0	1	0
Total	10	12	3

A informação relativa à data e local do processo é fornecida a vítimas testemunhas em todas as jurisdições excepto uma (Dinamarca) e a todas as que são parte (parte civil ou assistente) a desempenhar no processo. A informação é fornecida a todas as vítimas em pelo menos 12 países, havendo quatro países (Países Baixos, Portugal, Suécia e Reino Unido) que fornecem a informação apenas a vítimas que desejam ser informadas. A Tabela 3.18 apresenta os resultados.

Tabela 3.18/ Fornecimento de informação relativa à data do julgamento

Estado-Membro	Vítimas na qualidade de testemunhas	Vítimas com outro papel formal (requerente civil, delegado auxiliar ou secundário)	Todas as vítimas	Vítimas que indicaram pretensão de serem informadas
Austria	1	1	1	0
Bélgica	1	1	1	0
Bulgária	1	1	1	0
Chipre	1	1	0	0
República Checa	1	1	1	0
Dinamarca	1	0	0	0
Estónia	1	1	0	0
Finlândia	1	1	0	0
França	1	1	0	0
Alemanha	1	1	0	0
Grécia	1	1	0	0
Hungria	1	1	0	0
Irlanda	1	1	1	0
Itália	1	1	0	0
Letónia	1	1	1	0
Lituânia	1	1	1	0
Luxemburgo	1	1	0	0
Malta	1	1	0	0
Países Baixos	1	1	0	1
Polónia	1	1	1	0
Portugal	1	1	0	1
Roménia	1	1	0	0
Eslováquia	1	1	0	0
Eslovénia	1	1	0	0
Espanha	1	1	0	0
Suécia	1	1	0	1
Reino Unido	1	1	0	1
Total	27	26	8	4

Na maioria das jurisdições, a obrigação de fornecer informação acerca do resultado do julgamento está relacionada com as vítimas que sejam parte nos processos (aplicável a 23 países). Em três países (Grécia, Malta e Chipre) os peritos afirmaram que não existe obrigação de fornecer esta informação às vítimas. Na Irlanda não é feita qualquer alusão a um papel formal, mas a *Victim’s Charter* permite a divulgação de informação para além de pessoas com papel formal. É também o caso na Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Estónia, Alemanha, Hungria, Letónia, Países Baixos, Suécia e Reino Unido. Ver tabela 3.19.

Tabela 3.19/ Informação relativa ao resultado do julgamento

Estado-Membro	Não tem obrigação	Vítimas com papel formal (Testemunha e/ou requerente civil)	Extensível a outras vítimas
Austria	0	1	0
Bélgica	0	1	1
Bulgária	0	1	1
Chipre	1	0	0
República Checa	0	1	0
Dinamarca	0	1	1
Estónia	0	1	1
Finlândia	0	1	0
França	0	1	0
Alemanha	0	1	1
Grécia	1	0	0
Hungria	0	1	0
Irlanda	0	0	1
Itália	0	1	0
Letónia	0	1	1
Lituânia ²⁷	0	1	0
Luxemburgo	0	1	0
Malta	1	0	0
Países Baixos	0	1	1
Polónia	0	1	0
Portugal	0	1	0
Roménia	0	1	0
Eslováquia	0	1	0
Eslovénia	0	1	0
Espanha	0	1	0
Suécia	0	1	1
Reino Unido	0	1	1
Total	3	23	10

Informação relativa à libertação do autor do crime

Em comparação com as outras fases do processo, a maioria das jurisdições está consideravelmente mais atrasada relativamente à informação acerca da libertação do autor do crime.

Muitas jurisdições não têm obrigação de informar quaisquer vítimas acerca da libertação do autor do crime. É o caso da Bulgária, Dinamarca, Estónia, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Luxemburgo, Chipre, Malta, Eslovénia e Roménia. Espanha é a única jurisdição que utiliza especificamente o papel formal da vítima como critério. Em algumas das outras jurisdições, o impacto do crime inicial ou a hipótese de revitimização são tidos em conta, isto acontece pelo menos na Irlanda, na Irlanda do Norte, nos Países Baixos, em Portugal e na Eslováquia.²⁸ Nas outras jurisdições não existem restrições, como o caso da Áustria, Bélgica, República Checa, Finlândia, França, Alemanha,

27. Os peritos da Lituânia discordaram neste assunto, alguns consideraram que a obrigação de fornecer informação se estende para além das vítimas com um papel formal.

28. Nas respostas recebidas tanto da Eslováquia como da Irlanda não é claro se o sistema de optar por receber informação se estende para além de vítimas que sofreram traumas graves (Irlanda) ou de vítimas em possível situação de perigo (Eslováquia).

Lituânia, Países Baixos, Polónia, Suécia e Reino Unido (Inglaterra, País de Gales e Escócia).²⁹ Ver tabela 3.20.

Tabela 3.20/ Informação relativa à libertação do infractor

Estado-Membro	Nenhuma	Vítimas com um papel formal	Vítimas de crimes graves	Todas as vítimas que indicaram pretensão de serem informadas
Austria	0	0	0	1
Bélgica	0	0	0	1
Bulgária	1	0	0	0
Chipre	1	0	0	0
República Checa	0	0	0	1
Dinamarca	1	0	0	0
Estónia	1	0	0	0
Finlândia	0	0	0	1*
França	0	0	0	1
Alemanha	0	0	0	1
Grécia	1	0	0	0
Hungria	1	0	0	0
Irlanda	0	0	1*	1
Itália	1	0	0	0
Letónia	1	0	0	0
Lituânia	0	0	0	1 *
Luxemburgo	1	0	0	0
Malta	1	0	0	0
Países Baixos	0	0	1	1
Polónia	0	0	0	1
Portugal	0	0	1	0
Roménia	1	0	0	0
Eslováquia	0	0	1*	1
Eslovénia	1	0	0	0
Espanha	0	1	0	0
Suécia	0	0	0	1
Reino Unido: Irlanda do Norte	0	0	1	0
Reino Unido: Inglaterra e País de Gales, Escócia	0	0	0	1
Total	12	1	3	12

3.5.3 Implementação organizacional

Na implementação organizacional foi pedido aos inquiridos para avaliarem a acessibilidade e clareza da informação fornecida às vítimas nos seus próprios países. Mais precisamente, foi-lhes pedido, mais precisamente, para avaliarem o acesso à e a clareza da informação relativa aos seguintes pontos:

- a forma de apresentar queixa de um crime
- o tipo de apoio que podem obter
- o seu papel no processo penal

29. Os peritos lituanos discordaram nesta questão, um dos peritos considerou que não existe tal obrigação.

-
- o procedimento para receberem indemnização
 - a possibilidade de receberem apoio jurídico
 - o resultado da denúncia

O “acesso à” e a ‘clareza’ da informação relativa a estes pontos foi avaliada através de algumas frases como: “No meu país, as vítimas conseguem facilmente aceder a informação relativa ao seu papel nos processos penais”. No que diz respeito à clareza, foi perguntado se “a informação relativa ao papel da vítima nos processos penais é de fácil compreensão por parte destas”. Além disso foi-lhes pedido para opinarem sobre até que ponto consideram que a informação chega atempadamente à maioria das vítimas. As respostas foram classificadas numa escala de cinco pontos (1 = discordo totalmente, 5 = concordo totalmente).

A análise geral revela que os inquiridos são da opinião de que as vítimas têm um acesso facilitado à informação sobre: tipo de serviços/organizações disponíveis para apoio (51,6% contra 28,9%); onde e como podem apresentar queixa da prática de um crime (72,3% contra 15%); aconselhamento e apoio jurídico (47% contra 29,7%); direitos depois de um primeiro contacto com agentes de autoridade (42,2% contra 32,7%) e técnicos de apoio à vítima (72,8% contra 13,4%). Ver tabela 3.21. No entanto, os inquiridos consideram que as vítimas ainda não têm acesso facilitado a informação acerca do seu papel nos processos penais (44,8% contra 29,5% que consideram que sim); da possibilidade de receber indemnização (44,8% contra 39,7%), às condições para obtenção de protecção (49,8% contra 30,6%) e ao resultado do relatório (42,6% contra 32,5%).

Os inquiridos da maioria dos países estão satisfeitos com o acesso à informação. Os únicos países em que os inquiridos responderam negativamente em relação ao acesso a informação foram Chipre, Finlândia, Roménia, Irlanda, Itália e Malta. A tabela está incluída nos anexos.

Tabela 3.21/ Avaliação geral - Direito a receber informação (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tipo de serviços / organizações disponíveis	15	7,0	47	21,9	42	19,5	83	38,6	28	13,0	215	100
Comunicar um crime	6	2,8	26	12,2	27	12,7	106	49,8	48	22,5	213	100
Papel desempenhado nos processos penais	18	8,6	76	36,2	54	25,7	47	22,4	15	7,1	210	100
Condições para obtenção de protecção	23	11,0	81	38,8	41	19,6	52	24,9	12	5,7	209	100
Aconselhamento ou apoio jurídico	9	4,2	54	25,4	50	23,5	83	39,0	17	8,0	213	100
Reparação	25	11,8	70	33,0	33	15,6	65	30,7	19	9,0	212	100
Resultado da comunicação	18	8,6	71	34,0	52	24,9	58	26,8	12	5,7	209	100
Consciência dos direitos após contacto com a polícia	17	8,1	52	24,6	53	25,1	74	35,1	15	7,1	211	100
Consciência dos direitos após contacto com apoio à vítima	5	2,5	22	10,9	28	13,9	110	54,5	37	18,3	202	100

Os resultados sugerem que, segundo os inquiridos, a acessibilidade e clareza dos diversos pontos abrangidos pela Decisão-Quadro não variam muito. Além disso, os resultados relacionado com o acesso e a clareza da informação relativamente a um determinado tópico estavam directamente relacionados. Em suma: os inquiridos que vêm a informação como sendo de fácil acesso também a consideram de fácil compreensão. E se consideram que a informação relativa a um tópico é de fácil acesso, isso corresponde também às suas respostas a outras alíneas. Ver tabela 3.22 para os resultados gerais; a tabela relativa aos diferentes países está incluída nos anexos.

Tabela 3.22/ Avaliação geral - Direito a receber informação (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tipo de serviços / organizações disponíveis	10	4,8	36	17,3	48	23,1	89	42,8	25	12,0	208	100
Comunicar um crime	6	2,8	24	11,4	43	20,4	99	46,9	39	18,5	211	100
Papel desempenhado nos processos penais	13	6,4	63	31,0	56	27,6	57	28,1	14	6,9	203	100
Condições para obtenção de protecção	21	10,4	66	32,8	46	22,9	57	28,4	11	5,5	201	100
Aconselhamento ou apoio jurídico	8	3,9	53	25,6	46	22,2	85	41,1	15	7,2	207	100
Reparação	15	7,3	62	30,2	46	22,4	63	30,7	19	9,3	205	100
Resultado da comunicação	19	9,5	71	35,7	39	19,6	63	31,7	7	3,5	199	100

Na opinião dos inquiridos, e em comparação com o Estado, as organizações não-governamentais são mais proactivas na produção de materiais (cartazes, folhetos, panfletos) que informam as vítimas sobre os seus direitos (70,5% considera isto verdade e 16,6% discorda).

Os resultados do estudo sugerem que o tempo levado para a providência de informação necessita de claras melhorias. As respostas foram claramente negativas (Número de respostas=205, Desvio Padrão =1,088, Moda = 2), com quase 50% dos inquiridos a não concordar com a afirmação de que a informação chega às vítimas atempadamente, e apenas 26,4% a concordar com esta afirmação. Ver tabela 3.23. Bélgica, Chipre, Finlândia, França, Grécia, Malta, Irlanda, Itália, Roménia, Portugal, Eslováquia e Espanha partilham a opinião de que a informação atempada às vítimas é problemática. A tabela está incluída nos anexos.

Tabela 3.23/ Avaliação geral - Fornecimento de informação (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Informação fornecida regularmente pelo Estado	36	17,2	52	24,9	25	12,0	69	33,0	27	12,9	209	100
Informação fornecida regularmente por ONG	11	5,2	24	11,4	27	12,9	98	46,7	50	23,8	210	100
Informação providenciada atempadamente	27	13,2	72	35,1	52	25,4	45	22,0	9	4,4	205	100

3.5.4 Conclusões

A maioria das jurisdições parece cumprir com o requisito de assegurar o fornecimento de informação às vítimas a partir do seu primeiro contacto com agentes de autoridade. Dezoito Estados-Membros têm obrigação geral de fornecer informação às vítimas, que também está atribuída a entidades responsáveis.

Do mesmo modo, na maioria das jurisdições, a vítima é informada sobre o progresso do caso; uma maioria de Estados-Membros tem em prática sistemas que informam as vítimas sobre o resultado da investigação policial e, da

mesma forma, sobre a decisão de acusação, a data e o local da audiência em tribunal e a decisão do tribunal. É dada menos atenção à possibilidade das vítimas não quererem ser informadas. Por último, em muitas jurisdições, a informação relativa à libertação do infractor não é divulgada às vítimas.

Os resultados do estudo sobre implementação organizacional revelam que o sucesso da divulgação de informação depende do tópico em análise. Os inquiridos revelam preocupação relativamente ao acesso a informação sobre o papel das vítimas no processo penal, às condições para obtenção de protecção, ao resultado da queixa e à possibilidade de indemnização. O acesso à informação sobre indemnização foi o tópico no qual os peritos demonstraram mais reservas. Pelo facto de estes serem todos aspectos fundamentais da Decisão-Quadro, esta conclusão é não só digna de destaque mas, na verdade, preocupante. O acesso a informação é um pré-requisito para acções posteriores e um factor fundamental para muitas vítimas. O facto dos inquiridos espalhados considerarem que este acesso não está assegurado, é um indício de uma falha no apoio prestado às vítimas. Para além disso, a maioria dos inquiridos é da opinião de que a informação não chega às vítimas atempadamente.

Neste ponto, o estudo organizacional não é tão positivo quanto os resultados do estudo de implementação legal. Os sistemas para a divulgação de informação podem existir formalmente mas, segundo a maioria dos inquiridos, na prática não proporcionam às vítimas o acesso suficiente à informação.

3.6 Artigo 5: Garantias de comunicação

3.6.1 Introdução

Tal como já foi mencionado, os interesses das vítimas residentes noutro Estado-Membro são uma questão fulcral da Decisão-Quadro. As vítimas residentes noutro Estado-Membro são a razão pela qual a União Europeia tem competência na área das questões relacionadas com as vítimas. Ser alvo de um crime no estrangeiro traz problemas adicionais a muitas vítimas. Existem

obviamente as questões relacionadas com a língua, na medida em que muitas das pessoas que viajam para países estrangeiros serão bem menos versadas na língua do país anfitrião do que o são na do seu próprio país. Isto é agravado pelo desconhecimento relativamente aos procedimentos do sistema judicial penal que as vítimas poderão experienciar. Embora os procedimentos deste sistema sejam semelhantes em muitos aspectos na Europa, existem também algumas diferenças(ex. Cavadino & Dignan, 2005). Desta forma, as garantias de comunicação adicionais para vítimas estrangeiras são muito importantes para a protecção dos seus interesses.

Também deverão ser destacados outros três pontos. Primeiro, vítimas turistas de uma categoria de alto risco. A maioria das pesquisas disponíveis sugere que uma pessoa tem cinco a dez vezes mais probabilidade de ser vítima de crime durante duas semanas de férias no estrangeiro do que durante quaisquer outras duas semanas do ano (Ex. Van Dijk e col., 2002). Isto não se aplica apenas aos crimes contra a propriedade de menor gravidade que normalmente se associam à vitimização de turistas, mas também a crimes violentos e crimes sexuais. Segundo, os progressos registados ao nível do estatuto de vítima residente noutro Estado-Membro podem também ser vantajosos para aqueles pertencentes a minorias étnicas. Uma recente pesquisa realizada pela *Fundamental Rights Agency* (Goodey, 2009) revela que esta é outra categoria de alto risco. No entanto, as percentagens de denúncia são baixas e o mesmo se pode dizer em relação à utilização de serviços após a vitimização (Van Dijk, 2001).

Terceiro, os instrumentos disponíveis para a redução das dificuldades de comunicação são, em muitos casos, também necessários para que os procedimentos de justiça penal avancem devidamente. Caso a polícia ou o Ministério Público não consiga compreender o depoimento da vítima, não conseguirá levar a cabo a sua investigação. Isto sugere que os instrumentos cujo objectivo consiste na minimização das dificuldades de comunicação podem, à partida, não ter sido implementados, tendo em conta os interesses destas vítimas.

A Decisão-Quadro reconhece a importância da maximização das garantias de comunicação no artigo 5.

Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias, em condições comparáveis às aplicadas ao arguido, para minimizar tanto quanto possível os problemas de comunicação, quer em relação à compreensão, quer em relação à intervenção da vítima na qualidade de testemunha ou parte num processo penal nos diversos actos determinantes desse processo.

3.6.2 Implementação legal

Duas vias possíveis para minimizar as dificuldades de comunicação são a disponibilidade gratuita, de tradutores e intérpretes e de material de informação redigido em várias línguas. Em todas as jurisdições existem tradutores e intérpretes disponíveis gratuitamente para as vítimas. Os peritos da Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha e Reino Unido afirmaram que também se deveria disponibilizar informação em várias línguas. Ver tabela 3.25.

Tabela 3.25/ Garantias de comunicação

Estado-Membro	Tradutores e intérpretes disponíveis gratuitamente para as vítimas	Informação deveria ser disponibilizada em várias línguas
Austria	1	0
Bélgica	1	0
Bulgária	1	0
Chipre	1	0
República Checa	1	0
Dinamarca	1	0
Estónia	1	0
Finlândia	1	0
França	1	0
Alemanha	1	0
Grécia	1	0
Hungria	1	0
Irlanda	1	0
Itália	1	0
Letónia	1	0
Lituânia	1	1
Luxemburgo	1	1
Malta	1	0
Países Baixos	1	1
Polónia	1	0
Portugal	1	1
Roménia	1	0
Eslováquia	1	0
Eslovénia	1	0
Espanha	1	1
Suécia	1	0
Reino Unido	1	1
Total	27	6

Pode dar-se o caso das medidas concebidas para reduzir as dificuldades de comunicação se aplicarem somente às vítimas na qualidade de testemunhas. Embora isto traga obviamente benefícios para as vítimas, pode duvidar-se se estas medidas terão sido motivadas em prol dos interesses destas. A tabela 3.25 mostra se os Estados-Membros restringem a aplicabilidade da garantia de comunicação a vítimas testemunhas ou se permitem também a inclusão de outras vítimas. A primeira opção acontece em 12 jurisdições, a última em 15. Ver tabela 3.26.

Tabela 3.26/ *Aplicabilidade da garantia de comunicação*

Estado-Membro	Nenhuma vítima	Pelo menos para vítimas testemunhas	Extensível a outras vítimas
Áustria	0	1	1
Bélgica	0	1	0
Bulgária	0	1	0
Chipre	0	1	0
República Checa	0	1	0
Dinamarca	0	1	0
Estónia	0	1	1
Finlândia	0	1	1
França	0	1	1
Alemanha	0	1	1
Grécia	0	1	1
Hungria	0	1	1
Irlanda	0	1	0
Itália	0	1	0
Letónia	0	1	1
Lituânia	0	1	1
Luxemburgo	0	1	0
Malta	0	1	0
Países Baixos	0	1	1
Polónia	0	1	0
Portugal	0	1	0
Roménia	0	1	1
Eslováquia	0	1	1
Eslovénia	0	1	0
Espanha	0	1	1
Suécia	0	1	1
Reino Unido	0	1	1
Total	0	27	15

3.6.3 Implementação organizacional

Os inquiridos foram questionados sobre a existência de formas de garantia destinadas a reduzir as dificuldades de comunicação ao longo dos procedimentos jurídicos. Foi-lhes perguntado especialmente até que ponto concordavam com as três afirmações seguintes:

- Existem recursos adequados para minimizar as dificuldades de comunicação durante o processo penal.
- Os recursos disponíveis são eficientes na redução das dificuldades de comunicação.
- As protecções têm em conta as necessidades e características específicas da vítima.

Uma pontuação de 1 significa que o inquirido discorda totalmente da afirmação. Uma pontuação de 5 significa que o inquirido concorda totalmente com a afirmação. Uma pontuação de 3 significa que o inquirido não concorda nem discorda.

O maior problema parece residir na disponibilidade dos recursos destinados a reduzir as dificuldades de comunicação. Uma maioria de 57,3% de inquiridos discordou ou discordou totalmente da disponibilidade de recursos adequados. 53,5% discordou ou discordou completamente da afirmação acerca da sua eficácia. No entanto, a maioria dos inquiridos concorda com o facto das características específicas da vítima serem considerados na inquirição (45,6% concorda ou concorda plenamente, enquanto que apenas 32,3% discorda ou discorda totalmente). Ver tabela 3.27.

Tabela 3.27/ Avaliação geral - Garantias de comunicação (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Recursos disponíveis	34	16,1	87	41,2	38	18,0	45	21,3	7	3,3	211	100
Eficácia dos recursos disponíveis	35	17,2	74	36,3	53	26,0	34	16,7	8	3,9	204	100
Características particulares das vítimas na inquirição	29	14,2	37	18,1	45	22,1	70	34,3	23	11,3	204	100

Os resultados variam bastante conforme o país. Em Itália, Malta e Portugal a resposta que aparece com mais frequência é negativa (discordo ou discordo totalmente) em todas as três afirmações. As garantias são vistas como mais adequadas na Áustria, República Checa, Letónia e Polónia. Mais uma vez é óbvio que as respostas dentro de cada país estão correlacionadas, sendo provável que um país com uma resposta baixa a uma afirmação tenha também respostas baixas nas outras afirmações. A tabela está incluída nos Anexos.

3.6.4 Conclusões

O artigo 5 da Decisão-Quadro fala sobre as garantias de comunicação no fornecimento de informação a vítimas. O resultado do estudo mostra que o melhor desempenho acontece em cinco Estados-Membros, onde existem tradutores e intérpretes gratuitos, assim como informação disponível em várias línguas. Em 12 Estados-Membros a elegibilidade para estas garantias de comunicação está restringida a vítimas testemunhas. Noutros 15, as garantias de comunicação estão acessíveis a um grupo mais vasto de vítimas.

Mais uma vez o estudo organizacional adiciona algo aos resultados da implementação legal. A maioria dos inquiridos é da opinião de que os recursos disponíveis para diminuir dificuldades de comunicação são insuficientes e para além disso, os recursos disponíveis são poucos e ineficazes.

3.7 Artigo 6: Assistência específica à vítima

3.7.1 Introdução

No artigo dedicado ao direito de audição e de apresentação de provas, destacámos a importância da assistência e ajuda proporcionados às vítimas quando estas pretendem participar no processo de justiça penal. Isto pode estar relacionado com os serviços prestados por organizações de Apoio à Vítima, assunto ao qual voltaremos quando estiver em debate o artigo 13 da Decisão-Quadro.

Para além da assistência, as vítimas poderão necessitar de apoio jurídico³⁰, para o qual nem sempre terão disponibilidade financeira. O artigo 6 da Decisão-Quadro está relacionado com as possibilidades existentes em termos de assistência jurídica gratuita a vítimas de crime. O artigo afirma o seguinte:

Cada Estado-Membro assegura, gratuitamente nos casos em que tal se justifique, que a vítima tenha acesso ao aconselhamento, a que se refere o n.º 1 da alínea f), subalínea iii) do artigo 4, sobre o seu papel durante o processo e, se necessário, ao apoio judiciário a que se refere o n.º 1, alínea f), subalínea ii) do artigo 4, quando tiver a qualidade de parte no processo penal.

3.7.2 Implementação legal

Todos os Estados-Membros proporcionam apoio jurídico gratuito a alguns ou a todos os grupos de vítimas. Regra geral os Estados-Membros verificam a situação financeira das vítimas, após o que garantem a assistência jurídica gratuita às vítimas. Desta forma, a capacidade económica é frequentemente o único critério de avaliação. Na verdade, dos países que proporcionam assistência jurídica gratuita às vítimas, apenas a Suécia e a Irlanda do Norte não utilizam a capacidade económica como critério. Nos Países Baixos está disponível apoio judiciário para vítimas de crimes violentos e sexuais, as quais são também elegíveis para reparação através do Fundo de Garantia Contra Actos de Violência.

Não existe assistência jurídica gratuita para as vítimas em Inglaterra, Malta e Irlanda porque não têm um papel activo nos sistemas de *common law*. Quatro jurisdições facultam assistência jurídica gratuita às vítimas enquanto sujeitos processuais, enquanto que cinco facultam assistência jurídica gratuita a determinados tipos de vítimas. Ver tabela 3.28.

30. Devemos aqui destacar que não existe necessariamente uma distinção clara entre apoio jurídico e apoio à vítima. Em várias jurisdições o apoio jurídico engloba advogados ou tem a responsabilidade de realizar tarefas de natureza semelhante.

Tabela 3.28/ *Assistência jurídica gratuita a vítimas*

Estado-Membro	Não existe a possibilidade de facultar assistência jurídica gratuita	Rendimento da vítima	O facto da vítima ser sujeito processual nos processos	O facto da vítima ser testemunha no caso	A assistência jurídica gratuita está disponível para todas as vítimas, sem restrições	O tipo de crime a que a vítima foi sujeita.
Austria	0	1	0	0	0	0
Bélgica	0	1	0	0	0	0
Bulgária	0	1	0	0	0	0
Chipre	0	1	0	0	0	0
República Checa	0	1	0	0	0	0
Dinamarca	0	1	0	0	0	0
Estónia	0	1	0	0	0	0
Finlândia	0	1	1	0	0	1
França	0	1	0	0	0	0
Alemanha	0	1	1	1	0	1
Grécia	0	1	1	0	0	0
Hungria	0	1	0	0	0	0
Irlanda	1	0	0	0	0	0
Itália	0	1	0	0	0	0
Letónia	0	1	0	0	0	0
Lituânia	0	1	0	0	0	0
Luxemburgo	0	1	0	0	0	0
Malta	1	0	0	0	0	0
Países Baixos	0	1	0	0	0	1
Polónia	0	1	0	0	0	0
Portugal	0	1	0	0	0	0
Roménia	0	1	0	0	0	1
Eslováquia	0	1	0	0	0	0
Eslovénia	0	1	0	0	0	0
Espanha	0	1	0	0	0	0
Suécia	0	0	1	0	0	1
Reino Unido: Inglaterra e País de Gales	1	0	0	0	0	0
RU: Escócia	0	1	0	0	0	0
RU: Irlanda do Norte	0	0	0	0	1	0
Total	2	18	5	1	1	5

3.7.3 Implementação organizacional

Pedimos aos inquiridos para opinarem sobre o apoio especial disponível para vítimas, por exemplo aconselhamento jurídico, assistência jurídica e outras formas de aconselhamento. Pedimos-lhes para comentarem três aspectos do apoio especial disponível, perguntando mais uma vez até que ponto concordavam com três afirmações:

- A maioria das vítimas está ciente da possibilidade de receber acon-

- selhamento e assistência jurídica gratuitos;
- A vítima consegue aceder facilmente a aconselhamento e apoio jurídico;
 - A maioria das vítimas sente que o aconselhamento jurídico que recebe é eficaz.

Desta forma, as respostas a este tema foram, de uma forma geral, negativas. A opinião acerca da eficácia do apoio especial foi a que obtive o pior resultado, em que 50,5% dos inquiridos respondeu negativamente à afirmação. 41,4% discorda ou discorda totalmente que as vítimas estejam conscientes da disponibilidade de apoio especial e 42,4% discorda ou discorda totalmente da existência de um fácil acesso a este apoio. Ver tabela 3.29.

De acordo com a resposta bastante negativa aos pontos que envolvem a assistência específica à vítima, encontramos um grande número de países onde as respostas ao apoio especial são sofríveis. Cinco países (Irlanda, Itália, Portugal, Roménia e Eslováquia) receberam pontuações baixas em todos os três aspectos do apoio específico e nenhum país obteve pontuação alta em todos os aspectos. A tabela detalhada está incluída nos anexos.

Tabela 3.29/ Avaliação geral - Assistência específica à vítima (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Consciencialização das vítimas	30	14,6	55	26,8	37	18,0	66	32,2	17	8,3	205	100
Acesso a assistência jurídica	22	10,7	65	31,7	52	25,4	56	27,3	10	4,9	205	100
Eficácia da assistência e aconselhamento jurídico	31	16,8	62	33,7	45	24,5	42	22,8	4	2,2	184	100

3.7.4 Conclusões

Não existem muitas jurisdições que proporcionem assistência jurídica gratuita a vítimas, simplesmente pelo facto de serem vítimas. Os princípios da assistência jurídica são, essencialmente, semelhantes aos princípios utilizados pelas jurisdições para facultar assistência e aconselhamento jurídico gratuitos a outros participantes em julgamentos, utilizando a capacidade

económica como critério principal.

As conclusões do questionário organizacional sugerem que tanto o acesso como os efeitos da assistência e do aconselhamento jurídico podem melhorar. A maioria dos inquiridos classificou de forma negativa estas características relativas à prestação de assistência e aconselhamento jurídico às vítimas.

3.8 Artigo 7: Despesas das vítimas resultantes da sua participação no processo penal

3.8.1 Introdução

Segundo a Decisão-Quadro, os Estados-Membros estão obrigados a reembolsar despesas em que as vítimas tenham incorrido devido à sua participação no processo penal, quando estas intervêm na qualidade de parte ou testemunha. É óbvio que não o fazer resultará numa experiência negativa para as vítimas, na medida em que são obrigadas a pagar para participar ou testemunhar no seu próprio julgamento. Isto representa não só uma despesa adicional na sua actual vitimização, mas provocará também um impacto negativo na sua vontade de comunicar futuros crimes e de participar em futuras investigações (ver por exemplo, Laxminarayan, 2010).

3.8.2 Implementação jurídica

A maioria dos Estados-Membros (n=18) afirma que tanto as vítimas que intervêm na qualidade de testemunhas como as vítimas que intervêm como parte são elegíveis para reembolso das despesas incorridas. No Chipre, Irlanda e Reino Unido as vítimas não podem ser parte interessada nos processos, aplicando-se as cláusulas somente a vítimas que intervêm na qualidade de testemunhas. Este último é também o caso da Bélgica, Dinamarca, Estónia e Itália. Além disso, tanto em Malta como em Espanha não existe em prática legislação que obrigue ao reembolso das vítimas. Ver tabela 3.30.

Tabela 3.30 Vítimas elegíveis para reembolso de despesas

Estado-Membro	Nenhuma	Apenas testemunhas	Apenas partes	Ambas
Austria	0	0	0	1
Bélgica	0	1	0	0
Bulgária	0	0	0	1
Chipre	0	1	0	0
República Checa	0	0	0	1
Dinamarca	0	1	0	0
Estónia ³¹	0	1	0	0
Finlândia	0	0	0	1
França	0	0	0	1
Alemanha	0	0	0	1
Grécia	0	0	0	1
Hungria	0	0	0	1
Irlanda	0	1	0	0
Itália	0	1	0	0
Letónia	0	0	0	1
Lituânia	0	0	0	1
Luxemburgo	0	0	0	1
Malta	1	0	0	0
Países Baixos	0	0	0	1
Polónia	0	0	0	1
Portugal	0	0	0	1
Eslováquia	0	0	0	1
Eslovénia	0	0	0	1
Espanha	1	0	0	0
Suécia	0	0	0	1
Reino Unido	0	1	0	0
Total	0	7	0	18

Dos Estados-Membros que reembolsam as vítimas, um número limitado (5) obriga o infractor a reembolsar a vítima relativamente às despesas incorridas. Consequentemente, se o infractor não for suficientemente solvente, as vítimas correm o risco de não receber qualquer reembolso. Noutros Estados-Membros, o Estado assume total responsabilidade ou intervém no caso de o infractor não ser suficientemente solvente. A Tabela 3.31 apresenta uma visão geral dos resultados. Em vários destes Estados-Membros existem cláusulas diferentes para vítimas testemunhas e vítimas que intervêm na qualidade de sujeito processual, sendo as primeiras frequentemente vistas como responsabilidade exclusiva do Estado, enquanto em relação às últimas o Estado apenas assume a responsabilidade no caso de insolvência por parte do infractor.

31. Os peritos chegaram à conclusão que as cláusulas apenas se aplicam a testemunhas, ao passo que o Código de Processo Penal deste País refere explicitamente as vítimas enquanto categoria que detém a possibilidade de reembolso de despesas, juntamente com as testemunhas.

Tabela 3.31/ Quem é o responsável pelo pagamento de despesas?

Estado-Membro	O infractor	O estado, unicamente ou no caso de insolvência por parte do infractor
Austria	0	1
Bélgica	0	1
Bulgária	1	0
Chipre	1	0
República Checa	0	1
Dinamarca	0	1
Estónia	0	1
Finlândia	0	1
França	0	1
Alemanha	0	1
Grécia	0	1
Hungria	0	1
Irlanda	0	1
Itália	1	0
Letónia	0	1
Lituânia	0	1
Luxemburgo	0	1
Países Baixos	0	1
Polónia	0	1
Portugal	0	1
Roménia	0	1
Eslováquia	1	0
Eslovénia	1	0
Suécia	0	1
Reino Unido	0	1
Total	5	20

3.8.3 Implementação organizacional

Pedimos aos inquiridos para darem a sua opinião acerca do reembolso de despesas a vítimas que tenham participado no processo penal na qualidade de testemunhas ou de outra forma. Foi-lhes pedido que comentassem cinco aspectos do processo de reembolso - conhecimento, facilidade de aplicação, momento do reembolso, montante de recursos disponíveis e a adequação geral do processo de reembolso.

De uma forma geral, as respostas foram negativas. Apenas 13,8% dos inquiridos afirmou concordar ou concordar plenamente com a adequação do sistema de reembolso. A resposta mais frequente foi negativa para os cinco aspectos. 52,6% das respostas acerca do conhecimento por parte da vítima foram negativas, 52,2% para o processo de aplicação, 57,1% para a actualidade, 54,1% para

a disponibilidade de recursos e 62,0% para adequação. Ver tabela 3.32.

É óbvio que existem alguns países onde o sistema de reembolso de despesas é visto negativamente em quase todos os aspectos, nomeadamente na Bélgica, Bulgária, Itália, Malta, Portugal e Espanha. A Alemanha, a Áustria e a Suécia estão entre os melhores. A tabela está incluída nos anexos.

Tabela 3.32/ Avaliação geral - Despesas das vítimas resultantes da sua participação no processo penal (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Conhecimento por parte das vítimas	36	18,4	67	34,2	33	16,8	43	21,9	17	8,7	196	100
Pedido de aplicação	31	16,7	66	35,5	29	15,6	47	25,3	13	7,0	186	100
Actualidade	39	23,4	56	33,5	36	21,6	25	15,0	11	6,6	167	100
Recursos disponíveis	37	21,5	56	32,6	36	20,9	31	18,0	12	7,0	172	100
Adequação	42	25,3	61	36,7	40	24,1	19	11,4	4	2,4	166	100

3.8.4 Conclusões

O direito a reembolso de despesas resultantes da participação no processo penal é reconhecido na maior parte dos Estados-Membros da UE. A maioria (n=18) concede este direito tanto a vítimas que tenham intervindo na qualidade de testemunha como de sujeito processual. Apenas 2 Estados-Membros indicam que nenhum dos estatutos garante elegibilidade, 7 Estados-Membros concedem o direito apenas a testemunhas.

Quanto à responsabilidade pelo reembolso das despesas das vítimas, as respostas são igualmente variadas. Apenas 5 Estados-Membros consideram o autor do crime como único responsável. Deste modo, é justo afirmar que o reembolso dos custos é normalmente visto como uma responsabilidade do estado, se não imediatamente, pelo menos, em última análise, quando o infractor não pode ou não quer pagar.

No entanto, na prática, e de acordo com os inquiridos neste estudo organizacional, o reembolso de despesas ainda carece de profundas melhorias. Em

termos gerais, os peritos consideram que as vítimas não conhecem as possibilidades de reembolso, sendo os processos de pedido complexos. Os recursos disponíveis são insuficientes e o reembolso não chega às vítimas atempadamente. No geral, o processo de reembolso foi considerado inadequado por 62% dos inquiridos, enquanto que apenas 14% o considerou adequado.

3.9 Artigo 8: Direito à protecção

3.9.1 Introdução: Vitimação repetida e secundária

O artigo 8 da Decisão-Quadro é dedicado ao direito à protecção. Isto diz respeito principalmente ao direito à protecção por parte das vítimas “relativamente à sua segurança e protecção da sua privacidade”. O artigo afirma o seguinte:

- *“Cada Estado-Membro assegura um nível adequado de protecção às vítimas de crime e, se for o caso, às suas famílias ou a pessoas em situação equiparada, nomeadamente no que respeita à segurança e protecção da vida privada, sempre que as autoridades competentes considerem que existe uma ameaça séria de actos de vingança ou fortes indícios de que essa privacidade poderá ser grave e intencionalmente perturbada.*
- *Para o efeito, e sem prejuízo no n.º 4, cada Estado-Membro garante a possibilidade de adoptar, se necessário, no âmbito de um processo judicial, medidas adequadas de protecção da privacidade e da imagem da vítima, da sua família ou de pessoas em situação equiparada.*
- *Cada Estado-Membro garante igualmente que o contacto entre vítimas e arguidos nos edifícios dos tribunais pode ser evitado, a não ser que o processo penal o imponha. Quando necessário para aquele efeito, cada Estado-Membro providencia que os edifícios dos tribunais sejam progressivamente providos de espaços de espera próprios para as vítimas.*

Quando for necessário proteger as vítimas, designadamente as mais vulneráveis, dos efeitos do seu depoimento em audiência pública, cada Estado-Membro assegura o direito de a vítima poder beneficiar, por decisão judicial, de condições de depoimento que permitam atingir esse objectivo por qualquer

meio compatível com os seus princípios jurídicos fundamentais.

No n.º 3.4.1 debatemos o fenómeno da vitimação secundária no contexto do processo de justiça penal. Porém, esta vitimação secundária pode ter origem noutros factores. Efectivamente, realça-se que o ambiente social directo da vítima pode originar perturbações (Brewin e col, 2000). Por exemplo, a forma como os media retratam as vítimas é de especial interesse. Esta tem sido uma queixa feita por familiares de vítimas de homicídio (ver Spungen, 1997; Rock, 1998) e vítimas de violência sexual (Temkin, 2002). Num estudo efectuado por Maercker & Mehr (2006) foi revelado que uma reacção negativa por parte dos media pode ter consequências ao nível psicológico da vítima. Neste sentido, e principalmente as vítimas em casos bastante mediáticos, podem necessitar de protecção e apoio contra as reacções intrusivas dos media.

As vítimas também podem temer a reacção do autor do crime. Em muitos casos, a vítima é a testemunha mais importante no caso contra o autor do crime e este factor pode levar este a adoptar um comportamento ameaçador (ver, por exemplo Zoellner, 2000). Para vítimas de violência crónica, como violência familiar, a segurança é a sua primeira necessidade e principal preocupação depois de denunciar um crime (ver Jordan, 2004). Nos casos de violência doméstica, é no período após a denúncia que ocorre frequentemente a violência mais grave, por vezes até fatal (Campbell, 2002). Para as vítimas nesta situação, o medo da reacção do agressor pode ser impeditivo da denúncia do crime (Jordan, 2004). As vítimas podem também pensar que a capacidade do sistema de justiça penal não está capacitado para prevenir a revitimização (f.e. Hartley, 2003).

A protecção não é apenas uma característica importante no caso de violência crónica. As vítimas de crime organizado e de outras formas de violência em que existe uma grande probabilidade de retaliação por parte do autor do crime provocam necessidades semelhantes.

3.9.2 Implementação legal

Protecção da privacidade

Existem várias medidas que proporcionam às vítimas a protecção contra a publicidade. Uma delas consiste em limitar a publicação dos dados da vítima. De uma forma geral, o processo penal é regido pelo princípio da publicidade, o que, entre outras coisas, requer que os julgamentos sejam abertos ao público. O objectivo consiste em “assegurar um julgamento justo do acusado e inspirar confiança pública na administração da justiça.”³² Excepções a esta regra são possíveis para a protecção da privacidade dos envolvidos no processo penal, como por exemplo, em determinados crimes ou em situações em que a publicidade possa atentar contra a honra ou estigmatizar a vítima.³³ Segundo o Relatório da Comissão, em todos os Estados-Membros existe a possibilidade de realizar audiências à porta fechada.³⁴ Isto implica que (parte dos) os procedimentos penais sejam realizados à porta fechada, sem a presença do público ou da imprensa. Brien e Hoegen dividiram as jurisdições de toda a Europa consoante a obrigação dos tribunais decretarem audiências à porta fechada. Surgiram as seguintes categorias:

- Isto não pode nunca ser uma obrigação, mas faz parte do seu poder discricionário
- Poderá ser uma obrigação em determinados tipos de autores de crime e/ou em determinados crimes
- Poderá ser uma obrigação para determinados tipos de vítimas e/ou caso a vítima o solicite

32. Brien e Hoegen, pág. 21.

33. Brien e Hoegen, pág. 21.

34. Relatório da Comissão, pág. 12. As jurisdições que foram incluídas no estudo de Brien e Hoegen também afirmaram, sem excepções, que os tribunais têm o poder de ordenar que os julgamentos sejam realizados à porta fechada (pág. 1132).

Os resultados do questionário revelam existir uma grande divergência nas práticas dos tribunais nos Estados-Membros da UE. Em 12 Estados-Membros os inquiridos indicaram não existir obrigação, apesar dos tribunais terem poder discricionário para decidirem pela audiência realizada à porta fechada.

Os motivos que poderão fundamentar a utilização deste poder discricionário prendem-se com a protecção da privacidade dos sujeitos processuais (por exemplo na Áustria, Chipre, Finlândia, Letónia, Lituânia), em resposta a um

pedido apresentado pelas partes envolvidas (Áustria, Alemanha), com o facto de a vítima (Finlândia) ou o infractor (Letónia, Lituânia) seja menor de idade ou caso a vítima seja portadora de uma deficiência mental (Finlândia), com a protecção das pessoas envolvidas (Áustria, Letónia), com a vulnerabilidade de determinadas testemunhas (RU), com o tipo de crime cometido (“crimes que atentam contra a honra e a liberdade e autodeterminação sexual” na Letónia, “crimes sexuais” na Lituânia e “crimes de terrorismo” no RU), com a necessidade de protecção de um segredo profissional ou comercial (Letónia), com motivos de ordem pública e de segurança nacional (Áustria) ou com o facto da vítima ou testemunha estar sujeita a não divulgação de identidade (Lituânia). Noutros Estados-Membros existem determinadas circunstâncias que poderiam obrigar os tribunais a realizar as audiências à porta fechada. Estas podem estar relacionadas com características do autor do crime; com a sua idade (por exemplo na Bulgária, Grécia, Eslovénia) e com a sua sanidade (Polónia).

As características da vítima podem igualmente obrigar a uma audiência à porta fechada. É o caso de vítimas jovens na Áustria e vítimas de crimes sexuais no Chipre, Irlanda, Luxemburgo e Eslováquia. Em algumas jurisdições a vítima pode solicitar uma audiência à porta fechada; na Polónia esta opção está limitada a vítimas de crimes sexuais.

O maior grupo de excepções obrigatórias ao princípio da publicidade está relacionado com os tipos de crimes. Os exemplos de crimes que justificaram uma audiência à porta fechada foram: crimes sexuais (por exemplo na Bulgária, Itália, Malta, Irlanda), crimes que atentam contra a honra (Bulgária), calúnia ou difamação (Polónia) e casos relacionados com a vida privada (Lituânia).

As audiências à porta fechada também podem estar relacionadas com a informação que pode ser divulgada no caso. A informação poderá estar relacionada com uma questão de segurança nacional (Chipre), protecção de um Estado (Letónia, Lituânia), segredos profissionais ou comerciais (Lituânia) ou com a reserva da ordem pública e dos bons costumes (Chipre). A tabela 3.33 apresenta uma visão geral dos resultados.

Tabela 3.33/ Audiências realizadas à porta fechada

Estado-Membro	Poder discricionário do tribunal, exclusivo	Determinados tipos de autores de crime e/ ou crimes	Determinados tipos de vítimas e/ ou a seu pedido
Austria	0	0	1
Bélgica	1	0	0
Bulgária	0	1	1
Chipre	0	1	1
República Checa	1	0	0
Dinamarca	0	0	1
Estónia	1	0	0
Finlândia	1	0	0
França	0	1	1
Alemanha	1	0	0
Grécia	0	1	0
Hungria	1	0	0
Irlanda	0	0	1
Itália	0	1	0
Letónia	0	1	0
Lituânia	0	1	1
Luxemburgo	0	0	1
Malta	0	1	0
Países Baixos	1	0	0
Polónia	1	0	0
Portugal	1	0	0
Roménia	1	0	0
Eslováquia	0	0	1
Eslovénia	0	1	1
Espanha	1	0	0
Suécia	0	1	1
Reino Unido	1	0	0
Total	12	10	11

Outra medida destinada a impedir a violação da privacidade das vítimas é a restrição da divulgação de informação relacionada com as vítimas. As três formas possíveis para limitar esta divulgação (o princípio do segredo de justiça nas fases pré-julgamento; a proibição de revelar a identidade das vítimas em audiência pública e a proibição de revelar a identidade das vítimas à imprensa) foram obtidas a partir do trabalho de Brienens & Hoegen. A proibição de revelar a identidade de vítimas de determinado tipo de crimes em audiência pública é uma medida de protecção mais forte que uma simples restrição à cobertura mediática. No primeiro caso, a identidade da vítima só é conhecida dos intervenientes no processo, enquanto que no último, a identidade da vítima será do conhecimento de todas as pessoas que assistam ao julgamento.

Nos Países Baixos e na Eslovénia os inquiridos informaram não existirem medidas legislativas disponíveis para restringir a divulgação de informação pes-

soal da vítima. Em 12 Estados-Membros aplica-se o princípio do segredo de justiça nas fases pré-julgamento. Além disso, 16 países proíbem a divulgação da identidade de vítimas de determinados crimes à imprensa e também em audiências públicas. As razões evocadas para limitar a divulgação da identidade das vítimas em audiência pública e/ou à imprensa são as seguintes:

- a idade da vítima (Chipre, Estónia, Lituânia, Malta, RU),
- a idade do autor do crime (Itália, Lituânia, Bulgária),
- a protecção da vida privada dos sujeitos processuais (Chipre, Finlândia, Lituânia),
- o perigo para a segurança da vítima (Itália, Lituânia, Eslovénia, RU, Áustria, Letónia) e/ou
- o crime (violência doméstica em Espanha, crimes contra a honra na Bulgária, crimes sexuais na Estónia, Irlanda, Itália, Lituânia, Malta, RU e Bulgária, casos relacionados com segurança nacional na Grécia, Chipre e Bulgária).

Tabela 3.34/ Restrições à divulgação de dados das vítimas

Estado-Membro	Não existem medidas disponíveis	Princípio do segredo de justiça nas fases pré-julgamento	Proibição de revelar a identidade das vítimas de determinados crimes em audiência pública	Proibição de revelar a identidade das vítimas de determinados crimes à imprensa
Austria		0	1	1
Bélgica	0	1	0	1
Bulgária	0	0	1	1
Chipre	0	0	1	1
República Checa	0	1	1	1
Dinamarca	0	1	0	0
Estónia	0	1	0	0
Finlândia	0	1	1	1
França	0	0	0	1
Alemanha	0	0	1	1
Grécia	0	1	1	1
Hungria	0	1	0	0
Irlanda	0	0	1	1
Itália	0	0	1	1
Letónia	0	0	1	0
Lituânia	0	0	1	1
Luxemburgo	0	1	0	0
Malta	0	0	1	1
Países Baixos	0	0	0	0
Polónia	1	1	0	0
Portugal	0	0	0	1
Roménia	0	1	0	0
Eslováquia	0	0	0	0
Eslovénia	1	0	0	1
Espanha	0	1	0	0
Suécia	0	1	0	0
Reino Unido	0	0	1	1
Total	0	12	13	16

A última medida destinada a proteger a vítima da imprensa são restrições à cobertura mediática de casos. Brienen e Hoegen revelaram as seguintes possibilidades:

- Auto-regulação por parte dos media, quer através de entendimento tácito, quer através de um código deontológico explícito.
- Restrições à cobertura mediática, impostas pelo tribunal, em casos específicos.
- Restrições gerais por meio de legislação. Brienen e Hoegen consideraram que a última categoria está relacionada com categorias específicas de crimes, como violação e agressão sexual, ou com elementos específicos dos media, como cobertura televisiva.³⁵

Os peritos de Espanha e França afirmaram não existir quaisquer restrições em prática. Para além destes dois países, todos os outros Estados-Membros dispõem de alguma forma de restrição à cobertura mediática. Em 17 Estados-Membros os media têm os seus próprios códigos deontológicos, 16 permitem aos tribunais a imposição de limites aos media e em 9 existem restrições gerais à cobertura mediática.

35. Brienen & Hoegen, pág. 1132.

Tabela 3.35/ Restrições à cobertura mediática

Estado-Membro	Não existem restrições	Código deontológico dos media	O tribunal pode impor restrições	Restrições gerais à cobertura mediática
Austria	0	1	0	1
Bélgica	0	1	0	1
Bulgária	0	0	1	0
Chipre	0	0	1	1
República Checa	0	1	1	1
Dinamarca	0	0	1	0
Estónia	0	1	1	0
Finlândia	0	1	1	0
França	1	0	0	0
Alemanha	0	1	0	0
Grécia	0	1	0	1
Hungria	0	1	0	0
Irlanda	0	0	1	0
Itália	0	1	1	0
Letónia	0	0	0	1
Lituânia	0	1	1	1
Luxemburgo	0	1	0	0
Malta	0	0	1	0
Países Baixos	0	1	1	0
Polónia ³⁶	0	1	0	0
Portugal	0	0	0	1
Roménia	0	0	1	0
Eslováquia	0	1	1	0
Eslovénia	0	1	1	0
Espanha ³⁷	1	0	0	0
Suécia	0	1	1	1
Reino Unido	0	1	1	0
Total	2	17	16	9

Protecção contra o autor do crime

Para além de protecção contra a imprensa, a vítima e sua família podem também necessitar de protecção contra a intimidação e contra o risco de retaliação por parte do autor do crime. Ao separar a vítima do autor do crime e ao evitar a proximidade física através de várias medidas de protecção, as probabilidades da vítima ser intimidada ou sujeita a retaliação podem ser reduzidas. Brienens & Hoegen observaram sete medidas de protecção:

- Protecção policial para a vítima e família durante as fases de pré-julgamento e de julgamento
- Prisão preventiva do autor do crime / possibilidade de recusar caução
- Fornecimento de equipamento de protecção às vítimas, como alarmes

36. O facto dos peritos da Polónia terem discordado neste ponto, pode dever-se ao caso das restrições à cobertura mediática serem mais abrangentes.

37. O facto dos peritos da Espanha darem respostas diferentes a esta questão, pode dever-se ao facto de existir um código deontológico dos media que seja eficaz.

personais, às vítimas

- Concessão de nova habitação às vítimas
- Recursos em tribunal, como transporte policial e áreas de espera separadas
- Medidas para evitar que os infractores localizem as vítimas
- Direito a completo anonimato para as vítimas

Uma vez que é difícil seleccionar as medidas de protecção com base na sua importância - por ex. o direito ao completo anonimato proporciona mais ou menos segurança que a protecção policial? - a tabela seguinte está ordenada pelo número de medidas de protecção existentes num Estado-Membro.

Brienen & Hoegen indicam que as jurisdições que apenas dispõem de protecção policial para a vítima e de prisão preventiva para o agressor devem ser vistas como tendo um desempenho abaixo do seu potencial. Na sua opinião, para cumprirem com a Recomendação 85(11), o fornecimento de equipamento de protecção e/ou a possibilidade de realocar a vítima tem de existir também. Recursos no tribunal, medidas para evitar que os infractores localizem as vítimas e o direito a completo anonimato são indicadores das melhores práticas. Tendo em conta estes factos, é lamentável saber que Estados-Membros como a Hungria, Polónia, Bélgica (não existe protecção policial) e Finlândia, República Checa e Eslovénia (não existe prisão preventiva) não atingem sequer os padrões mínimos.

O fornecimento de equipamento de protecção é possível em 8 Estados-Membros. 19 Estados-Membros dispõem da opção de conceder nova habitação às vítimas noutra parte do país, 17 dispõem de recursos no tribunal, 14 utilizam medidas para evitar que o infractor localize a vítima e em 14 Estados-Membros pode até ser proporcionado à vítima o direito a completo anonimato. Segundo Brienen & Hoegen, há dez anos esta medida estava apenas disponível nos Países Baixos. Devemos, no entanto, ter em conta que este instrumento de grande escala é frequentemente utilizado para vítimas de um determinado tipo, como por exemplo, as vítimas de terrorismo. Ver tabela 3.36 para uma visão geral dos resultados.

Tabela 3.36/ Medidas para protecção contra o infractor

Estado-Membro	Protecção policial para a vítima e a família	Prisão preventiva do infractor	Fornecimento de equipamento de protecção	Concessão de nova habitação às vítimas	Recursos no tribunal	Medidas para evitar que os infractores localizem as vítimas	Direito a completo anonimato para as vítimas
Hungria	0	1	0	0	0	0	0
Luxemburgo	1	1	0	0	0	0	0
Estónia	1	1	0	0	0	0	1
Alemanha	1	1	0	0	1	0	0
Irlanda	1	1	0	1	0	0	0
Polónia	0	1	0	0	0	1	1
Bélgica	0	1	0	1	1	1	0
Finlândia	1	0	0	1	1	1	0
Letónia	1	1	0	1	0	0	1
Malta	1	1	0	1	1	0	0
Países Baixos	1	1	0	0	1	0	1
Bulgária	1	1	0	1	1	0	1
República Checa	1	0	0	1	1	1	1
Chipre	1	1	0	1	1	1	0
Grécia	1	1	0	1	1	0	1
Portugal	1	1	1	1	0	1	0
Eslováquia	1	1	0	1	0	1	1
Dinamarca	1	1	1	1	1	1	0
Lituânia	1	1	0	1	1	1	1
Eslovénia	1	0	1	1	1	1	1
Espanha	1	1	1	1	1	0	1
Suécia	1	1	1	1	1	1	0
Austria	1	1	1	1	1	1	1
Itália	1	1	1	1	1	1	1
Reino Unido	1	1	1	1	1	1	1
Total	22	22	8	19	17	14	14

O artigo 8(3) diz respeito a áreas de espera. Contém o seguinte requisito:

Cada Estado-Membro deverá ainda assegurar que o contacto entre vítimas e infractores dentro das instalações de tribunais possa ser evitado, a não ser que este contacto seja necessário devido aos procedimentos penais. Quando necessário para aquele efeito, cada Estado-Membro providencia que os edifícios dos tribunais sejam progressivamente providos de espaços de espera próprios para as vítimas.

Esta obrigação pode ser condicional. Um exemplo de uma condição é o facto de apenas se aplicar a crimes específicos, ex. violência sexual ou violação, ou ao tipo de vítima, como menores.

As conclusões obtidas a partir dos questionários são preocupantes. Embora o Artigo 8(3) não dê grande azo a interpretações, peritos de 23 Estados-

Membros afirmam que não existe a obrigação de fornecer áreas de espera separadas. A clara obrigação de separar a vítima do autor do crime dentro das instalações do tribunal apenas existe em 4 Estados-Membros. No Reino Unido, Lituânia e Roménia esta obrigação é condicional; nos Países Baixos trata-se de uma obrigação incondicional. Ver tabela 3.37.

Tabela 3.37/ Obrigação de fornecer áreas de espera separadas

Estado-Membro	Não existe obrigação	Obrigação condicional	Obrigação incondicional
Áustria	1	0	0
Bélgica	1	0	0
Bulgária	1	0	0
Chipre	1	0	0
República Checa	1	0	0
Dinamarca	1	0	0
Estónia	1	0	0
Finlândia	1	0	0
França	1	0	0
Alemanha	1	0	0
Grécia	1	0	0
Hungria	1	0	0
Irlanda	1	0	0
Itália	1	0	0
Letónia	1	0	0
Lituânia	0	1	0
Luxemburgo	1	0	0
Malta	1	0	0
Países Baixos	0	0	1
Polónia	1	0	0
Portugal	1	0	0
Roménia ³⁸	0	1	0
Eslováquia	1	0	0
Eslovénia	1	0	0
Espanha	1	0	0
Suécia	1	0	0
Reino Unido ³⁹	0	1	0
Total	24	2	1

38. As opiniões dos peritos da Roménia divergiram quando se tratou de avaliar até que ponto a lei obriga os tribunais a terem áreas de espera separadas.

39. Os peritos em Inglaterra e no País de Gales tinham opiniões diferentes a respeito deste assunto. No entanto, o Código de Conduta para a Vítima afirma que instalações separadas devem ser disponibilizadas “onde possível”. Entendemos isto como uma obrigação condicional.

Instrumentos jurídicos desencorajadores de intimidação ou retaliação por parte do infractor são as medidas cautelares. Estas providências podem variar em alcance e podem, por exemplo, impor proibição de contactar a vítima ou os seus familiares ou decretar a suspensão dos direitos de paternidade do autor do crime. Além das diferenças relativamente ao alcance, existem também diferenças no que diz respeito à natureza jurídica das providências. Enquanto determinadas providências são mecanismos do direito civil, outras podem ser impostas como condição em caso de aplicação de caução, como pena de prestação de trabalho em favor da comunidade, como pena suspensa e outras ainda podem ser aplicadas por uma auto-

ridade judiciária.⁴⁰ A vantagem das providências enquanto mecanismos de direito civil é o facto de não necessitarem de ser integradas nos processos penais.

11 Estados-Membros proporcionam às vítimas o direito de obterem uma medida cautelar através de processos civis. Em 16 Estados-Membros o Procurador do MP ou os tribunais criminais podem impor esta medida como condição para caução, como pena de prestação de trabalho em favor da comunidade ou como pena suspensa. Por último, em 22 Estados-Membros uma autoridade judiciária pode aplicar estas medidas. Escusado será dizer que os Estados-Membros que dispõem das três opções proporcionam às vítimas o melhor nível de protecção.

Mais uma vez podem ser observadas algumas diferenças surpreendentes com o estudo de Brienens & Hoegen. Na sua pesquisa, os resultados apurados indicaram que todas as jurisdições consideradas, o que inclui também Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Malta, Portugal, Espanha e Suécia, permitiam que as vítimas obtivessem medidas cautelares de âmbito civil.⁴¹ Isto contradiz os resultados actuais, ver tabela 3.38.

Tabela 3.38/ O estatuto jurídico das providências cautelares

Estado-Membro	Recurso do direito civil	Condição para caução, pena de trabalho comunitário ou pena suspensa	Aplicadas por autoridade judiciária
Áustria	1	1	0
Bélgica	0	1	1
Bulgária	0	0	1
Chipre	1	1	1
República Checa	1	1	1
Dinamarca	0	0	1
Estónia	1	0	0
Finlândia	0	0	1
Alemanha	1	1	1
Grécia	1	1	1
Hungria	0	0	1
Irlanda	0	1	1
Itália	1	0	1
Letónia	0	1	0
Lituânia	1	1	1
Luxemburgo	1	1	1
Malta	0	1	1
Países Baixos	1	1	1
Polónia	0	1	1
Portugal	0	1	1
Eslováquia	0	0	1
Eslovénia	0	1	1
Espanha	0	0	1
Suécia	0	0	1
Reino Unido	1	1	1
Total	11	16	22

40. Brienens & Hoegen, págs. 1147-1148.

41. Brienens & Hoegen, pág. 1147.

Outro instrumento jurídico para evitar a intimidação por parte do autor do crime é a criminalização de ameaças deste em relação à vítima/testemunha. Isto pode ser feito de três formas:⁴²

- o infractor pode ser acusado do crime generalizado de ameaças a outra pessoa;
- a ameaça pode ser vista como circunstância agravante do crime pelo qual o autor do crime se encontra em julgamento;
- ameaçar uma testemunha ou um requerente civil pode ser visto como crime autónomo específico.

A Hungria é o único Estado-Membro que considera a ameaça uma circunstância agravante. A desvantagem é que o sancionamento através deste sistema depende do resultado do julgamento inicial. Sem uma condenação no processo principal, a ameaça permanece impune. Alguns Estados-Membros (Áustria, Bélgica, Bulgária, Alemanha, Letónia, Países Baixos, Eslováquia) vêem as ameaças contra vítimas e/ou testemunhas como crime generalizado de ameaças a terceiros. É facultada mais protecção quando uma ameaça é vista quer como crime generalizado, quer como circunstância agravante (Grécia, Eslovénia) ou como crime autónomo (Dinamarca, Finlândia, Lituânia, Irlanda, Itália, Malta, Polónia, Suécia, República Checa, Chipre, Estónia, Luxemburgo, Portugal, Espanha, RU). Ver tabela 3.39.

42. Ver Brienens & Hoegen, págs. 1148-1149.

Tabela 3.39 Ameaças contra vítimas/testemunhas

Estado-Membro	Crimes generalizados	Circunstância agravante	Crime específico
Austria	1	0	0
Bélgica	1	0	0
Bulgária	1	0	0
Chipre	1	1	1
República Checa	1	1	1
Dinamarca	0	0	1
Estónia	1	1	1
Finlândia	0	0	1
Alemanha	1	0	0
Grécia	1	1	0
Hungria	0	1	0
Irlanda	0	1	1
Itália	0	1	1
Letónia	1	0	0
Lituânia	0	0	1
Luxemburgo	1	1	1
Malta	1	0	1
Países Baixos	1	0	0
Polónia	1	0	1
Portugal	1	1	1
Eslováquia	1	0	0
Eslovénia	1	1	0
Espanha	1	1	1
Suécia	1	0	1
Reino Unido	1	1	1
Total	19	12	15

3.9.3 Implementação organizacional

Este artigo contempla a protecção proporcionada às vítimas e, onde aplicável, suas famílias e outras pessoas em situação semelhante. Contempla a protecção da sua segurança e da sua privacidade contra o risco de represálias e outras formas de intrusão. Foi pedido aos inquiridos para comentarem a protecção proporcionada ao comunicar um crime e ao testemunhar em tribunal, a protecção da privacidade da vítima, a protecção contra os media, e se o contacto com o autor do crime é minimizado.

Em todas as questões formuladas, o número de respostas negativas ultrapassou as positivas. Mais de 60% dos inquiridos discordou ou discordou completamente da adequação da protecção contra os media. 59,5% respondeu negativamente ao facto da privacidade ser assegurada e 49,5% ao facto do contacto com o infractor ser minimizado. As percentagens relativamente à denúncia de um crime e ao testemunho em tribunal foram 47,9% e 47,6% respectivamente.

Tabela 3.40/ Avaliação geral - Direito à Protecção (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Comunicar um crime	39	18,7	61	29,2	46	22,0	52	24,9	11	5,3	209	100
Testemunhar em tribunal	32	15,5	66	31,9	56	27,1	46	22,2	7	3,4	207	100
Privacidade assegurada	26	13,0	93	46,5	39	19,5	39	19,5	3	1,5	200	100
Media	40	19,9	85	42,3	38	18,9	35	17,4	3	1,5	201	100
Contacto com o infractor	48	23,1	55	26,4	41	19,7	53	25,5	11	5,3	208	100

3.9.4 Conclusões

O cumprimento do Artigo 8 foi avaliado com base em sete critérios. Três desses critérios relacionados com a protecção da vítima contra a exposição pública, os outros quatro relacionados com a protecção da vítima contra intimidação ou ameaça por parte do autor do crime.

Embora todos os Estados-Membros tenham a possibilidade de realizar audiências à porta fechada, normalmente a decisão é deixado ao critério dos tribunais (14 Estados-Membros), o que representa a forma mais débil de protecção. O mais elevado nível de protecção que consiste em tornar as audiências à porta fechada obrigatórias se a vítima assim o solicitar, foi relatado em 8 Estados-Membros. Além disso, embora a maior parte dos Estados-Membros (23) tenha relatado algumas restrições em relação à cobertura mediática dos casos, muitos deles (17 Estados-Membros) confiam no código deontológico dos media. Finalmente, a maior parte dos Estados-Membros estabelece limites à revelação da informação pessoal da vítima. A medida mais favorecida foi o princípio do segredo de justiça nas fases pré-julgamento (17 Estados-Membros).

Quanto à protecção da vítima contra ameaça e intimidação por parte do infractor, 14 Estados-Membros implementaram 5 ou mais medidas de protecção. As medidas mais favorecidas foram a protecção policial, prisão preventiva e concessão de nova habitação à vítima. O direito ao completo anonimato foi implementado por nada menos que 14 Estados-Membros embora este direito se aplique frequentemente a determinados tipos de vítimas. Em suma, todos os Estados-Membros parecem defender a importância de medidas de protecção

e, muitas vezes, aplicam mais do que uma medida para garantir a protecção da vítima contra o autor do crime.

No entanto, na maior parte dos Estados-Membros, não estão disponíveis salas de espera separadas para as vítimas. 24 Estados-Membros declararam não existir obrigação de providenciar salas de espera separadas nas instalações dos tribunais. Esta é uma conclusão especialmente interessante, considerando a redacção directa do artigo relevante da Decisão-Quadro.

Todos os Estados têm uma ou mais opções para a obtenção de medidas cautelares por parte das vítimas, mas o estatuto legal difere. A protecção legal mais rigorosa contra o comportamento ameaçador contra vítimas/testemunhas é considerá-lo como uma infracção autónoma. Quinze Estados-Membros entendem o comportamento ameaçador deste modo, por vezes em associação a um crime generalizado, uma circunstância agravante ou ambas.

No geral, os Estados-Membros parecem estar conscientes da importância da protecção de vítimas contra a exposição pública e contra o infractor. Isto deve-se ao facto da grande maioria ter a possibilidade de realizar audiências à porta fechada, restringir a cobertura mediática dos casos, limitar a divulgação de informação pessoal da vítima e proteger a vítima através de várias medidas de protecção práticas e legais. No entanto, os Estados-Membros optam regularmente por mecanismos menos fortes (audiências à porta fechada a pedido do juiz, restrições à cobertura de imprensa através de um código deontológico dos media) ou não providenciam a combinação ideal de medidas (restrições à revelação de informação da vítima, medidas cautelares de protecção, comportamento ameaçador). Por último, é evidente que uma grande maioria dos Estados-Membros não cumpre o requisito relativo às salas de espera separadas.

O facto dos Estados-Membros nem sempre optarem pelo mecanismo de protecção das vítimas mais rigoroso e de quase nenhum deles cumprir a cláusula de garantir salas de espera separadas pode contribuir para a avaliação negativa por parte da maior parte dos inquiridos neste estudo. Em todos os aspectos (desde a protecção contra o infractor, a privacidade da vítima, contra os media), a maior

parte considerou que as actuais medidas de protecção são inadequadas.

3.10 Artigo 9: Direito a indemnização no âmbito do processo penal

3.10.1 Introdução

A indemnização no âmbito do processo penal é um factor fundamental para muitas vítimas (ver, no geral, Pemberton, 2009). De modo geral, as vítimas de crime avaliarão a gravidade do crime tendo em conta o dano sofrido e não tendo em conta outros factores como o grau de culpa do autor do crime (dano sofrido, ver Duf, 2003). Nos casos de crimes contra o património, a indemnização pelos danos sofridos é o principal motivo que as leva a contactarem a polícia após a vitimização (ex. Wittebrood, 2006). Nas situações de criminalidade violenta esta questão pode ser muito preocupante para as vítimas, estando relacionado não só com o dano físico incorrido, mas também com o valor simbólico que a indemnização (Strang, 2002).

Este valor simbólico é também o motivo pelo qual as vítimas preferem receber uma indemnização por parte do autor do crime do que por parte do Estado (ver Shapland e col, 1985). Segundo Kaptein (2004), receber uma indemnização por parte do autor do crime pode ser visto como uma interpretação alternativa à retribuição pelos danos sofridos. A vítima pode experienciar um sentido de justiça através do esforço que o autor do crime tem de fazer para a ressarcir pelos danos infligidos (ver também Darley & Pittman, 2003).

A importância da indemnização não deve ser sobrevalorizada nem subvalorizada. Uma pesquisa realizada em vários cenários revelou que muitas vítimas não atribuem o maior nível de prioridade ao facto de receberem indemnização (ver Strang, 2002; Beven e col, 2005, Van Dijk e van Mierlo, 2009; Van Mierlo & Pemberton, 2009). No entanto, para algumas vítimas é de uma importância suprema (ver Pemberton, 2009). Estudos recentes revelam que muitas vítimas vêem a indemnização como sinal de reconhecimento e res-

peito pelo crime que sofreram (Mulder, proximamente).

As deficiências de implementação ao nível da indemnização (ver também abaixo) reduzem significativamente as vantagens em obrigar o autor do crime a proceder à indemnização pelos danos causados. Em casos em que a sentença inclui a obrigação de indemnização, mas em que esta não é paga na totalidade, ou atempadamente, as vítimas demonstram descontentamento relativamente ao processo (ver Smith, Davis & Hillenbrand, 1992).

O artigo 9 da Decisão-Quadro está relacionado com a indemnização a pagar às vítimas no decorrer do processo penal. Isto significa que a possibilidade de indemnizar as vítimas fora do contexto do processo penal, através de seguros ou de fundos de garantia contra actos de violência, não é abrangida pelo artigo. O foco das questões no inquérito legal relacionaram-se com o n.º 2 deste artigo:

Cada Estado-Membro deverá tomar as medidas apropriadas para incitar o infractor a proceder à reparação adequada às vítimas.

As vantagens da indemnização, paga pelo autor do crime à vítima, efectuada através dos sistema de justiça penal são duas. Primeiro evita, ou pelo menos simplifica, a necessidades das vítimas apresentarem um processo civil contra o autor do crime para que possam recuperar os prejuízos sofridos. Segundo, as autoridades judiciais têm, frequentemente, mais formas de garantir o pagamento da indemnização que as próprias vítimas.

No entanto, a implementação de medidas destinadas a garantir a indemnização por parte do autor do crime deixa frequentemente muito a desejar (ver Brien e Hoegen, 2000). É frequente as medidas de indemnização não serem obrigatórias e, quando o são, a insolvência do autor do crime implicar o arrasto do processo de indemnização, por vários anos até. Isto reduz bastante a satisfação ou sentido de justiça que as vítimas possam experienciar pelo facto de lhes ter sido concedida uma indemnização durante o processo.

3.10.2 Implementação legal

Existem duas formas através das quais os Estados-Membros podem motivar o autor do crime ao pagamento da indemnização. Primeiro, a questão da indemnização pode ser considerada pelo MP ou pelo juiz como motivo para atenuar ou suspender sentenças. Desta forma o autor do crime é motivado a pagar a indemnização, sendo-lhe reduzida a pena. Para além disso, o MP pode ter a possibilidade ou até o dever de tentar obter uma indemnização a favor da vítima. O pagamento da indemnização pode vincular o MP a encerrar o caso. Em jurisdições que seguem rigorosamente o princípio da legalidade, esta última não é possível pois, nestes Estados, os Procuradores do MP não possuem poder discricionário para suspender a acusação.

Segundo, podem existir em prática medidas que permitam ao sistema penal considerar o pagamento da indemnização às vítimas como parte do julgamento da matéria criminal, o que evita que as vítimas tenham de dar entrada com processos civis. Isto pode ser conseguido através de uma forma de princípio de adesão, que permite à vítima (“a parte lesada”) apresentar pedido de indemnização civil no processo penal. Este é também conhecido como o modelo “continental” e está em prática na maioria das jurisdições na União Europeia.

Nos chamados países de *common law* não existe uma oportunidade semelhante para obtenção de indemnização. Não existe forma de as vítimas, através de um processo civil, se tornarem sujeito processual nos processos penais. No entanto, nestes países (dentro da União Europeia isto aplica-se ao RU, Irlanda, Malta e Chipre) a sentença do autor do crime pode incluir cláusulas relativas ao pagamento de indemnização à vítima, a chamada providência de reparação. Brien e Hoegen destacam que “neste modelo, os laços entre a responsabilidade civil do infractor para com a vítima e a eventual atribuição de indemnização foram alargados e a questão da indemnização está mais ou menos integrada nos processos penais.” Embora as sentenças em muitos dos países do “modelo continental” possam incluir obrigações semelhantes para o infractor, estas obrigações provêm do processo civil que corre junto do processo penal. Na classificação de Brien e Hoegen, apenas os Países Baixos apresentam um modelo híbrido, onde a medida de indemnização é, em teoria, semelhante à providência de indemnização.

Indemnização e acusação

Brienen e Hoegen classificam as possibilidades que os sistemas de justiça penais têm para incentivar o autor do crime a pagar indemnização em três categorias, que depois se subdividem. Primeiro, existem jurisdições onde o pagamento de indemnização não afecta a decisão de acusação. Por outras palavras, a questão da indemnização não é considerada pelo MP. Segundo, existem jurisdições onde a questão da indemnização é considerada. Pode dar-se o caso do pagamento da indemnização ser motivo para não acusação e/ ou ser condição para encerramento do processo. Além disso, o facto de não ser paga uma reparação pode ser motivo para acusação. Terceiro, existem jurisdições onde o MP pode ter o poder para, ou até ter o dever de, instituir a mediação entre os infractores e as vítimas, com o objectivo de obtenção de indemnização para a vítima.

A Tabela 3.41 apresenta uma visão geral dos resultados. Segundo os peritos, a Bulgária, Chipre, Dinamarca, Estónia, Grécia, Irlanda, Letónia, Malta, Espanha e Reino Unido não consideram a questão de indemnização à vítima na decisão de acusação do autor do crime. Brienen e Hoegen já mostraram que Chipre, Grécia, Malta e Espanha cumprem rigorosamente o princípio da legalidade, o que impede o MP de considerar a questão da indemnização. Além disso, no seu estudo, a Dinamarca e a Irlanda, embora não apliquem o princípio da legalidade, não permitem considerar a indemnização em decisões de acusação ou de não acusação.

Segundo os peritos, o pagamento ou não pagamento da indemnização pode influenciar a decisão de acusação na Áustria, Bélgica, República Checa, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e Suécia. Embora a Alemanha e a Áustria apliquem o princípio da legalidade, permitem que a indemnização seja base para encerramento do processo, apesar da condição raramente ser imposta.

Parece ter havido um aumento no número de jurisdições que alargaram o dever do MP à obtenção de indemnização entre infractor e vítima. Este dever poder tomar a forma de uma mediação entre vítima e infractor para obtenção de indemnização. Segundo os peritos, já se encontra disponível em catorze dos vinte

e sete Estados-Membros da UE incluindo a República Checa, Finlândia, Alemanha, Hungria, Lituânia, Luxemburgo, Polónia, Roménia, Eslovénia e Suécia. No estudo de Brien en e Hoegen apenas quatro (Áustria, Bélgica, Países Baixos e França) dos vinte e dois países estudados tinham isto implementado.

Tabela 3.41/ indemnização e acusação

Estado-Membro	A questão da indemnização não é considerada	O (não) pagamento da indemnização pode influenciar a decisão de acusação	Os MP têm o poder de efectuar a mediação entre infractor e vítima ou o dever de tentar obter indemnização
Áustria	0	1	1
Bélgica	0	1	1
Bulgária	1	0	0
Chipre	1	0	0
República Checa	0	1	1
Dinamarca	1	0	0
Estónia	1	0	0
Finlândia	0	1	1
França	0	1	1
Alemanha	0	1	1
Grécia	1	0	0
Hungria	0	1	1
Irlanda	1	0	0
Itália ⁴³	0	1	0
Letónia	1	0	0
Lituânia	0	1	0
Luxemburgo	0	1	1
Malta	1	0	0
Países Baixos	0	1	1
Polónia	0	1	1
Portugal	0	1	0
Roménia	0	1	1
Eslováquia ⁴⁴	0	1	0
Eslovénia	0	1	1
Espanha	1	0	0
Suécia	0	1	1
Reino Unido ⁴⁵	1	0	0
Total	10	17	14

43. Os peritos discordaram uns dos outros relativamente ao papel que a indemnização possa desempenhar na decisão de pronúncia.

44. O facto dos peritos eslovacos discordaram entre si pode dever-se ao papel do MP na obtenção de indemnização para a vítima ser mais abrangente.

45. Os peritos no Reino Unido discordaram uns dos outros relativamente ao papel que a reparação possa desempenhar na decisão de pronúncia.

O princípio de adesão

O modelo de adesão oferece à pessoa lesada a oportunidade de instaurar um processo civil por danos causados contra o autor do crime, juntamente com os processos penais, ficando ao critério do tribunal criminal decidir acerca da responsabilidade penal e civil do infractor. É o modelo mais comum na Europa e é utilizado na Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países

es Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suécia.

Existem três pontos relevantes para a implementação do princípio de adesão. Primeiro, existe a figura da indemnização atribuída através do processo, em comparação com a sanção para o infractor, a multa ou as custas que o infractor possa ter que pagar. A indemnização é atribuída para além da sanção ou pode também ser atribuída em substituição da sanção? E, existe preferência pelo pagamento da indemnização em detrimento do pagamento de multa e/ ou pagamento das custas do processo?

Em segundo, existe o papel do Estado na aplicação do princípio de adesão. Espera-se que as vítimas façam cumprir elas próprias o pagamento? O Estado proporciona apoio e/ ou assume responsabilidade ou paga adiantadamente a indemnização, antes de a receber do infractor?

Na maior parte dos Estados-Membros, a indemnização atribuída através do processo de indemnização é apenas uma medida adicional à sanção penal. Este é o caso na Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia e Suécia. Segundo os peritos, em França e nos Países Baixos é também possível atribuir a indemnização em substituição de uma sanção penal. No estudo de Brien en e Hoegen também não existiam jurisdições com o pagamento de indemnização como substituto de sanção penal implementado. Os resultados sugerem que a Decisão-Quadro também não alterou isto na maioria dos Estados-Membros da UE.

No que diz respeito ao cumprimento do pagamento da indemnização atribuída, a vítima tem de recorrer aos seus próprios meios na maioria dos Estados-Membros. Este é o caso na Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Itália, Letónia, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia e Eslovénia. Em seis Estados-Membros os peritos concordaram que o Estado assume um papel activo no cumprimento da atribuição de indemnização. O Estado proporciona apoio na Suécia, Dinamarca, França e Hungria e assume a responsabilidade na Lituânia e nos Países Baixos. Na úl-

tima jurisdição, a introdução da secção relativa à vítima no Código de Processo Penal, aumentará a responsabilidade do Estado. Depois da adopção desta lei o Estado proporcionará pagamentos adiantados. Ver tabela 3.42.

Table 3.42/ *Enforcement of the compensation awarded*

A vítima é responsável por fazer cumprir	Estado proporciona apoio	Estado assume responsabilidade	Estado proporciona pagamento adiantado
Austria	Dinamarca	Lituânia	
Bélgica	França	Países Baixos	
Bulgária	Hungria		
República Checa	Suécia		
Estónia			
Finlândia			
Alemanha			
Grécia			
Itália			
Letónia			
Luxemburgo			
Polónia			
Portugal			
Eslováquia			
Eslovénia			

A indemnização oficiosa

A providência de indemnização existe em jurisdições de direito comum e, no caso da UE, isto diz respeito à Irlanda, Reino Unido, Chipre e Malta. No Reino Unido o pagamento de uma indemnização oficiosamente decretada tem prioridade tanto sobre o pagamento de uma multa como sobre o pagamento de custas, enquanto que a hierarquia entre aquela e as outras sanções é deixada em aberto. Além disso, no Reino Unido a indemnização oficiosamente decretada é recolhida da mesma forma que uma multa, o Estado assume a responsabilidade. Este também é o caso na Irlanda, mas não em Malta ou no Chipre.

3.10.3 Implementação organizacional

Este artigo diz respeito à indemnização atribuída a vítimas de crime. Isto inclui a devolução à vítima dos seus bens, assim como a indemnização do autor do crime à vítima. Consideramos quatro aspectos do processo – a sua adequação, oportunidade, conhecimento acerca do processo de indemniza-

ção, e facilidade de efectuar pedidos de indemnização. Ver tabela 3.43.

Não existe consenso relativamente ao conhecimento que as vítimas podem deter sobre o direito a indemnização. A pergunta relativa a este item obteve um número igual de respostas negativas e positivas. Em todas as outras questões, as respostas positivas foram ultrapassadas pelas negativas. Isto é mais claro relativamente à adequação da indemnização, onde mais de 75% dos inquiridos discordou ou discordou totalmente do facto de a indemnização ser adequada.

Tabela 3.43/ Avaliação geral - Indemnização (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Adequação	43	22,6	86	45,3	39	20,5	17	8,9	5	2,6	190	100
Disponibilização	68	34,9	79	40,5	33	16,9	12	6,2	3	1,5	195	100
Conhecimento por parte das vítimas	23	11,6	56	28,1	41	20,6	69	34,7	10	5,0	199	100
Processo de Pedido	30	15,5	66	34,0	37	19,1	45	23,2	16	8,2	194	100

3.10.4 Conclusões

A maior parte dos Estados-Membros tem a possibilidade de incentivar o autor do crime a pagar uma indemnização à vítima. Isto pode ser conseguido tendo em consideração no momento da decisão de acusação a questão do pagamento de indemnização, a possibilidade de tentar a mediação entre vítima e infractor em relação à indemnização ou até o dever de fazê-lo. Neste aspecto, a maior parte dos Estados-Membros parecem cumprir o artigo 9.

Quanto aos principais mecanismos de obtenção de indemnização através do sistema de justiça criminal, o princípio de adesão e o pedido de indemnização, os resultados são pouco positivos. A indemnização atribuída através do procedimento de adesão é apenas uma medida adicional que, na maior parte dos Estados-Membros, tem de ser colocada em prática pelas próprias vítimas. O pedido de indemnização está bem implementado no Reino Unido, onde dispõe de prioridade sobre o pagamento de multa e custas. Em sete países, o Estado desempenha um papel activo na aplicação da obrigação do autor do crime a pagar uma indemnização. Para além do Reino Unido, este é

o caso na Suécia, Dinamarca, França, Hungria, Lituânia e dos Países Baixos.

Segundo a maior parte dos inquiridos, os processos de indemnização existentes nos seus países são inadequados. Como este último é um dos principais problemas quando o Estado não disponibiliza qualquer assistência na aplicação da obrigação do autor do crime pagar a indemnização, é evidente que isto poderá melhorar quando mais Estados adoptarem um papel activo a este respeito.

3.11 Artigo 10: Mediação penal no decurso de processos penais

3.11.1 Introdução

O artigo 10 da Decisão-Quadro diz respeito a mediação penal, mais frequentemente chamada de mediação vítima-infractor. A Decisão-Quadro encoraja os Estados-Membros a promoverem mediação em processos penais para assegurar que os acordos conseguidos através de mediação são levados em conta nos processos penais. O Artigo afirma o seguinte:

- 1. Cada Estado-Membro esforça-se por promover a mediação nos processos penais relativos a infracções que considere adequadas para este tipo de medida*
- 2. Cada Estado-Membro assegura que possam ser tidos em conta quaisquer acordos entre a vítima e o autor da infracção, obtidos através da mediação em processos penais.*

Além disso, a Decisão-Quadro faculta a seguinte definição de mediação em processos penais na secção E do artigo 1:

mediação em processos penais “refere-se à tentativa de encontrar, antes ou durante o processo penal, uma solução negociada entre a vítima e o autor da infracção, mediada por uma pessoa competente.

É muito difícil fazer justiça ao tema da mediação (vítima-infractor) judicial apenas num pequeno artigo. A mediação Vítima-Infractor e outros tipos de práticas de justiça restaurativa (Marshall, 1999) são o tema de uma vasta e crescente li-

teratura académica (para sinopses, ver por ex. Johnstone & Van Ness, 2007).

Devemos, no entanto, destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, embora a mediação vítima-infractor tenha revelado resultados positivos para as vítimas, o maior impulsionador destes instrumentos não tem sido a posição das vítimas mas sim a posição e o tratamento conferido aos autores de crimes. Como Dignan (2005) destaca, as teorias subjacentes não produzem grande influência nas vítimas ou nos problemas das vítimas. Isto levou alguns autores (por ex. Green, 2007; Pemberton, Winkel e Groenhuijsen, 2007) a pedirem cautela na aplicação de iniciativas de justiça restaurativa sob o pretexto de melhorar a condição das vítimas. Tal como Ashworth (2002) destacou, os processos de justiça restaurativa correm o risco de usar a vítima em “benefício do autor do crime”.

Em segundo lugar, as conclusões positivas devem sempre ser vistas tendo em conta o tipo de vítima que participa e o facto que a participação é sempre voluntária (Pemberton, Bastiaens, Vervaeke e Winkel, 2010). O facto de os resultados relativos às vítimas que participam poderem ou não ser generalizados a outros tipos de vítimas é altamente questionável. Para vítimas traumatizadas, vítimas de violência crónica, vítimas que não têm os mesmos antecedentes (culturais) do infractor, vítimas de infractores reincidentes, a participação num processo de mediação vítima-infractor pode não ser tão apropriada como o é no tipo de crime que é frequentemente incluído em processos de mediação vítima-infractor existentes (ver Pemberton, 2008; Pemberton, Kuijpers, Winkel e Baldry, 2009).

O artigo da Decisão-Quadro confere aos Estados-Membros grande liberdade no que diz respeito ao cumprimento deste requisito. Isto vem no seguimento do facto dos Estados-Membros poderem, eles próprios, determinar em que crimes a mediação possa ser apropriada. Tal como Groenhuijsen e Pemberton (2009) destacam, isto pode conduzir a um cenário de práticas muito variadas por toda a União Europeia. No entanto, como avaliações de mediação vítima-infractor e de outras práticas de justiça restaurativa já revelaram (ver Miers e Willemsens, 2004; Willemsens e Walgrave, 2007) a maioria dos Estados-Membros aplica critérios semelhantes para determinar crimes apropriados para a mediação em

matéria penal. De uma forma geral, a mediação é vista como apropriada em processos menos graves que envolvem infractores jovens. A violência grave e em especial a violência doméstica ou sexual são vistas como demasiado graves para se adequarem a programas de mediação. Além disso, em conformidade com outros documentos internacionais acerca de mediação em processos penais, como os Princípios Fundamentais da Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal, Res. 2002/12 do CSE ONU ou Recomendação (1999)19 do Conselho da Europa relativa à Mediação em Matéria Penal, recorrer à mediação depende do consentimento da vítima e do infractor.

Nos casos mais graves em que a mediação é permitida, esta tem uma função qualitativamente diferente em relação a casos menos graves. Groenhuijsen (2000) dividiu a mediação em processos penais em três categorias. Na primeira e na segunda, a mediação é parte do processo de justiça penal ou é um substituto do mesmo. A última raramente é observada mas a primeira é utilizada para casos menos graves. Aqui a função da mediação é conseguir um acordo que possa influenciar o processo de justiça penal em curso contra o infractor, que tecnicamente é ainda um suspeito. A terceira categoria de Groenhuijsen aplica-se a uma série mais vasta de crimes. Aqui a mediação é implementada fora do sistema de justiça penal. A intenção dos resultados não é causar impacto no processo de justiça penal. Este modelo também pode incluir casos graves de violência, até homicídio. A mediação acontece (muito tempo) depois de o processo de justiça penal estar concluído. É importante destacar que este tipo de mediação vítima-infractor não se enquadra na definição de mediação em matéria penal incluída na Decisão-Quadro. Segundo a definição da Decisão-Quadro, a mediação em processos penais deve acontecer antes ou durante os processos e os resultados devem ser tidos em consideração durante os processos penais. Por esta razão, e para os efeitos desta análise, estas práticas, segundo as quais a mediação vítima-infractor é implementada fora do sistema de justiça penal, não serão incluídas.

3.11.2 Implementação legal

O presente estudo confirmou a ideia de que a maioria dos Estados-membros da UE considera a mediação penal apropriada para a pequena criminalidade mas não

para crimes graves. Segundo os peritos, as excepções são a Finlândia, Alemanha, Luxemburgo e Polónia. Na Finlândia as circunstâncias exactas do crime são tidas em consideração para determinar a adequação para mediação. Na Alemanha o interesse das vítimas é o principal critério; no Luxemburgo, os casos de violência doméstica estão excluídos. Na Polónia a mediação é possível em todos os casos. Em vários outros Estados-Membros, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Lituânia, Malta, Países Baixos, Espanha e Reino Unido, a mediação não é utilizada em processo penais, pelo menos segundo a definição da Decisão-Quadro. Nos Países Baixos, por exemplo, a mediação é apenas uma medida complementar. Em muitos dos outros Estados da União Europeia, Áustria, Bélgica, República Checa, Estónia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia e Suécia, a mediação penal é permitida mas apenas em casos menos graves. Em muitos Estados o limite máximo da pena possível é um critério. Na Hungria, em Portugal e na Eslováquia o limite são cinco anos de prisão, na Eslovénia são três anos e na Bélgica dois. Na Finlândia, Alemanha, Luxemburgo e Polónia em princípio não existem limitações relativas à gravidade dos casos. A Tabela 3.44 apresenta uma visão geral dos resultados.

Tabela 3.44/ A mediação penal é permitida?

Não	Sim, mas apenas em casos menos graves	Sim
Bulgária	Áustria	Finlândia
Chipre	Bélgica	Alemanha
Dinamarca	República Checa	Luxemburgo
Lituânia	Estónia	Polónia
Malta	França	
Países Baixos	Grécia	
Roménia	Hungria	
Espanha	Irlanda	
Reino Unido	Itália	
	Letónia	
	Portugal	
	Eslováquia	
	Eslovénia	
	Suécia	

Em alguns dos países os resultados da mediação têm de ser tidos em consideração no processo penal. É o caso na Áustria, Alemanha, Hungria, Itália, Letónia, Polónia e Suécia. Juntamente com a adequação para os casos graves, isto sugere que a Alemanha e a Polónia implementaram as mesmas formas de vasto alcance de mediação penal. É permitida em todos os casos e os resultados têm de ser tidos em consideração.

Em alguns dos outros países os resultados não são tidos em consideração, nomeadamente Portugal, Eslováquia e Suécia.⁴⁶ Nestas jurisdições, os processos de mediação não cumprem os requisitos da Decisão-Quadro.

Na maioria das jurisdições a utilização dos resultados da mediação em processos penais fica ao critério do MP. É o caso da Bélgica, República Checa, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda e Luxemburgo. Ver tabela 3.45.

Tabela 3.45: Os resultados da mediação penal são tidos em consideração no processo penal?

Não são tidos em consideração	O assunto é deixado ao critério do MP	Os resultados da mediação têm que ser tidos em consideração
Portugal	Bélgica	Áustria
Eslovénia	República Checa	Alemanha
Suécia	Estónia	Hungria
	Finlândia	Irlanda
	França	Letónia
	Grécia	Polónia
	Irlanda	Suécia
	Luxemburgo	
	Portugal	
	Eslováquia	

3.11.3 Implementação organizacional

Pedimos aos inquiridos para comentarem o conhecimento sobre/acesso a mediação penal entre vítima e infractor. O conhecimento da mediação foi considerado mais fraco que o acesso. 63,7% discordou ou discordou completamente da adequação do conhecimento das vítimas relativamente à mediação penal. Ver tabela 3.46.

Table 3.46/ Overall assessment - Penal mediation (Number and % of answers)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Consciencialização das vítimas	45	23,3	78	40,4	30	15,5	34	17,6	6	3,1	193	100
Acesso	42	22,2	64	33,9	34	18,0	42	22,2	7	3,7	189	100

46. Na Suécia os peritos discordaram neste ponto, é possível que os resultados sejam tidos em consideração.

3.11.4 Conclusões

Nem todos os Estados-Membros permitem a mediação penal. Com efeito, esta não é utilizada na Bulgária, Chipre, Dinamarca, Lituânia, Malta, Países Baixos, Roménia, Espanha e Reino Unido. Isto não significa que estes países não cumpram a Decisão-Quadro neste sentido; ela confere liberdade aos Estados-Membros para determinarem a que infracções pretendem aplicar a mediação penal, permitindo até a opção da não aplicação. Embora a redacção do artigo seja vaga, a maior parte das práticas de mediação parecem semelhantes, sendo que os Estados-Membros permitem a mediação em casos menos graves, e não em infracções graves.

Os resultados da mediação não são tidos em consideração em Portugal, Eslováquia e possivelmente na Suécia, o que sugere que os procedimentos de mediação nestes países não cumprem os requisitos da Decisão-Quadro.

3.12 Artigo 11: Vítimas residentes noutro Estado-Membro

3.12.1 Introdução

Tal como já foi mencionado, a preocupação com o estatuto das vítimas estrangeiras é uma questão fulcral da Decisão-Quadro. O motivo original pelo qual a Comissão Europeia tinha competências na área dos direitos das vítimas deve-se a estas situações, nas quais as vítimas residentes noutro Estado-Membro são vitimizadas no estrangeiro. O artigo 11 da Decisão-Quadro abrange esta questão específica. A secção 2 deste artigo afirma o seguinte:

Cada Estado-Membro assegura que a vítima de uma infracção num Estado-Membro que não seja o Estado-Membro onde reside possa apresentar queixa junto das autoridades competentes do respectivo Estado-Membro de residência, sempre que não tenha tido a possibilidade de o fazer no Estado-Membro onde foi cometida a infracção ou, em caso de infracção grave, quando não tiver desejado fazê-lo.

A autoridade competente junto da qual a queixa seja apresentada, na medida em que não tenha ela própria competência na matéria, deve transmiti-la sem demora à autoridade competente do território onde foi cometida a infracção. Essa queixa deve ser trata-

da em conformidade com o direito nacional do estado em que foi cometida a infracção.

O artigo inclui também a possibilidade das vítimas estrangeiras apresentarem queixa de crimes no seu país de residência, mesmo quando as autoridades dos seus respectivos países não têm qualquer jurisdição. Para alguns tipos de crime, por exemplo, traição à pátria ou terrorismo, a maior parte dos países já pode reclamar jurisdição em relação a infracções cometidas no estrangeiro. De modo semelhante, quando o autor do crime é residente ou natural do país de residência, este caso também se aplica. No entanto, o artigo estipula especificamente que a possibilidade de apresentar uma queixa não se restringe a estas situações. Na verdade, se esse tivesse sido o caso, o artigo não teria qualquer valor acrescentado para as vítimas.

3.12.2 Implementação jurídica

Nas respostas iniciais ao Artigo 11, secção 2, os problemas de diferença de interpretação eram especialmente evidentes. Em nada menos do que 11 jurisdições a opinião dos especialistas era bastante divergente. Mesmo nos países onde se verificava um acordo (a Polónia é um caso de destaque), as respostas dadas não reflectem uma interpretação correcta do artigo. Em vários ocasiões, as informações facultadas pelos Estados-Membros para mostrar a transposição deste artigo referem-se a casos nos quais têm competências, e não às situações em que não a têm.

Deste modo, optámos por interpretar as respostas dos inquiridos de um modo conservador. Apenas os casos em que os inquiridos foram unânimes em relação à obrigação de aceitar queixas referentes a casos nos quais a sua jurisdição não tem competência e onde foi possível constatar base jurídica foram incluídos na lista de países que implementou esta exigência do Quadro. É o caso da Áustria, Bélgica, República Checa, Finlândia, França, Hungria, Letónia, Luxemburgo e Eslováquia. Ver tabela 3.47.

Tabela 3.47/ Obrigação da polícia aceitar queixas referentes a crimes cometidos no estrangeiro

Não	Sim
Bulgária	Áustria
Chipre	Bélgica
Dinamarca	República Checa
Estónia	Finlândia
Alemanha	França
Grécia	Hungria
Irlanda	Itália
Letónia	Luxemburgo
Lituânia	Eslováquia
Malta	
Países Baixos	
Polónia	
Portugal	
Roménia	
Eslovénia	
Espanha	
Suécia	
Reino Unido	

3.12.3 Estudo de implementação organizacional

Pedimos aos inquiridos que considerassem o apoio disponível para as vítimas quando o país de ocorrência da infracção é diferente do país de residência das vítimas. Nestas situação, considerámos a facultação de informação às vítimas, a cooperação entre Estados-Membros, a cooperação entre organizações relevantes, a consciencialização das vítimas e a adequação dos procedimentos policiais.

Os inquiridos deram uma resposta mais negativa que positiva. Isto é mais evidente na questão das informações a facultar às vítimas – 64,5% discordam ou discordam totalmente que isto seja adequado. Além disso, entre os inquiridos existe uma percentagem mais elevada de inquiridos que não concorda nem discorda com as afirmações.

Tabela 3.48/Avaliação geral – Vítimas residentes noutro Estado-Membro (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Informação	53	28,5	67	36,0	29	15,6	29	15,6	8	4,3	186	100
Cooperação entre EM	26	18,1	45	31,3	43	29,9	27	18,8	3	2,1	144	100
Cooperação entre instituições	19	12,9	49	33,3	44	29,9	30	20,4	5	3,4	147	100
Conhecimento por parte das vítimas	27	17,2	58	36,9	42	26,8	24	15,3	6	3,8	157	100
Procedimentos policiais	14	10,2	39	28,5	32	23,4	39	28,5	13	9,5	137	100

3.12.4 Conclusões

A maior parte dos Estados-Membros da União Europeia não disponibiliza às vítimas a oportunidade de comunicar crimes cometidos no estrangeiro uma vez que regressem ao seu país. A maior parte dos países apenas proporciona esta oportunidade às vítimas nos casos em que eles próprios têm jurisdição. Como este requisito do Quadro está no centro da Decisão-Quadro, são necessários melhoramentos nesta questão.

Este factor também foi desencadeado pelos resultados do estudo organizacional. A maior parte dos inquiridos considera as medidas tomadas para satisfazer as necessidades das vítimas estrangeiras insuficientes.

3.13 Artigo 13: Serviços especializados e Organizações de apoio às vítimas

3.13.1 Introduction

Um dos elementos mais importantes do desenvolvimento dos direitos das vítimas na Europa diz respeito ao Apoio à Vítima. O reconhecimento de que muitas vítimas necessitam de assistência, apoio e informação na consequência de um crime e de que muitas não o recebem, deu o ímpeto para o desenvolvimento de organizações de apoio à vítima em toda a Europa. De facto, o apoio à vítima é considerado como elemento com mais valor de apoio disponibilizado a vítimas de crime (ver f.e. Ringham & Salisbury, 2002; Winkel, Spapens & Letschert, 2006).

Mas o apoio à vítima não é apenas um desenvolvimento importante por si só. Na verdade, em grande medida foi graças a actividades de organizações de apoio à vítima (congregadas no Victim Support Europe) que a União Europeia adoptou a Decisão-Quadro sobre vítimas de crime. E também, a nível nacional, as organizações de apoio à vítima foram promotoras por excelência em prol da melhoria do estatuto das vítimas.

A Decisão-Quadro destaca a necessidade de apoio à vítima, quer através de serviços públicos, quer através de organizações de apoio. O artigo 13 refere:

- 1. No âmbito do processo, cada Estado-Membro promove a intervenção dos serviços de apoio às vítimas, responsáveis pela organização do acolhimento inicial das vítimas e pelo apoio e assistência ulteriores, quer através de serviços públicos integrados por pessoas com formação específica neste domínio, quer através do reconhecimento e do financiamento de organizações de apoio às vítimas.*
- 2. No âmbito do processo, cada Estado-Membro incentiva a intervenção das referidas pessoas ou de organizações de apoio às vítimas designadamente quanto:*
 - (a) ao fornecimento de informação à vítima;*
 - (b) à prestação de apoio à vítima de acordo com as suas necessidades imediatas;*
 - (c) ao acompanhamento da vítima, se necessário e quando for possível, no processo penal;*
 - (d) ao apoio à vítima, a seu pedido, no termo do processo penal.*

E, de acordo com o artigo 1, secção B entende-se por “organização de apoio às vítimas” uma organização não governamental, legalmente estabelecida num Estado-Membro, cujas actividades de apoio a vítimas de crime sejam gratuitas e, exercidas de modo adequado, complementem a acção do Estado neste domínio;

3.13.2 Implementação legal

Os Estados-Membros estão em conformidade com o artigo 13, quer disponham de organizações de apoio às vítimas ou não. No estudo de Brienens e Hoegen, alguns dos países estudados não dispunham de serviços para as vítimas, mas

estas tarefas eram da responsabilidade de entidades governamentais, como os serviços sociais. No entanto, sempre que as tarefas apresentadas no n.º 2 do artigo 13 forem atribuídas a organizações de apoio às vítimas num Estado-Membro, somos da opinião que ao aferir o nível de cumprimento, pelo menos duas características são essenciais. Ou seja, se a organização em questão dispõe de cobertura nacional e se presta, pelo menos, serviços gerais a todas as vítimas de crime. Se um Estado-Membro não satisfizer um ou ambos estes critérios, as vítimas de determinadas regiões dos seus países ou determinadas vítimas não poderão receber os tipos de serviços apresentados no n.º 2 do artigo 13.

Além destes critérios, o estudo referia-se também à existência ou não de serviços especializados, bem como à possibilidade de as organizações de apoio às vítimas serem consultadas ao nível do desenvolvimento de políticas públicas em relação a vítimas de crime.

Segundo os especialistas, existem vários países onde não existem organizações de apoio à vítima. Chipre, Dinamarca, Grécia, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslovénia e Espanha não prestam serviços a vítimas através de uma organização não governamental. Ver tabela 3.49.

Na maior parte dos países que dispõem de uma organização de apoio à vítima, esta organização conseguiu alcançar uma cobertura nacional. Este é o caso na Áustria, Bélgica, Estónia, Finlândia, Alemanha, Países Baixos, Portugal, Eslováquia, Suécia e Reino Unido. Além disso, a maior parte das organizações de apoio à vítima prestam serviços gerais para todas as vítimas de crime, bem como serviços especializados, de acordo com as necessidades de grupos específicos. Este é o caso na Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido. Finalmente, a criação de organizações de apoio à vítima é considerada importante no desenvolvimento de políticas nacionais referentes a vítimas de crime. Estas organizações são ainda consultadas para o desenvolvimento de políticas públicas dedicadas a esta temática na Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, Alemanha, Países Baixos, Portugal e Reino Unido. Este último apresenta uma melhoria notável em relação à situação relatada por Brienens e Hoegen. Em 1999, as organizações de apoio à vítima apenas eram consultadas na Bélgica, Países Baixos e Reino Unido.

Tabela 3.49/ A existência e o estatuto das organizações de apoio às vítimas nos Estados-Membros

Estado-Membro	Não existe nenhuma OAV nacional	Existe uma OAV nacional	A OAV alcançou cobertura nacional	A OAV presta serviços gerais a todas as vítimas de crime	A OAV presta serviços especializados que satisfazem as necessidades de grupos específicos	A OAV é consultada sobre políticas nacionais referentes a vítimas de crime
Áustria	0	1	1	1	1	1
Bélgica	0	1	1	1	1	1
Bulgária	0	1	0	1	1	1
Chipre	1	0	0	0	0	0
República Checa	0	1	0	1	1	1
Dinamarca	1	0	0	0	0	0
Estónia	0	1	1	1	1	1
Finlândia	0	1	1	1	1	1
Alemanha	0	1	1	1	1	1
Grécia	0	0	0	0	0	0
Hungria	0	1	0	1	0	0
Irlanda	0	1	0	0	0	0
Itália	1	0	0	0	0	0
Letónia	1	0	0	0	0	0
Lituânia	1	1	0	0	0	0
Luxemburgo	0	1	0	1	1	0
Malta	0	1	0	1	0	0
Países Baixos	0	1	1	1	1	1
Polónia	1	0	0	0	0	0
Portugal	0	1	1	1	1	1
Eslováquia	0	1	1	0	0	0
Eslovénia	1	0	0	0	0	0
Espanha	1	0	0	0	0	0
Suécia	0	1	1	1	0	0
Reino Unido	0	1	1	1	1	1

3.13.3 Implementação organizacional

Esta secção considera a prestação de serviços de apoio às vítimas, desde a recepção inicial da vítima até ao apoio por meio de processo judicial e consequente apoio. Foi pedido aos inquiridos que comentassem o financiamento de organizações de apoio às vítimas, o acesso às mesmas, a pertinência dos serviços e o apoio durante e após o processo judicial.

A grande maioria dos inquiridos respondeu positivamente em relação ao apoio disponibilizado às vítimas. 57,0% considerou o acesso suficiente (apenas 25% não o considerou) e 49,5% considerou o apoio adequado, 30,1% não o considerou. No entanto, a maior parte dos peritos partilha a opinião de que o financiamento é insuficiente, 59,8% contra 24,5%.

Tabela 3.50 | Avaliação geral – Organizações de apoio às vítimas (Número e % de respostas)

Tópicos	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo plenamente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Financiamento	48	23,5	74	36,3	32	15,7	38	18,6	12	5,9	204	100
Acesso	15	7,2	38	18,4	36	17,4	84	40,6	34	16,4	207	100
Adequação	19	9,2	41	19,9	44	21,4	81	39,3	21	10,2	206	100
Apoio durante	13	7,0	37	19,9	46	24,7	69	37,1	21	11,3	186	100
Apoio após	17	9,7	36	20,6	56	32,0	58	33,1	8	4,6	175	100

3.13.4 Conclusões

Os Estados-Membros estão em conformidade com o artigo 13, quer disponham de organizações de apoio às vítimas ou não. O artigo realça especificamente que estes serviços também podem ser da responsabilidade de entidades governamentais. Sempre que existirem organizações de apoio à vítima, devem ser aplicados dois critérios: cobertura nacional e serviços gerais para todos os tipos de vítimas. Se os países não satisfizerem estes critérios, as vítimas de algumas regiões ou alguns tipos de vítimas não poderão aceder aos serviços prestados de apoio. Segundo a opinião de especialistas consultados neste estudo, a Áustria, a Bélgica, a Estónia, a Finlândia, a Alemanha, os Países Baixos, Portugal e o Reino Unido satisfazem ambos os critérios. Contudo, tal como em outros artigos da Decisão-Quadro, a redacção é vaga. Os Estados-Membros apenas têm de “promover” ou “incentivar”. Isto significa que, mesmo que alguns Estados-Membros não apresentem um ou ambos os critérios, os mesmos são considerados como cumpridores do texto literal do artigo da Decisão-Quadro.

O trabalho das organizações de apoio às vítimas é apreciado pelos especialistas neste estudo, sendo que a maioria considera o nível de serviços e o acesso adequados. No entanto, consideram que o financiamento do apoio à vítima em toda a Europa ainda poderá sofrer bastantes melhorias.



4. Conclusões e recomendações gerais

4. Conclusões e recomendações gerais

Neste capítulo final serão resumidas as conclusões referentes aos artigos da Decisão-Quadro. As conclusões serão seguidas das recomendações redigidas pelo Victim Support Europe em relação às melhorias propostas relativamente à Decisão-Quadro

4.1 Conclusões gerais

Artigo 1: Definição de vítima

As diferenças de opinião no que diz respeito à interpretação do conceito de “vítima” tornam difícil uma comparação entre Estados-Membros. É provável que os peritos da Dinamarca, Malta, Eslovénia e Eslováquia interpretaram a definição de uma forma restrita.

Noutros Estados-Membros, segundo os peritos, os membros da família mais próximos estão incluídos na definição. Em alguns países (Chipre, Finlândia, Grécia, Letónia, Lituânia, Polónia e Portugal) isto não se aplica ao parceiro do mesmo sexo, o que pode bem reflectir a situação das uniões entre parceiros do mesmo sexo nestes Estados-Membros. Os primeiros intervenientes são incluídos na Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Lituânia e Luxemburgo.

Artigo 2: Respeito e reconhecimento

A transposição do n.º1 do artigo 2 da Decisão-Quadro, que está relacionada com o respeito e reconhecimento, implica a transposição total de todos os artigos da Decisão-Quadro. Este artigo implica a avaliação do cumprimento de todas as directivas da Decisão e, por esta razão, não foi incluída de forma separada no questionário jurídico. No entanto, as respostas dos peritos ao questionário organizacional são negativas no que concerne o grau de respeito garantido às vítimas e de reconhecimento pelo crime que sofreram.

Artigo 2: Vítimas vulneráveis

No que diz respeito à vulnerabilidade, os resultados revelam que a maioria dos Estados-Membros considera que os problemas de saúde mental ou o tipo de crime sofrido constituem fundamento para que as vítimas recebam tratamento especial. Isto está em conformidade com a definição de vulnerabilidade do Conselho da Europa. Em alguns Estados-Membros o tratamento especial pode não ser acompanhado por uma definição de vulnerabilidade. No entanto, não é difícil argumentar que o mais importante para as vítimas não é a definição de vulnerabilidade mas sim o tratamento especial que essa definição implica.

Artigo 3: Audição e apresentação de provas

As jurisdições têm uma margem de manobra considerável na forma como implementam o direito de audição e apresentação de provas tal como exposto pelo artigo 3(1) da Decisão-Quadro. Todos os Estados-Membros implementaram medidas para promover formas de participação destinadas às vítimas. Apesar da diversidade, mesmo dentro do mesmo tipo de medidas, fazer uma comparação directa entre jurisdições relativamente à forma como promovem a participação é difícil, se não mesmo contraproducente.

Fornecer aos tribunais informação relativa à necessidade de indemnização por parte da vítima é principalmente, mais que um dever do procurador, um direito da vítima, sendo o tribunal obrigado a ter em conta assuntos relacionados com a indemnização em quase toda a União Europeia. Cada vez mais países estão a implementar formas de Depoimentos de Impacto das Vítimas.

A maioria dos países implementou uma forma de acusação particular ou o direito de reapreciação da decisão de não acusação. Os únicos países que não dispõem de nenhum dos direitos são Malta e Bélgica.

Artigo 3: Inquirição

A maioria dos Estados-Membros não impõem restrições à inquirição repeti-

tiva. Daqueles que impõem, apenas a República Checa restringe a todas as vítimas, enquanto que os restantes colocam restrições relativamente à inquirição repetitiva de crianças vítimas.

É dada especial atenção à inquirição de crianças vítimas em todos os Estados-Membros, embora os instrumentos utilizados variem. O mesmo acontece na maioria dos Estados-Membros relativamente às vítimas com deficiências mentais. A atenção especial a dar ao interrogatório de vítimas de violência doméstica e sexual não está tão difundida. Em 10 países os peritos afirmaram que não é dada especial atenção à sua situação.

As vítimas residentes noutro Estado-Membro têm acesso a tradutores em toda a União Europeia. Apesar disso, esta não é necessariamente uma medida tomada no interesse das vítimas residentes noutro Estado-Membro. Da mesma forma, cerca de metade dos Estados-Membros permitem que as vítimas prestem depoimento imediatamente depois da ocorrência do crime, mas mais que uma medida especialmente formulada para servir as necessidades das vítimas residentes noutro Estado-Membro, esta é uma característica dos seus sistemas de justiça penal.

A maior parte dos inquiridos não estão satisfeitos com a forma como a inquirição de vítimas é realizada nas suas jurisdições. A maioria considera a inquirição desnecessariamente intrusiva e extensa, o que dificulta a participação das vítimas no sistema de justiça penal. Isto também se aplica a vítimas vulneráveis. Segundo a maioria dos inquiridos, as medidas tomadas para proporcionar protecção adicional são inadequadas.

Artigo 4: Fornecimento de informação

A maioria das jurisdições parece cumprir com o requisito de assegurar o fornecimento de informação às vítimas a partir do seu primeiro contacto com agentes de autoridade. Dezoito Estados-Membros têm obrigação geral de fornecer informação às vítimas, que também está atribuída a entidades responsáveis.

Do mesmo modo, na maioria das jurisdições, a vítima é informada sobre o

progresso do caso; uma maioria de Estados-Membros tem em prática sistemas que informam as vítimas sobre o resultado da investigação policial e, da mesma forma, sobre a decisão de acusação, a data e o local da audiência em tribunal e a decisão do tribunal. É dada menos atenção à possibilidade das vítimas não quererem ser informadas. Por último, em muitas jurisdições, a informação relativa à libertação do infractor não é divulgada às vítimas.

Os resultados do estudo sobre implementação organizacional revelam que o sucesso da divulgação de informação depende do tópico em análise. Os inquiridos revelam preocupação relativamente ao acesso a informação sobre o papel das vítimas no processo penal, às condições para obtenção de protecção, ao resultado da queixa e à possibilidade de indemnização. O acesso à informação sobre indemnização foi o tópico no qual os peritos demonstraram mais reservas. Pelo facto de estes serem todos aspectos fundamentais da Decisão-Quadro, esta conclusão é não só digna de destaque mas, na verdade, preocupante. O acesso a informação é um pré-requisito para acções posteriores e um factor fundamental para muitas vítimas. O facto dos inquiridos espalhados considerarem que este acesso não está assegurado, é um indício de uma falha no apoio prestado às vítimas. Para além disso, a maioria dos inquiridos é da opinião de que a informação não chega às vítimas atempadamente.

Neste ponto, o estudo organizacional não é tão positivo quanto os resultados do estudo de implementação legal. Os sistemas para a divulgação de informação podem existir formalmente mas, segundo a maioria dos inquiridos, na prática não proporcionam às vítimas o acesso suficiente à informação.

Artigo 5: Garantias de comunicação

O artigo 5 da Decisão-Quadro fala sobre as garantias de comunicação no fornecimento de informação a vítimas. O resultado do estudo mostra que o melhor desempenho acontece em cinco Estados-Membros, onde existem tradutores e intérpretes gratuitos, assim como informação disponível em várias línguas. Em 12 Estados-Membros a elegibilidade para estas garantias de comunicação está restringida a vítimas testemunhas. Noutros 15, as ga-

rantias de comunicação estão acessíveis a um grupo mais vasto de vítimas.

Mais uma vez o estudo organizacional adiciona algo aos resultados da implementação legal. A maioria dos inquiridos é da opinião de que os recursos disponíveis para diminuir dificuldades de comunicação são insuficientes e para além disso, os recursos disponíveis são poucos e ineficazes.

Artigo 6: Assistência específica à vítima

Não existem muitas jurisdições que proporcionem assistência jurídica gratuita a vítimas, simplesmente pelo facto de serem vítimas. Os princípios da assistência jurídica são, essencialmente, semelhantes aos princípios utilizados pelas jurisdições para facultar assistência e aconselhamento jurídico gratuitos a outros participantes em julgamentos, utilizando a capacidade económica como critério principal.

As conclusões do questionário organizacional sugerem que tanto o acesso como os efeitos da assistência e do aconselhamento jurídico podem melhorar. A maioria dos inquiridos classificou de forma negativa estas características relativas à prestação de assistência e aconselhamento jurídico às vítimas.

Artigo 7: Despesas da vítima resultantes da sua participação no processo penal

O direito a reembolso de despesas resultantes da participação no processo penal é reconhecido na maior parte dos Estados-Membros da UE. A maioria (n=18) concede este direito tanto a vítimas que tenham intervindo na qualidade de testemunha como de sujeito processual. Apenas 2 Estados-Membros indicam que nenhum dos estatutos garante elegibilidade, 7 Estados-Membros concedem o direito apenas a testemunhas.

Quanto à responsabilidade pelo reembolso das despesas das vítimas, as respostas são igualmente variadas. Apenas 5 Estados-Membros consideram o autor do crime como único responsável. Deste modo, é justo afirmar que o reembolso dos custos é

normalmente visto como uma responsabilidade do estado, se não imediatamente, pelo menos, em última análise, quando o infractor não pode ou não quer pagar.

No entanto, na prática, e de acordo com os inquiridos neste estudo organizacional, o reembolso de despesas ainda carece de profundas melhorias. Em termos gerais, os peritos consideram que as vítimas não conhecem as possibilidades de reembolso, sendo os processos de pedido complexos. Os recursos disponíveis são insuficientes e o reembolso não chega às vítimas atempadamente. No geral, o processo de reembolso foi considerado inadequado por 62% dos inquiridos, enquanto que apenas 14% o considerou adequado.

Artigo 8: Direito à protecção

O cumprimento do Artigo 8 foi avaliado com base em sete critérios. Três desses critérios relacionados com a protecção da vítima contra a exposição pública, os outros quatro relacionados com a protecção da vítima contra intimidação ou ameaça por parte do autor do crime.

Embora todos os Estados-Membros tenham a possibilidade de realizar audiências à porta fechada, normalmente a decisão é deixado ao critério dos tribunais (14 Estados-Membros), o que representa a forma mais débil de protecção. O mais elevado nível de protecção que consiste em tornar as audiências à porta fechada obrigatórias se a vítima assim o solicitar, foi relatado em 8 Estados-Membros. Além disso, embora a maior parte dos Estados-Membros (23) tenha relatado algumas restrições em relação à cobertura mediática dos casos, muitos deles (17 Estados-Membros) confiam no código deontológico dos media. Finalmente, a maior parte dos Estados-Membros estabelece limites à revelação da informação pessoal da vítima. A medida mais favorecida foi o princípio do segredo de justiça nas fases pré-julgamento (17 Estados-Membros).

Quanto à protecção da vítima contra ameaça e intimidação por parte do infractor, 14 Estados-Membros implementaram 5 ou mais medidas de protecção. As medidas mais favorecidas foram a protecção policial, prisão preventiva e concessão de nova habitação à vítima. O direito ao completo anoni-

mato foi implementado por nada menos que 14 Estados-Membros embora este direito se aplique frequentemente a determinados tipos de vítimas. Em suma, todos os Estados-Membros parecem defender a importância de medidas de protecção e, muitas vezes, aplicam mais do que uma medida para garantir a protecção da vítima contra o autor do crime.

No entanto, na maior parte dos Estados-Membros, não estão disponíveis salas de espera separadas para as vítimas. 24 Estados-Membros declararam não existir obrigação de providenciar salas de espera separadas nas instalações dos tribunais. Esta é uma conclusão especialmente interessante, considerando a redacção directa do artigo relevante da Decisão-Quadro.

Todos os Estados têm uma ou mais opções para a obtenção de medidas cautelares por parte das vítimas, mas o estatuto legal difere. A protecção legal mais rigorosa contra o comportamento ameaçador contra vítimas/testemunhas é considerá-lo como uma infracção autónoma. Quinze Estados-Membros entendem o comportamento ameaçador deste modo, por vezes em associação a um crime generalizado, uma circunstância agravante ou ambas.

No geral, os Estados-Membros parecem estar conscientes da importância da protecção de vítimas contra a exposição pública e contra o infractor. Isto deve-se ao facto da grande maioria ter a possibilidade de realizar audiências à porta fechada, restringir a cobertura mediática dos casos, limitar a divulgação de informação pessoal da vítima e proteger a vítima através de várias medidas de protecção práticas e legais. No entanto, os Estados-Membros optam regularmente por mecanismos menos fortes (audiências à porta fechada a pedido do juiz, restrições à cobertura de imprensa através de um código deontológico dos media) ou não providenciam a combinação ideal de medidas (restrições à revelação de informação da vítima, medidas cautelares de protecção, comportamento ameaçador). Por último, é evidente que uma grande maioria dos Estados-Membros não cumpre o requisito relativo às salas de espera separadas.

O facto dos Estados-Membros nem sempre optarem pelo mecanismo de protecção das vítimas mais rigoroso e de quase nenhum deles cumprir a cláusula de

garantir salas de espera separadas pode contribuir para a avaliação negativa por parte da maior parte dos inquiridos neste estudo. Em todos os aspectos (desde a protecção contra o infractor, a privacidade da vítima, contra os media), a maior parte considerou que as actuais medidas de protecção são inadequadas.

Artigo 9: Direito a indemnização no âmbito do processo penal

A maior parte dos Estados-Membros tem a possibilidade de incentivar o autor do crime a pagar uma indemnização à vítima. Isto pode ser conseguido tendo em consideração no momento da decisão de acusação a questão do pagamento de indemnização, a possibilidade de tentar a mediação entre vítima e infractor em relação à indemnização ou até o dever de fazê-lo. Neste aspecto, a maior parte dos Estados-Membros parecem cumprir o artigo 9.

Quanto aos principais mecanismos de obtenção de indemnização através do sistema de justiça criminal, o princípio de adesão e o pedido de indemnização, os resultados são pouco positivos. A indemnização atribuída através do procedimento de adesão é apenas uma medida adicional que, na maior parte dos Estados-Membros, tem de ser colocada em prática pelas próprias vítimas. O pedido de indemnização está bem implementado no Reino Unido, onde dispõe de prioridade sobre o pagamento de multa e custas. Em sete países, o Estado desempenha um papel activo na aplicação da obrigação do autor do crime a pagar uma indemnização. Para além do Reino Unido, este é o caso na Suécia, Dinamarca, França, Hungria, Lituânia e dos Países Baixos.

Segundo a maior parte dos inquiridos, os processos de indemnização existentes nos seus países são inadequados. Como este último é um dos principais problemas quando o Estado não disponibiliza qualquer assistência na aplicação da obrigação do autor do crime pagar a indemnização, é evidente que isto poderá melhorar quando mais Estados adoptarem um papel activo a este respeito.

Artigo 10: Mediação penal no âmbito do processo penal

Nem todos os Estados-Membros permitem a mediação penal. Com efeito, esta

não é utilizada na Bulgária, Chipre, Dinamarca, Lituânia, Malta, Países Baixos, Roménia, Espanha e Reino Unido. Isto não significa que estes países não cumpram a Decisão-Quadro neste sentido; ela confere liberdade aos Estados-Membros para determinarem a que infracções pretendem aplicar a mediação penal, permitindo até a opção da não aplicação. Embora a redacção do artigo seja vaga, a maior parte das práticas de mediação parecem semelhantes, sendo que os Estados-Membros permitem a mediação em casos menos graves, e não em infracções graves.

Os resultados da mediação não são tidos em consideração em Portugal, Eslováquia e possivelmente na Suécia, o que sugere que os procedimentos de mediação nestes países não cumprem os requisitos da Decisão-Quadro.

Artigo 11: Vítimas residentes noutro Estado-Membro

A maior parte dos Estados-Membros da União Europeia não disponibiliza às vítimas a oportunidade de comunicar crimes cometidos no estrangeiro uma vez que regressem ao seu país. A maior parte dos países apenas proporciona esta oportunidade às vítimas nos casos em que eles próprios têm jurisdição. Como este requisito do Quadro está no centro da Decisão-Quadro, são necessários melhoramentos nesta questão.

Este factor também foi desencadeado pelos resultados do estudo organizacional. A maior parte dos inquiridos considera as medidas tomadas para satisfazer as necessidades das vítimas estrangeiras insuficientes.

Artigo 13: Serviços especializados e organizações de apoio às vítimas

Os Estados-Membros estão em conformidade com o artigo 13, quer disponham de organizações de apoio às vítimas ou não. O artigo realça especificamente que estes serviços também podem ser da responsabilidade de entidades governamentais. Sempre que existirem organizações de apoio à vítima, devem ser aplicados dois critérios: cobertura nacional e serviços gerais para todos os tipos de vítimas. Se os países não satisfizerem estes critérios, as vítimas de algumas regiões ou alguns tipos de vítimas não poderão aceder aos serviços prestados de apoio. Segundo a opinião de especialistas consultados neste estudo, a Áus-

tria, a Bélgica, a Estónia, a Finlândia, a Alemanha, os Países Baixos, Portugal e o Reino Unido satisfazem ambos os critérios. Contudo, tal como em outros artigos da Decisão-Quadro, a redacção é vaga. Os Estados-Membros apenas têm de “promover” ou “incentivar”. Isto significa que, mesmo que alguns Estados-Membros não apresentem um ou ambos os critérios, os mesmos são considerados como cumpridores do texto literal do artigo da Decisão-Quadro.

O trabalho das organizações de apoio às vítimas é apreciado pelos especialistas neste estudo, sendo que a maioria considera o nível de serviços e o acesso adequados. No entanto, consideram que o financiamento do apoio à vítima em toda a Europa ainda poderá sofrer bastantes melhorias.

4.2 Recomendações do Victim Support Europe

Esta secção abordará todos os artigos da Decisão-Quadro do Conselho sobre o estatuto das vítimas de procedimentos criminais individualmente.

Artigo 1 - Definições

Para efeitos desta Decisão-Quadro o termo

- (a) “vítima” refere-se à pessoa singular que sofreu um dano, incluindo dano físico ou mental, um dano moral, ou uma perda material, directamente causadas por acções ou omissões que infrinjam a legislação penal de um Estado-Membro;*
- b) “organização de apoio às vítimas” refere-se a uma organização não governamental, legalmente estabelecida num Estado-Membro, cujas actividades de apoio a vítimas de crime sejam gratuitas e, exercidas de modo adequado, complementem a acção do Estado neste domínio;*
- (c) “processo penal” refere-se ao processo penal na acepção da legislação nacional aplicável;*
- (d) “processo” refere-se ao processo em sentido lato, ou seja, que inclui, além do processo penal propriamente dito, todos os contactos, relacionados com o seu processo, que a vítima estabeleça nessa qualidade com qualquer autoridade, serviço público ou organização de apoio às vítimas, antes, durante ou após o processo penal;*

(e) “mediação em processos penais” refere-se à tentativa de encontrar, antes ou durante o processo penal, uma solução negociada entre a vítima e o autor da infracção, mediada por uma pessoa competente.

Resultados do projecto:

Os resultados Projecto Victims in Europe mostra que nem todas as jurisdições têm uma definição legal de vítima. Em vez disso, alguns Estados-Membros concedem direitos, por exemplo, ao “ofendido”, ou incluem terceiros além da vítima directa, por exemplo pais, filhos, parceiro ou outros membros da família, nas disposições legais relativas à vítima.

O Victim Support Europe recomenda:

- O alargamento da interpretação de “vítima” para incluir, sempre que apropriado, a família directa da vítima
- Tendo em conta o conteúdo do artigo 10 e a ambiguidade do assunto, o VSE recomenda a adição de uma definição nova de “práticas restaurativas” ou “justiça restaurativa”

Artigo 2 – Respeito e reconhecimento

1. Cada Estado-Membro assegura às vítimas um papel real e adequado na sua ordem jurídica penal. Continuará a envidar esforços no sentido de assegurar que, durante o processo, as vítimas sejam tratadas com respeito pela sua dignidade pessoal e reconhece os direitos e interesses legítimos da vítima, em especial no âmbito do processo penal.
2. Cada Estado-Membro assegura às vítimas particularmente vulneráveis a possibilidade de beneficiar de um tratamento específico, o mais adaptado possível à sua situação.

Resultados do projecto:

A equipa de investigação partiu do princípio de que o cumprimento do n.º 1 deste artigo implica uma transposição correcta e completa de todos os arti-

gos da Decisão-Quadro.

Os inquiridos da grande maioria dos Estados-Membros sentem que as vítimas não desempenham um papel apropriado no sistema judicial penal e não se sentem devidamente reconhecidas pelos profissionais envolvidos no sistema de justiça criminal. A equipa de investigação apurou, deste modo, que esta parte do artigo não é normalmente satisfeita.

A Decisão-Quadro não fornece qualquer definição ou critério sobre quem deve ser visto como “particularmente vulnerável” e os Estados-Membros adoptaram diversas interpretações do conceito, baseando-se, por exemplo, na idade da vítima, na deficiência mental ou no tipo de crime sofrido. Alguns Estados não adoptaram qualquer definição.

Verifica-se uma ampla variedade de respostas em relação ao facto do tratamento especializado estar ou não disponível nos Estados-Membros devido à vulnerabilidade da vítima. Se os especialistas no campo não tiverem a certeza se existe ou não tratamento especializado disponível, como é que as próprias vítimas poderão conhecer as possíveis medidas de protecção? Subsequentemente, a equipa de investigação acredita que esta parte do artigo também não foi cumprida.

O Victim Support Europe recomenda:

- O Victim Support Europe acredita que os direitos das vítimas relativamente ao respeito e ao reconhecimento em cada Estado-Membro apenas estarão cumpridos quando todos os artigos estiverem totalmente implementados
- O papel da vítima em todo o processo penal deve ser respeitado e reconhecido como igual ao do autor do crime. A Decisão-Quadro é legalmente vinculativa e é da responsabilidade de cada Estado-Membro garantir que todos os artigos sejam implementados
- Devem ser disponibilizadas medidas especiais a todas as vítimas e testemunhas que, depois de conhecerem as medidas, tenham expressado a vontade de as receber
- As crianças devem receber automaticamente medidas especiais, sem

terem de expressar uma opinião a este respeito

- Informações adequadas e concisas devem ser disponibilizadas para garantir que as vítimas/testemunhas possam tomar uma decisão informada em qualquer participação no caso, por exemplo, aceitar ou não medidas especiais fornecendo elementos de prova

Artigo 3 – Audição e apresentação de provas

Cada Estado-Membro garante à vítima a possibilidade de ser ouvida durante o processo e de fornecer elementos de prova.

Cada Estado-Membro toma as medidas adequadas para que as suas autoridades apenas interroguem a vítima na medida do necessário para o desenrolar do processo penal.

Resultados do projecto:

Verifica-se um aumento significativo nas jurisdições que implementaram os Depoimentos de Impacto das Vítimas como forma das vítimas se fazerem ouvir e informar o tribunal do impacto provocado pelo crime nas suas vidas.

A ausência de assistência jurídica gratuita, pode constituir um importante obstáculo para as vítimas que pretendem facultar informação aos tribunais. O estudo descobriu que a assistência gratuita apenas está disponível em alguns países; sendo que na maior parte dos Estados-Membros esta foi restringida a determinadas vítimas, dependendo de factores como idade, categorias de crime, condições económicas ou papel desempenhado no processo.

Em algumas áreas, muitos Estados-Membros disponibilizaram um elevado nível de protecção dos direitos das vítimas em relação ao artigo 3; a maior parte dos Estados-Membros implementaram, por exemplo, um direito a acusação particular. As boas práticas também foram constatadas no direito de revisão de uma decisão de não acusação.

No geral, a maior parte dos Estados-Membros parece cumprir o artigo 3(1). Em alguns casos (direito de revisão), a maior parte dos Estados até tem suces-

so, mas noutros casos (assistência gratuita, informação sobre indemnização) ainda têm de ser desenvolvidas melhorias.

O artigo 3(2) refere-se à inquirição. A inquirição continuada de vítimas é uma forma de vitimização secundária amplamente reconhecida. A inquirição extensa e intrusiva acarreta uma série de riscos de revitimização de uma vítima e o prolongamento do período de recuperação. A longo prazo, também pode impedir que outras vítimas cooperem com o sistema judicial penal e, deste modo, dificultar a participação das vítimas no sistema. Mesmo assim, os resultados do questionário demonstram que a maior parte dos Estados-Membros não coloca quaisquer restrições à inquirição continuada da vítima. Virtualmente, todos os Estados-Membros introduziram legislação referente a vítimas crianças e, regra geral, as crianças são tratadas e inquiridas com mais consideração que os adultos. Contudo, o modo como as crianças são inquiridas varia substancialmente. O mesmo pode ser dito quanto à inquirição de vítimas com deficiência mental. É dada menos atenção ao interrogatório de vítimas de violência sexual e doméstica.

O Victim Support Europe recomenda:

- As vítimas devem ser consultadas quanto à decisão de acusar e todas as decisões de não avançar com um caso devem ser totalmente explicadas
- Todas as vítimas devem ter a oportunidade, se o quiserem, de fornecer ao tribunal informações sobre como foram afectadas pelo crime.
- Estas informações devem ser tidas em consideração pelo tribunal
- Os regulamentos rigorosos têm de ser introduzidos não apenas para limitar o âmbito de perguntas feitas, mas também o modo e a frequência com que são feitas
- As características pessoais da vítima/testemunha devem ser tidas em consideração ao decidir sobre a forma de interrogar, por exemplo, a vítima tem de conseguir compreender e responder a todas as perguntas. As entidades de justiça penal têm de ser informadas para que cumpram estes regulamentos

Artigo 4 - Direito de receber informações

1. Cada Estado-Membro garante à vítima em especial, desde o seu primeiro contacto com as autoridades competentes para a aplicação da lei, o acesso às informações que forem relevantes para a protecção dos seus interesses, através dos meios que aquele considere apropriados e tanto quanto possível em línguas geralmente compreendidas. Estas informações são pelo menos as seguintes:

- (a) o tipo de serviços ou de organizações a que pode dirigir-se para obter apoio;*
- (b) o tipo de apoio que pode receber;*
- (c) onde e como pode a vítima apresentar queixa;*
- (d) quais são os procedimentos subsequentes à queixa e qual o papel da vítima no âmbito dos mesmos;*
- (e) como e em que termos poderá a vítima obter protecção;*
- (f) em que medida e em que condições a vítima terá acesso a:*
 - (i) aconselhamento jurídico, ou*
 - (ii) apoio judiciário, ou*
 - (iii) qualquer outra forma de aconselhamento, se, nos casos referidos nas subalíneas (i) e (ii), a vítima a tal tiver direito;*
- (g) quais são os requisitos que regem o direito da vítima a reparação;*
- (h) se for residente noutro Estado, que mecanismos especiais de defesa dos seus interesses pode utilizar.*

2. Cada Estado-Membro assegura que a vítima seja informada, sempre que manifestar essa vontade:

- (a) do seguimento dado à queixa;*
- (b) dos elementos pertinentes que lhe permitam, em caso de pronúncia, ser inteirada do andamento do processo penal relativo à pessoa pronunciada por factos que lhe digam respeito, excepto em casos excepcionais que possam prejudicar o bom funcionamento do processo;*
- (c) da sentença do tribunal.*

3. Os Estados-Membros tomam as medidas necessárias para assegurar que, pelo menos nos casos de perigo potencial para a vítima, quando a pessoa pronunciada ou condenada por essa infracção seja libertada, se possa decidir informar a vítima, se tal for considerado necessário.

4. Na medida em que comunique por sua própria iniciativa as informações a que se referem os números 2 e 3, o Estado-Membro assegura à vítima o direito de optar por

não receber essas informações, salvo se a comunicação das mesmas for obrigatória, nos termos do processo penal aplicável.

Resultados do projecto:

O acesso a informações é um elemento essencial para qualquer envolvimento de vítimas no sistema judicial penal; apenas se as vítimas conhecerem os seus direitos e capacidades dentro do sistema poderão fazer uso do mesmo. No entanto, actualmente muitas vítimas sentem-se mal informadas e incertas quanto ao seu papel e responsabilidades no sistema de justiça.

A maior parte das jurisdições parecem cumprir teoricamente o requisito de garantir o fornecimento de informações a vítimas no seu primeiro contacto com as autoridades; a maior parte dos Estados-Membros tem a obrigação geral de fornecer informações às vítimas e às autoridades responsáveis, se identificadas. De igual modo, a maior parte dos Estados dispõe de regulamentos para informar a vítima sobre o progresso e o resultado do caso. Os Estados-Membros prestam menos atenção à possibilidade de as vítimas não quererem ser informadas e a maior parte das jurisdições não fornece informações às vítimas em relação à libertação do autor do crime.

Independentemente dos regulamentos teóricos, o estudo demonstra que, na prática, o requisito para manter as vítimas informadas nem sempre é cumprido. Organizações em toda a Europa confirmam que na maior parte dos Estados-Membros da União Europeia, as vítimas não têm acesso fácil a informações relativas a processos criminais, com ênfase no seu papel.

O Victim Support Europe recomenda:

- Todas as vítimas devem ser mantidas totalmente informadas sobre todas as actividades do caso e receber, pelo menos, as seguintes informações, tanto oralmente como por escrito:
 - Como e onde comunicar um crime
 - Como e onde aceder a apoio emocional e prático

-
- Como e onde aceder a assistência e aconselhamento legal
 - Se a polícia iniciou ou não uma investigação criminal
 - Se a polícia enviou ou não o caso para o procurador do Ministério Público
 - Se o procurador do Ministério Público acusou ou não o alegado autor do crime
 - Se e quando terá lugar o caso em tribunal
 - Explicações sobre o papel e os direitos de uma vítima durante os processos de tribunal, por exemplo, se é possível obter medidas especiais de protecção ao apresentar elementos de prova, se as vítimas podem fazer um depoimento de impacto, etc
 - Se o apoio e assistência emocional estarão ou não disponíveis para a vítima em conjunto com os processos de tribunal, e se sim, como aceder a este apoio
 - Explicação completa sobre a sentença final e os fundamentos da mesma
 - Se aplicável, informações sobre quando o infractor tiver cumprido a sua pena e previsões sobre a sua libertação
 - Todas as vítimas devem dispor do direito de se absterem de receber informações, em geral ou especificando o tipo de informação que não pretendem receber
 - A cooperação entre entidades judiciais criminais tem de melhorar de modo a garantir que as mesmas tenham conhecimento das informações que a vítima recebeu
 - Uma vez que a responsabilidade de partilhar informação implica a transferência entre diferentes autoridades judiciárias durante o percurso da vítima em todo o sistema judicial penal, devem ser implementados protocolos de articulação e intervenção para garantir ligações sem problemas e que a vítima se mantenha sempre actualizada
 - Devem ser feitos melhoramentos no sentido de garantir às vítimas vitimizadas num país que não o seu país de residência o acesso a informações claras e atempadas
 - As vítimas devem poder apresentar queixa caso não sejam mantidas devidamente informadas

Artigo 5 - Garantias de comunicação

Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias, em condições comparáveis às aplicadas ao arguido, para minimizar tanto quanto possível os problemas de comunicação, quer em relação à compreensão, quer em relação à intervenção da vítima na qualidade de testemunha ou parte num processo penal nos diversos actos determinantes desse processo.

Resultados do projecto:

A equipa de investigação identificou duas possíveis formas de minimizar as dificuldades de comunicação: a disponibilidade gratuita de tradutores e intérpretes e a disponibilidade de informação em várias línguas.

As jurisdições activaram medidas, entre outras, para reduzir as dificuldades de comunicação para todas as vítimas, por exemplo, providenciando tradutores e intérpretes gratuitos. Em relação ao acesso a garantias de comunicação, a maior parte dos Estados-Membros disponibiliza-as a todas as vítimas, enquanto um grande número de países apenas as oferece a vítimas que também sejam testemunhas.

Apesar dos supracitados regulamentos teóricos que permitem às vítimas o acesso a tradutores, etc., a maior parte dos inquiridos considera que existem recursos escassos e ineficazes para minimizar as dificuldades de comunicação para as vítimas.

O Victim Support Europe recomenda:

- Deve ser realizada uma avaliação das necessidades de comunicação da vítima individual
- Todas as vítimas devem poder aceder a tradutores e intérpretes gratuitamente
- A informação deve ser atempada e fornecida numa língua compreendida pela vítima
- O artigo deve ser aprofundado de modo a garantir que todas as vítimas tenham direito ao acesso a medidas de redução das suas dificuldades de comunicação e acelerar o seu entendimento dos procedimentos, não apenas para vítimas com o estatuto de testemunhas ou partes

Artigo 6 - Assistência específica à vítima

Cada Estado-Membro assegura, gratuitamente nos casos em que tal se justifique, que a vítima tenha acesso ao aconselhamento, a que se refere o n.º 1 da alínea f), subalínea iii) do artigo 4, sobre o seu papel durante o processo e, se necessário, ao apoio judiciário a que se refere o n.º 1, alínea f), subalínea ii) do artigo 4, quando tiver a qualidade de parte no processo penal.

Resultados do projecto:

Para poder proteger os direitos das vítimas e permitir que estas últimas sejam devidamente representadas, é essencial que possam aceder a assistência jurídica durante o processo criminal. O resultado do estudo mostra que todos os Estados-Membros facultam ajuda legal gratuita a alguns ou a todos os grupos de vítimas, mas, muitas vezes, o acesso é limitado a vítimas com um determinado rendimento ou uma determinada categoria de crime. Muitos inquiridos também expressaram que a assistência jurídica disponibilizada às vítimas não é de fácil acesso.

O Victim Support Europe recomenda:

- A assistência jurídica e outras formas de aconselhamento devem estar prontamente disponíveis para todas as vítimas, independentemente da capacidade económica ou do crime sofrido
- O processo de aplicação tem de ser simplificado de modo a garantir que as vítimas possam aceder a assistência jurídica atempado e apropriado

Artigo 7 - Despesas da vítima resultantes da sua participação no processo penal

Cada Estado-Membro proporciona, em conformidade com as disposições nacionais aplicáveis à vítima que intervenha na qualidade de parte ou testemunha, a possibilidade de ser reembolsada das despesas em que incorreu em resultado da sua legítima participação no processo penal.

Resultados do projecto:

O direito a reembolso de despesas resultantes dos procedimentos criminais é, de uma forma ou de outra, reconhecido na maior parte dos Estados-Membros; no entanto, a elegibilidade de reembolso varia. A grande maioria dos Estados-Membros que participa neste projecto de investigação declara que tanto as vítimas que são testemunhas como as vítimas que são partes são elegíveis para reembolso das suas despesas. Contudo, existem alguns Estados que apenas reembolsam as vítimas que são notificadas como testemunhas e outro grupo de Estados que apenas reembolsa as vítimas que agem como sujeitos processuais. Alguns Estados declaram que não reembolsam vítimas.

Em relação à responsabilidade pelo reembolso dos custos das vítimas, as respostas são igualmente variáveis, entre pedir o pagamento ao autor do crime e/ou aos Estados. A maior parte dos Estados-Membros reembolsará os custos, se não imediatamente, pelo menos nos casos em que o autor do crime não pode ou não quer pagar.

O Victim Support Europe recomenda:

- O reembolso atempado e adequado deve ser disponibilizado a todas as vítimas, independentemente do seu estatuto no processo
- Deverá ser da responsabilidade do Estado, e não do autor do crime, garantir que todas as vítimas sejam reembolsadas pelos custos. Se o Estado, como medida secundária, quiser receber esta quantia do infractor para reembolsar o Estado, poderá fazê-lo, mas a capacidade de o autor do crime pagar não deve ter qualquer impacto na vítima

Artigo 8 - Direito à protecção

1. Cada Estado-Membro assegura um nível adequado de protecção às vítimas de crime e, se for o caso, às suas famílias ou a pessoas em situação equiparada, nomeadamente no que respeita à segurança e protecção da vida privada, sempre que as autoridades competentes considerem que existe uma ameaça séria de

actos de vingança ou fortes indícios de que essa privacidade poderá ser grave e intencionalmente perturbada.

2. Para o efeito, e sem prejuízo no n.º 4, cada Estado-Membro garante a possibilidade de adoptar, se necessário, no âmbito de um processo judicial, medidas adequadas de protecção da privacidade e da imagem da vítima, da sua família ou de pessoas em situação equiparada.

3. Cada Estado-Membro garante igualmente que o contacto entre vítimas e arguidos nos edifícios dos tribunais pode ser evitado, a não ser que o processo penal o imponha. Quando necessário para aquele efeito, cada Estado-Membro providencia que os edifícios dos tribunais sejam progressivamente providos de espaços de espera próprios para as vítimas.

4. Quando for necessário proteger as vítimas, designadamente as mais vulneráveis, dos efeitos do seu depoimento em audiência pública, cada Estado-Membro assegura o direito de a vítima poder beneficiar, por decisão judicial, de condições de depoimento que permitam atingir esse objectivo por qualquer meio compatível com os seus princípios jurídicos fundamentais.

Resultados do projecto:

O cumprimento do Artigo 8 foi avaliado pela equipa de investigação com base em sete critérios. Três desses critérios relacionados com a protecção da vítima contra a exposição pública, os outros quatro relacionados com a protecção da vítima contra intimidação ou ameaça por parte do autor do crime. No geral, os Estados-Membros parecem estar conscientes da importância da protecção de vítimas contra a exposição pública e contra o autor do crime, mas o modo como isto é colocado em prática difere entre os países. Embora todos os Estados-Membros declarem ter a possibilidade de realizar audiências gravadas, normalmente, esta decisão é deixada ao critério dos tribunais, que representam a forma mais fraca de protecção. A mais elevada forma de protecção – para tornar as audiências gravadas obrigatórias se a vítima assim o solicitar – foi relatada em 8 Estados-Membros.

Em relação à protecção contra os media, a maior parte dos Estados-Membros declarou dispor de alguma forma de restrição para a cobertura de imprensa

dos casos, mas a maior parte depende dos próprios regulamentos dos media e segue o seu código deontológico.

Quanto à protecção da vítima contra ameaça e intimidação por parte do autor do crime, cerca de metade dos Estados-Membros implementaram medidas de protecção. As medidas mais comuns são a protecção policial, a prisão preventiva e a concessão de nova habitação à vítima. Em não menos de 14 Estados-Membros as vítimas têm o direito a total anonimato. Quanto a salas de espera separadas, mais de metade de todos os Estados-Membros estudados declara que não existe qualquer obrigação de providenciar salas de espera separadas, o que é particularmente preocupante.

Em relação ao impacto prático das medidas de protecção supracitadas, um grande número de organizações que respondeu ao questionário refere que a protecção policial é insuficiente para que a vítima se sinta segura para testemunhar em tribunal. Além disso, os inquiridos de uma grande parte dos Estados-Membros expressam a sua preocupação em relação ao facto de a maior parte das vítimas, familiares e pessoas próximas sentirem que a sua privacidade não está garantida. Os inquiridos de virtualmente todos os Estados-Membros consideram que a privacidade das vítimas é insuficientemente protegida dos media.

O Victim Support Europe recomenda:

- As especificações europeias sobre as salas de audiências devem ser desenvolvidas, especificando padrões e condições mínimas para novos edifícios de tribunal. A disposição física do tribunal deve garantir que a vítima/testemunha se possa deslocar livremente de e para a sala de testemunhas, para e da sala de audiências sem qualquer risco de intimidação. Às vítimas devem ser atribuídas salas de espera separadas, entradas separadas, sanitários, espaços de alimentação, etc.
- O aumento de medidas de protecção especiais e de diferentes modos de comunicação, p.ex. webcams e CCTV, devem ser usados, se apropriado, para proteger a privacidade da vítima
- As vítimas têm o direito à privacidade e protecção da família e da

vida pessoal. Para cumprir estes direitos, apenas as informações relevantes para o caso devem ser reveladas ao tribunal e à defesa. Os registos médicos e eventos anteriores, não relacionados com o crime, não devem, portanto, ser revelados. Qualquer violação neste âmbito deve ser tratada pelos regulamentos legais

- De acordo com o direito da vítima à privacidade, a vítima deve poder determinar o tipo de informação que será revelado aos media. Deste modo, os media não estão autorizados a gravar imagens da vítima sem o seu consentimento. As vítimas podem encontrar-se numa situação muito vulnerável após o crime e poderá ser difícil tomar decisões com estas repercussões, mas devem receber apoio e assistência para poderem tomar uma decisão informada sobre o tipo de informação publicada
- Nas suas reportagens sobre o crime, os media devem ser restringidos e não deve ser permitida a divulgação de detalhes pessoais intrusivos sobre o crime, sobre a vítima ou sobre a sua família. Por exemplo, as “últimas palavras da vítima” não devem ser impressas sem o consentimento da família da vítima. O Victim Support Europe reconhece que isto poderá limitar a liberdade de expressão dos media, mas estes regulamentos são essenciais para garantir que o direito das vítimas à privacidade e protecção não seja infringido. A cobertura intrusiva dos media também poderá impedir que outras vítimas comuniquem um crime e interajam com as autoridades de justiça criminal, o que terá um impacto negativo no sistema judicial penal em geral

Artigo 9 - Direito a indemnização no âmbito do processo penal

- 1. Cada Estado-Membro assegura às vítimas de infracção penal o direito de obter uma decisão, dentro de um prazo razoável, sobre a reparação pelo autor da infracção no âmbito do processo penal, salvo se a lei nacional prever que, em relação a determinados casos, a reparação será efectuada noutro âmbito.*
- 2. Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias para promover o esforço de indemnização adequado das vítimas por parte dos autores da infracção.*
- 3. Salvo necessidade imposta pelo processo penal, os objectos restituíveis pertencentes à vítima e apreendidos no processo ser-lhe-ão devolvidos sem demora.*

Resultados do projecto:

A maior parte, mas não todos, os Estados-Membros tem a possibilidade de motivar o autor do crime a pagar uma indemnização à vítima. Isto pode ser conseguido tendo em consideração na decisão de acusar a questão do pagamento de indemnização, tentando a mediação entre vítima e infractor em relação à indemnização ou até prescrevendo o dever de fazê-lo. O “princípio de adesão” permite ao sistema judicial penal considerar o pagamento da indemnização às vítimas como parte do julgamento criminal, o que evita que as vítimas tenham de dar entrada em procedimentos civis. No entanto, na maior parte dos Estados-Membros, a indemnização oficiosamente determinada é apenas uma medida adicional à sanção penal.

Verificou-se um aumento significativo do número de jurisdições onde a mediação entre o infractor e a vítima ou o dever de obter indemnização foi implementado. Contudo, em relação à implementação prática dos principais mecanismos de obtenção de indemnização através do sistema judicial penal, o princípio de adesão e o pedido de indemnização, os resultados são pouco positivos. O estudo demonstra os problemas das vítimas que procuram obter qualquer indemnização ao abrigo deste Artigo. A indemnização apenas é vista como uma medida adicional que, na maior parte dos Estados-Membros, tem de ser exigida pelas próprias vítimas.

A maior parte dos inquiridos de organizações dos Estados-Membros declaram que a indemnização não está adequada às necessidades das vítimas, e que o tempo necessário para processar e atribuir a indemnização não é razoável. Muitas vítimas também recebem informações e apoio insuficientes para preencher o seu pedido de indemnização. O processamento subsequente da informação é muito exigente a nível de tempo e muito confuso para a vítima.

O Victim Support Europe recomenda:

- Todos os Estados-Membros devem ter um organismo responsável pelo fornecimento de informações claras sobre a forma através da qual

as vítimas de crime podem pedir indemnização e que as possa apoiar na entrada do seu pedido

- Idealmente, o mesmo organismo deveria ser responsável pelo processamento destes pedidos e deveria ser estabelecido um limite de tempo durante o qual a vítima poderá esperar uma decisão sobre o pedido
- O Estado deveria ser responsável pelo pagamento da indemnização à vítima. Se apropriado, o Estado poderia, então reclamar este dinheiro ao infractor, sem ser necessário envolver a vítima neste processo. A vítima pode pedir para ser informada quando o infractor tiver reembolsado a quantia total ao Estado

Artigo 10 - Mediação penal no âmbito do processo penal

1. *Cada Estado-Membro esforça-se por promover a mediação nos processos penais relativos a infracções que considere adequadas para este tipo de medida*
2. *Cada Estado-Membro assegura que possam ser tidos em conta quaisquer acordos entre a vítima e o autor da infracção, obtidos através da mediação em processos penais.*

Resultados do projecto:

Existe uma ampla variedade de práticas de mediação em toda a União Europeia. Nem todos os Estados-Membros permitem a mediação penal. No entanto, isto não quer dizer que estes Estados não cumpram este artigo, pois a redacção permite aos Estados-Membros um elevado grau de arbítrio. Eles próprios podem determinar para que infracções, se existirem, consideram a mediação penal apropriada. Sempre que ocorrer mediação, é, no entanto, necessário garantir que qualquer acordo entre a vítima e o infractor seja tido em consideração, o que significa que alguns Estados infringem este artigo.

O Victim Support Europe recomenda:

- Os Estados-Membros podem desenvolver medidas de mediação além de (e em vez de) todas as outras medidas de apoio a vítimas especificadas na Decisão-Quadro. O artigo 10 não pode ser implementado como uma medida global, reti-

rando ao Estado o dever de implementar outras medidas para as vítimas

- O apoio emocional e prático deve ser proposto de modo a garantir que a vítima possa tomar uma decisão livre e informada quanto a participar ou não na mediação
- O apoio emocional também deve ser disponibilizado antes, durante e após o processo de mediação

Article 11 - Victims resident in another Member State

1. Cada Estado-Membro assegura que as suas autoridades competentes estejam em condições de tomar as medidas adequadas para minorar as dificuldades que possam surgir quando a vítima residir num Estado diferente daquele em que foi cometida a infracção, em especial no que se refere ao andamento do processo penal. Para tal, essas autoridades devem designadamente estar em condições de:

- *proporcionar à vítima a possibilidade de prestar depoimento imediatamente após ter sido cometida a infracção,*
- *recorrer o mais possível às cláusulas relativas à videoconferência e à teleconferência, previstas nos artigos 10.º e 11.º da Convenção Europeia de auxílio judiciário mútuo em matéria penal, entre Estados-Membros da União Europeia, de 29 de Maio de 2000 (1) em relação à audição das vítimas que residam no estrangeiro.*

2. Cada Estado-Membro assegura que a vítima de uma infracção num Estado-Membro que não seja o Estado-Membro onde reside possa apresentar queixa junto das autoridades competentes do respectivo Estado-Membro de residência, sempre que não tenha tido a possibilidade de o fazer no Estado-Membro onde foi cometida a infracção ou, em caso de infracção grave, quando não tiver desejado fazê-lo. A autoridade competente junto da qual a queixa seja apresentada, na medida em que não tenha ela própria competência na matéria, deve transmiti-la sem demora à autoridade competente do território onde foi cometida a infracção. Essa queixa deve ser tratada em conformidade com o direito nacional do estado em que foi cometida a infracção.

Resultados do projecto:

A Decisão-Quadro fornece um requisito legalmente vinculativo para permitir

e facilitar a cooperação em relação a estas vítimas. Os Estados-Membros interpretaram este artigo de modos diferentes, sendo que alguns países declaram que necessitam de jurisdição sobre o caso, por exemplo, o infractor ser residente ou natural do país, para que a autoridade desse país possa tratar do pedido de indemnização. Esta não é a intenção do artigo.

Muitas organizações activas nos Estados-Membros não sabem se os procedimentos nacionais são ou não suficientes para minimizar as dificuldades das vítimas residentes noutro Estado. Além das próprias organizações, a maior parte das vítimas não conhece o seu direito de apresentação de queixa no seu próprio país.

O estudo de investigação demonstra claramente que existe uma grande ausência de conhecimento e consciencialização em relação aos procedimentos de apoio e reparação para vítimas estrangeiras, tanto nas entidades judiciais penais como nas próprias vítimas.

No geral, a maior parte dos Estados-Membros da UE não disponibiliza às vítimas a oportunidade de comunicar crimes cometidos no estrangeiro uma vez que regressem ao seu país, o que representa uma infracção clara deste artigo. Subsequentemente, não pode ser considerado que a maior parte dos Estados-Membros tenha implementado este artigo adequadamente.

O Victim Support Europe recomenda:

- A legislação da UE existente para efeitos de pagamento de indemnizações a vítimas estrangeiras tem de ser reconhecida e exigida a melhor implementação em todos os Estados-Membros da UE
- O melhoramento geral do conhecimento nesta área é necessário entre instituições profissionais, advogados e vítimas. O mesmo pode ser dito em relação à Directiva 2004/80/CE referente à Reparação de Vítimas de Crime. Neste âmbito, a UE poderia, por exemplo, criar redes e palestras educacionais para melhorar a coordenação das operações e procedimentos estrangeiros entre todos os organismos envolvidos na prestação de apoio às vítimas.

Artigo 12 - Cooperação entre Estados-Membros

Cada Estado-Membro deve apoiar, desenvolver e melhorar a cooperação entre os Estados-Membros, de forma a facilitar uma defesa mais eficaz dos interesses da vítima no processo penal, quer essa cooperação assuma a forma de redes directamente ligadas ao sistema judiciário, quer de ligações entre as organizações de apoio às vítimas.

O papel desempenhado pelo Victim Support Europe:

A redacção deste artigo é muito vaga e não coloca quaisquer exigências tangíveis aos Estados-Membros. Considera-se, portanto, que não tenha sido coberto pelo projecto. O Victim Support Europe consiste em 26 organizações de apoio às vítimas de 21 países europeus, que prestam assistência e informação a vítimas de crime. O Victim Support Europe promove o estabelecimento e desenvolvimento dos direitos das vítimas e dos serviços para vítimas em toda a Europa. Encorajamos a entrada como membro a todos os Estados-Membros da Europa e trabalhamos para garantir que as vítimas tenham direito ao mesmo nível de serviços de apoio, independentemente do país de residência da vítima ou do país onde tenha ocorrido o crime. Ainda temos muito para fazer de modo a garantir direitos iguais de serviços de apoio para as vítimas de toda a Europa, mas continuamos a crescer, e trabalhando em conjunto e aprendendo uns com os outros, esperamos melhorar a prestação de serviços a pessoas afectadas pelo crime em todos os Estados-Membros da UE.

Artigo 13 - Serviços especializados e organizações de apoio às vítimas

- 1. No âmbito do processo, cada Estado-Membro promove a intervenção dos serviços de apoio às vítimas, responsáveis pela organização do acolhimento inicial das vítimas e pelo apoio e assistência ulteriores, quer através de serviços públicos integrados por pessoas com formação específica neste domínio, quer através do reconhecimento e do financiamento de organizações de apoio às vítimas.*
- 2. No âmbito do processo, cada Estado-Membro incentiva a intervenção das referidas pessoas ou de organizações de apoio às vítimas designadamente quanto:*
 - (a) ao fornecimento de informação à vítima;*

- (b) à prestação de apoio à vítima de acordo com as suas necessidades imediatas;*
(c) ao acompanhamento da vítima, se necessário e quando for possível, no processo penal;
(d) ao apoio à vítima, a seu pedido, no termo do processo penal.

Resultados do projecto:

Os Estados-Membros estão em conformidade com o artigo 13, quer disponham ou não de organizações de apoio às vítimas, desde que os serviços sejam prestados por entidades governamentais. A equipa de investigação do projecto avaliou o cumprimento deste artigo utilizando dois critérios: os serviços para vítimas devem ser prestados a todas as vítimas (e não apenas tipos de crime especiais) e o serviço deve ter uma cobertura nacional. Devido à redacção vaga, que solicita aos Estados a “promoção” e o “incentivo”, os países podem respeitar o artigo independentemente do facto de um ou dos dois critérios serem cumpridos ou não.

A impressão geral do sector voluntário é a de que as necessidades das vítimas são melhor satisfeitas nos países que já têm uma organização nacional de apoio às vítimas estabelecida e independente. A maior parte dos inquiridos considera que os serviços de apoio às vítimas são insuficientemente financiados.

O Victim Support Europe recomenda:

- Cada Estado-Membro tem de criar financiamento para estabelecer uma organização nacional não governamental de apoio às vítimas
- O papel e a responsabilidade exactos das organizações de apoio às vítimas devem ser confirmados, para garantir a satisfação das expectativas
- Devem ser definidas medidas de qualidade para garantir que as organizações nacionais de apoio às vítimas ofereçam a todos os cidadãos afectados pelo crime na Europa, o mais elevado nível de apoio prático e emocional
- Devem ser desenvolvidos acordos de cooperação entre organizações de apoio às vítimas e entidades judiciais penais, para garantir que o apoio às vítimas desempenhe um papel tangível no sistema judicial penal

Artigo 14 – Formação profissional das pessoas com intervenção no processo ou em contacto com a vítima

- 1. Cada Estado-Membro, por intermédio dos serviços públicos ou através de financiamento às organizações de apoio às vítimas, incentiva iniciativas que permitam às pessoas com intervenção no processo ou que contactem com a vítima, receber formação profissional adequada, com particular destaque para as necessidades dos grupos mais vulneráveis.*
- 2. O disposto no n.º 1 aplica-se especialmente às polícias e operadores..*

Resultado do projecto:

É essencial que as pessoas que lidam com vítimas conheçam as reacções e as necessidades de pessoas afectadas pelo crime, pois um comportamento insensível pode revitimizar e prolongar o tempo de recuperação. A investigação demonstra que, em geral, os profissionais que lidam com vítimas no sistema judicial penal não dispõem de conhecimentos suficientes sobre as necessidades e o impacto do crime. Os inquiridos declaram ser necessária mais formação, mas não existirem recursos suficientes para formar todo o pessoal.

Além das perguntas especificamente relacionadas com o artigo 14, as diferentes respostas em cada Estado-Membro em relação aos outros artigos e o elevado nível de respostas “não sei / sem opinião” claramente demonstram a ausência de formação e informação sobre a Decisão-Quadro entre advogados e especialistas do campo. Este dado é surpreendente e deve ser abordado.

O Victim Support Europe recomenda:

- A formação deve ser obrigatória para todos os profissionais em contacto com vítimas e deve fazer parte da formação inicial
- Graças aos seus amplos conhecimentos e à experiência prática no domínio de consciencialização das vítimas, as organizações de apoio às vítimas ocupam um lugar ideal para ajudar na criação de formação

Artigo 15 - Condições práticas relativas à situação da vítima no processo

- 1. Cada Estado-Membro apoia a criação progressiva, para todos os processos e, em particular, nas instalações das instituições onde se possam iniciar processos penais, das condições necessárias para tentar prevenir a vitimização secundária ou para evitar desnecessárias pressões sobre a vítima. Isto é particularmente relevante no que respeita ao acolhimento inicial correcto da vítima e à criação de condições adequadas à sua situação nas instalações acima referidas.*
- 2. Para efeitos da aplicação do n.º 1, cada Estado-Membro tem especialmente em conta os recursos existentes nos tribunais, nas polícias, nos serviços públicos e nas organizações de apoio às vítimas.*

Resultados do projecto:

O estudo demonstra claramente que a maior parte dos inquiridos consideram que as condições das vítimas ao fornecerem prova são insatisfatórias. A maior parte dos inquiridos considerou que os Estados-Membros têm um conhecimento geral sobre como minimizar a pressão colocada sobre as vítimas e prevenir a vitimização secundária; contudo, a formação dada a profissionais sobre o assunto é insuficiente.

O Victim Support Europe recomenda:

- Os Estados-Membros devem aplicar quantidades de esforço iguais para prevenir vitimizações primárias e secundárias
- Cada Estado-Membro tem de tomar todas as medidas necessárias para evitar a colocação das vítimas sob pressão desnecessária. Em particular, a recepção inicial de vítimas, a criação de áreas de espera e as circunstâncias para prestar depoimentos e apresentar provas devem ser cuidadosamente organizadas de modo a minimizar o risco de vitimização secundária
- Tal como declarado no artigo 8, as especificações europeias sobre a sala de audiências devem ser desenvolvidas em relação à disposição física do tribunal para garantir que as vítimas e testemunhas se pos-

sam deslocar livremente de e para a sala de testemunhas, para e da sala de audiências sem qualquer risco de revitimização ou intimidação. Por exemplo, as testemunhas não devem ser obrigadas a atravessar a sala de audiências em frente ao autor do crime para aceder ao banco das testemunhas e devem ser providenciadas instalações separadas de entrada/saída e espera

- A formação especializada sobre como evitar a vitimização secundária deve ser obrigatória para todos os profissionais em contacto com vítimas
- Graças aos seus profundos conhecimentos neste domínio, os serviços de apoio às vítimas devem desempenhar um papel no fornecimento de informações sobre como o risco de vitimização secundária pode ser minimizado na prática

5. Anexos

5. Anexos

Artigo 4: Informação

Tabela 1: Avaliação geral – Fornecimento de informação (modo e percentis)

		Informação fornecida pelo Estado	Informação fornecida por ONG	Informação fornecida atempadamente
N	Válida	209	210	205
	Em falta	0	0	0
Modo		4	4	2
Desvio padrão		1,339	1,107	1,088
Percentis	25	2	3	2
	50	3	4	3
	75	4	4	4

Tabela 2: Direito a receber informação (valor de modo por país)

País	Facilidade de ACESSO a informação sobre:								
	Tipo de serviços / organizações disponíveis	Como comunicar um crime	Papel desempenhado nos processos penais	Condições para obtenção de protecção	Aconselhamento ou assistência jurídica	Compensação	Resultado da comunicação	Consciência dos direitos após contacto com a polícia	Consciência dos direitos após contacto com apoio à vítima
Áustria	Elevada ⁴⁷	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Bélgica	Elevada	Elevada	Baixa e Elevada	Baixa	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	Elevada
Bulgária	Elevada	Moderada	Baixa	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa e Elevada	Baixa e Elevada	Elevada	Elevada
Chipre	Moderada	Elevada	Baixa	Baixa e Moderada	Moderada	Baixa e Moderada	Baixa	Moderada	Moderada
República Checa	Elevada	Baixa	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Moderada	Elevada
Dinamarca	Moderada	Elevada	Elevada	Moderada	Elevada	Elevada	Moderada	Elevada	Elevada
Estónia	Elevada	Elevada	Moderada e Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Finlândia	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa	Baixa, Moderada e Elevada	Baixa	Elevada	Baixa	Elevada
França	Moderada	Elevada	Baixa	Baixa	Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Moderada	Baixa	Elevada
Alemanha	Moderada e Elevada	Elevada	Moderada	Baixa	Moderada	Baixa	Baixa	Moderada	Elevada
Grécia	Baixa e Moderada	Elevada	Baixa e Elevada	Moderada	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada
Hungria	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Irlanda	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa e Elevada	Elevada
Itália	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Letónia	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Lituânia	Baixa e Elevada	Elevada	Moderada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Luxemburgo	Elevada	Elevada	Moderada e Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa, Moderada e Elevada	Elevada
Malta	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Elevada
Países Baixos	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa e Moderada	Elevada	Moderada e Elevada	Baixa	Baixa e Elevada	Elevada
Polónia	Elevada	Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada	Elevada	Elevada
Portugal	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa	Elevada	Elevada
Roménia	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa, Moderada e Elevada
Eslováquia	Baixa e Elevada	Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Elevada	Elevada
Eslovénia	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa e Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Espanha	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa	Elevada	Elevada
Suécia	Elevada	Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Moderada	Elevada	Moderada	Moderada	Elevada
Reino Unido	Elevada	Elevada	Moderada	Baixa	Moderada	Elevada	Baixa	Moderada	Elevada

47. As respostas foram classificadas numa escala de cinco pontos (1 = discordo completamente, 5 = concordo completamente) e, para facilitar a análise, foram mais tarde reclassificadas numa escala de três pontos (1 = Baixa; 2 = Moderada; 3 = Elevada).

Tabela 3: Direito a receber informação (valor de modo por país)

País	CLAREZA de informação sobre:						
	Tipo de serviços / organizações disponíveis	Como comunicar um crime	Papel desempenhado nos processos penais	Condições para obtenção de protecção	Aconselhamento ou assistência jurídica	Compensação	Resultado da comunicação
Áustria	Moderada e Elevada	Elevada	Elevada	Moderada	Elevada	Elevada	Baixa
Bélgica	Moderada e Elevada	Elevada	Moderada	Baixa	Moderada	Moderada	Baixa
Bulgária	Moderada	Baixa e Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa e Elevada
Chipre	Baixa e Moderada	Moderada	Baixa	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa e Moderada
República Checa	Elevada	Baixa	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Dinamarca	Baixa, Moderada e Elevada	Moderada	Elevada	Moderada	Elevada	Moderada	Moderada
Estónia	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Moderada	Elevada	Elevada
Finlândia	Baixa	Elevada	Moderada	Baixa, Moderada e Elevada	Moderada	Moderada	Elevada
França	Elevada	Moderada e Elevada	Baixa	Baixa	Elevada	Baixa e Elevada	Baixa
Alemanha	Elevada	Elevada	Baixa	Moderada	Elevada	Baixa e Elevada	Baixa
Grécia	Baixa e Elevada	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa e Elevada
Hungria	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Irlanda	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Itália	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Letónia	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Lituânia	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada
Luxemburgo	Elevada	Elevada	Moderada e Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Elevada	Elevada	Baixa
Malta	Baixa e Elevada	Moderada e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Países Baixos	Elevada	Elevada	Moderada	Baixa e Moderada	Moderada e Elevada	Elevada	Moderada e Elevada
Polónia	Moderada	Moderada	Baixa	Baixa	Elevada	Baixa e Moderada	Elevada
Portugal	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa
Roménia	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Eslováquia	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada	Elevada	Baixa	Baixa e Elevada
Eslovénia	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Moderada	Elevada
Espanha	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada	Elevada	Moderada	Baixa
Suécia	Elevada	Elevada	Moderada e Elevada	Moderada e Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Elevada	Elevada
Reino Unido	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa	Moderada	Elevada	Baixa

Artigo 5: Garantias de comunicação

Tabela 4: Garantias de comunicação (valor de modo por país)

País	Tópico		
	Recursos disponíveis	Eficácia dos recursos disponíveis	Características particulares das vítimas em interrogatório
Áustria	Baixa e Elevada	Elevada	Elevada
Bélgica	Baixa	Baixa	Moderada
Bulgária	Baixa	Baixa	Elevada
Chipre	Baixa	Baixa	Baixa e Elevada
República Checa	Elevada	Elevada	Baixa
Dinamarca	Baixa	Baixa	Baixa, Moderada e Elevada
Estónia	Baixa	Moderada	Elevada
Finlândia	Baixa	Baixa	Baixa, Moderada e Elevada
França	Baixa	Baixa	Elevada
Alemanha	Baixa	Moderada	Moderada
Grécia	Baixa	Baixa	Baixa e Elevada
Hungria	Baixa	Baixa e Elevada	Elevada
Irlanda	Baixa	Baixa	Moderada
Itália	Baixa	Baixa	Baixa
Letónia	Moderada	Moderada	Elevada
Lituânia	Baixa	Baixa e Moderada	Elevada
Luxemburgo	Baixa, Moderada e Elevada	Moderada	Baixa
Malta	Baixa	Baixa	Baixa
Países Baixos	Baixa	Baixa	Elevada
Polónia	Moderada	Moderada	Elevada
Portugal	Baixa	Baixa	Baixa
Roménia	Baixa e Elevada	Baixa	Moderada
Eslováquia	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa
Eslovénia	Baixa e Moderada	Moderada	Elevada
Espanha	Elevada	Baixa	Elevada
Suécia	Baixa e Elevada	Baixa e Moderada	Baixa e Elevada
Reino Unido	Baixa	Baixa	Elevada

Artigo 6: Assistência específica à vítima

Tabela 5: Assistência específica à vítima (valor de modo por país)

País	Tópico		
	Conhecimento por parte das vítimas	Acesso a assistência	Eficácia da assistência e aconselhamento
Austria	Baixa e Moderada	Elevada	Elevada
Bélgica	Elevada	Elevada	Baixa
Bulgária	Elevada	Baixa	Baixa
Chipre	Baixa	Moderada	Baixa
República Checa	Elevada	Elevada	Moderada e Elevada
Dinamarca	Baixa, Moderada e Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Baixa
Estónia	Elevada	Baixa e Elevada	Elevada
Finlândia	Elevada	Baixa	Baixa e Moderada
França	Elevada	Moderada	Elevada
Alemanha	Baixa	Baixa e Elevada	Moderada e Elevada
Grécia	Baixa	Baixa e Moderada	Baixa
Hungria	Elevada	Baixa e Moderada	Baixa
Irlanda	Baixa	Baixa	Baixa
Itália	Baixa	Baixa	Baixa
Letónia	Moderada	Moderada	Moderada
Lituânia	Baixa e Elevada	Baixa	Elevada
Luxemburgo	Elevada	Baixa	Baixa e Elevada
Malta	Elevada	Baixa	Baixa
Países Baixos	Baixa	Moderada	Moderada
Polónia	Baixa	Baixa e Elevada	Baixa
Portugal	Baixa	Baixa	Baixa
Roménia	Baixa	Baixa	Baixa
Eslováquia	Baixa	Baixa	Baixa
Eslovénia	Moderada e Elevada	Baixa e Elevada	Moderada
Espanha	Elevada	Elevada	Baixa e Moderada
Suécia	Baixa e Elevada	Elevada	Elevada
Reino Unido	Baixa	Moderada	Baixa

Artigo 7: Despesas das vítimas resultantes da sua participação no processo penal

*Tabela 6: Despesas da vítima resultantes da sua participação no processo penal
(valor de modo por país)*

País	Tópico				
	Conhecimento por parte das vítimas	Pedido de aplicação	Actualidade	Recursos disponíveis	Adequação
Austria	Moderada e Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Baixa, Moderada e Elevada
Bélgica	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Bulgária	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Chipre	Baixa	Baixa	Baixa e Moderada	Baixa	Baixa
República Checa	Elevada	Moderada	Baixa, Moderada e Elevada	Baixa e Moderada	Baixa
Dinamarca	Moderada	Elevada	Baixa, Moderada e Elevada	Baixa	Baixa, Moderada e Elevada
Estónia	Moderada	Elevada	Moderada	Elevada	Baixa, Moderada e Elevada
Finlândia	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
França	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Alemanha	Elevada	Elevada	Elevada	Elevada	Moderada e Elevada
Grécia	Moderada e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Hungria	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada	Baixa e Moderada
Irlanda	Baixa	Baixa e Moderada	Baixa	Baixa	Baixa
Itália	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Letónia	Moderada	Moderada	Moderada	Baixa	Moderada
Lituânia	Baixa e Moderada	Elevada	Baixa e Elevada	Elevada	Baixa
Luxemburgo	Baixa	Baixa	Baixa	Elevada	Elevada
Malta	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Países Baixos	Baixa	Baixa e Elevada	Moderada e Elevada	Baixa	Baixa
Polónia	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Portugal	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Roménia	Baixa e Elevada	Baixa e Elevada	Baixa	Baixa	Baixa
Eslováquia	Baixa	Baixa e Elevada	Elevada	Elevada	Baixa e Elevada
Eslovénia	Baixa	Elevada	Elevada	Elevada	Moderada
Espanha	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Suécia	Elevada	Elevada	Baixa e Elevada	Moderada e Elevada	Elevada
Reino Unido	Elevada	Elevada	Baixa e Elevada	Moderada	Baixa

Pesquisa desenvolvida em cooperação entre:



APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (Portugal)
Victim Support Europe (Holanda)
Ministério da Justiça Português (Portugal)
Weisser Ring Austria (Áustria)
Intervict - International Victimology Institute Tilburg (Holanda)
Victim Support Scotland (Escócia)
Supporting Victims of Crime and Combating Corruption Foundation (Bulgária)
Weisser Ring (Alemanha)
Brottsofferjourernas Riksförbund (Suécia)
Slachtofferhulp Nederland (Holanda)
Bílý Kruh Bezpečí (República Checa)
Victim Support Northern Ireland (Irlanda do Norte)
Victim Support England & Wales (Inglaterra)
Victim Support Malta (Malta)
Steunpunt Algemeen Welzijnswerk (Bélgica)
INAVEM - Institut National d'Aide aux Victimes Et de Médiation (França)
Fehér Gyuru Közhazsnu Egyesület (Hungria)
Pomoc Obetiam Násilia (Eslováquia)
Victimology Society of Serbia (Sérvia)

É permitida a reprodução, citação ou referência com fins informativos não comerciais, desde que expressamente citada a fonte.

A publicação reflecte os pontos de vista dos autores, não podendo a Comissão Europeia ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita da informação contida na mesma.